



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "A" AO Nº 101 QUINTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 22 Líder Humberto Costa - Bloco (117,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,128) Marcelo Crivella (36,120,127) Líder do PT - 13 Humberto Costa (117,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,128) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,127) Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16 Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,119) Vice-Líderes Mário Couto (34,61,124) Jayme Campos (28,106,110,122) Alvaro Dias (73,123) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,123) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,119) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111) PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (65,98) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129) PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)		

EXPEDIENTE	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de maio de 2014.....	004
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de maio de 2014.....	022
Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de maio de 2014.....	028
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2014.....	032

1.1.2 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

1.1.2.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos

Ata da 5ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2014.....	057
----------------------------------------------------------	-----

1.1.3 – Comissão Senado do Futuro – CSF

Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 27 de maio de 2014 (realizada em conjunto com a 21ª reunião da CE)	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (21ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO SENADO DO FUTURO (2ª REUNIÃO), DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, NO DIA 27 DE MAIO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e com a presença dos Senhores Senadores Alvaro Dias, Ana Amélia, Ana Rita, Antonio Carlos Rodrigues, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão Senado do Futuro. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 27/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Cyro Miranda; e nº 1/2014-CSF, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinados a ouvir o professor e sociólogo Domenico de Masi sobre o tema “Cenários do futuro nos próximos cinquenta anos”. Como expositor, comparece à Audiência o Senhor Domenico de Masi, professor e sociólogo italiano. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Raffaele Trombett, Embaixador da Itália no Brasil; Senhora Assunta De Masi, esposa do expositor; Senhor Professor Heitor Gurgulino de Souza, Ex-Reitor da Universidade da Organização das Nações Unidas – ONU; Senhor Professor Gustavo Baptista, Vice-Diretor Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM; Senhor Marcos Formiga, Diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Senhor Raul Sturari, Diretor do Instituto **SAGRES Política e Gestão Estratégica Aplicadas**; **Senhor** Alfredo Pena-Veja, Secretário-Executivo do Instituto de Estudos e Políticas da França; Senhor Eratóstenes Araújo, Analista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Cnpq e Senhor Flávio Arns, Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná, que será homenageado em seguida, na ocasião da aposição de seu retrato na galeria dos ex-presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Ana Amélia, Ana Rita, Cyro Miranda, Inácio Arruda e Eduardo Suplicy (não membro). Logo após, a presidência faz a leitura das considerações enviadas pelo Senhor Senador Luiz Henrique, Presidente da Comissão Senado do Futuro, assim como, das perguntas enviadas pela população ao convidado, recebidas por e-mail, através do portal e-Cidadania. Após as considerações finais do expositor, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e pelo Senhor Presidente da Comissão Senado do Futuro. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, – Senador **Luiz Henrique**, Presidente da Comissão Senado do Futuro.

(Texto com
revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão do Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende aos Requerimentos nºs 27, de 2014, da Comissão de Educação, de autoria do Sr. Senador Cristovam Buarque e de minha autoria, e nº 1, de 2014, da Comissão do Senado do Futuro, de autoria do Senador Cristovam Buarque, destinada a ouvir o Professor e Sociólogo Domenico De Masi sobre o tema: “Cenários do Futuro nos próximos 50 anos”.

Dando início à audiência pública, solicito ao Exmº Senador Cristovam Buarque que acompanhe o nosso convidado a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e do Portal do Senado Federal www.senado.gov.br/tvcanal2. Esta reunião também contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permite o encaminhamento de perguntas e comentários destinados ao convidado por meio das plataformas em tempo real, Portal Alô Senado, Facebook, Twitter e atendimento Alô Senado, acessados através do www.senado.leg.br/ecidadania.

Comunico ao público presente que esta audiência pública está sendo transmitida também através de telão para os senhores estudantes nas salas 7 e 9 desta mesma ala, com tradução simultânea.

O nosso convidado, Professor Domenico De Masi, é um Sociólogo italiano, contemporâneo, famoso pelo seu conceito de ócio criativo, segundo o qual o ócio, longe de ser negativo, é um fator que estimula a criatividade pessoal.

Nasceu em Rotello, na província de Campobasso, no sul da Itália, no dia 1º de fevereiro. (*Risos.*)

Residiu em três cidades italianas: Nápoles, Milão e Roma. Aos 19 anos, já escrevia, para a revista *Nord-Sud*, artigos de sociologia urbana e do trabalho. Aos 22 anos, lecionava na Universidade de Nápoles. Mais recentemente, assumiu o posto de Professor de Sociologia do Trabalho na Universidade de Roma La Sapienza. Entre 1978 e 2000, dirigiu a S3.Estudium, escola de especialização em ciências organizacionais que fundou. Escreveu diversos livros, alguns deles tidos como revolucionários. Entre eles, se destacam: *Desenvolvimento Sem Trabalho*, *A Emoção e a Regra*, *O Ócio Criativo* e *O Futuro do Trabalho*. Em 2010, tornou-se cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil e, o mais importante, amigo pessoal do Senador Cristovam Buarque.

Registro também as presenças dos nossos ilustres convidados na pessoa do Embaixador italiano, da esposa do Sr. Domenico De Masi, do Sr. Vincenzo e também do amigo Marcos Formiga.

Professor, não precisamos dizer do nosso contentamento em tê-lo aqui nesta Casa, no Senado e, em especial, na Comissão de Educação, trazido pelo meu querido amigo, Senador Cristovam. Todos estão muito ansiosos para ouvi-lo. O seu tempo o senhor o fará.

Com muito prazer, eu concedo a palavra a V. Sª para sua exposição.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Agradeço muito por esse convite.

É claro que é muito prestigioso, por diversos motivos, porque se trata, naturalmente, do Senado do 7º país do mundo, neste momento, comparado com o PIB. Estamos falando aqui de um País que é muito amado pelos italianos. Por exemplo, nós temos tantos italianos aqui que talvez eles serão mais do que os brasileiros autóctones, inclusive podemos dizer isso, porque, por exemplo, este prédio aqui – para mim – é uma relíquia. Foi projetado por Oscar Niemeyer, que eu tive a sorte de ter como amigo. Também tivemos a alegria de estar em um auditório que foi projetado por Oscar Niemeyer.

Eu tenho um carinho enorme por esse gênio. Então, encontrar-me neste edifício que foi projetado, em detalhes, por Oscar Niemeyer, para mim, é uma grande emoção.

Eu também gosto muito de um grupo de estudos italianos e, como diz o Fernando Henrique Cardoso, eles inventaram o Brasil. O Brasil era, de fato, um conjunto de etnias e confluía aquela matriz indígena, portuguesa, africana; depois temos a sueca, a polonesa, a italiana, então, não havia ainda uma identidade cultural. A partir dos anos 30, o Brasil teve essa sorte enorme de ter esses gênios que inventaram a identidade do Brasil, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Darcy Ribeiro e tantos outros, onde podemos incluir também o nosso amado Senador Cristovam Buarque.

Portanto, antes de entrar nesta sala, pensamos em mudar a nossa agenda, a pauta deste encontro: vou aproveitar a presença do Senador Cristovam para fazer um diálogo entre nós dois. Para mim, é uma honra poder dialogar com o Senador Cristovam Buarque porque ele é notável também na Itália e constituiu-se em um modelo para nós italianos, assim como outros educadores brasileiros a exemplo de Paulo Freire e do Sr. Helder Câmara, que também tive a sorte de conhecê-lo em Recife. Portanto, acredito que seja muito mais interessante esse ping-pong entre nós dois, o que será, para mim, um dia memorável.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Então, agora, agradeço ao Prof. Domenico De Masi, e a presença da Senadora Ana Amélia, que é Vice-Presidente desta Comissão. Costumo dizer que pode não se ter o melhor presidente, mas, com certeza, nós temos, nesta Comissão, a melhor Vice-Presidente de Comissões do Senado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Generosidade. (*Risos.*)

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cyro, bom dia a cada um de vocês!

Eu quero manifestar a minha alegria de estar aqui junto ao Domenico De Masi.

É a primeira audiência, salvo uma que não chegou a ser audiência realmente, que fazemos na Comissão do Futuro. O Senador Luiz Henrique, muito tristemente, hoje não está aqui – eu tenho de sua tristeza, porque ele está em uma viagem ao exterior, que ele não podia adiar. S. Ex^a é o Presidente, e eu sou o Relator.

Eu fiquei desafiado pelo Domenico quando ele aqui fez esta proposta de ao invés de ele começar com uma fala, com uma palestra – aliás, ontem, eu assisti a uma palestra dele brilhantíssima na embaixada da Itália; meus cumprimentos ao embaixador que a promoveu –, e creio que é um desafio que vale a pena, fazermos um diálogo. Fiz isso uma vez com o Celso Furtado, mas foi um diálogo organizado, e aqui vai ser improvisado. Por isso, quero dividir essa responsabilidade com vocês, ou seja, de não só eu fazer o debate, mas quem quiser, aqui, perguntar também, pois, assim, ficará mais rico.

Vou começar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Cristovam, antes, porém, deixe-me fazer uma correção e apresentar corretamente os nossos convidados.

Eu cumprimento e agradeço a presença do Sr. Embaixador da Itália Raffaele Trombetta; a esposa do Professor, Sr^a Assunta De Masi; Prof. Heitor Gorgulho de Souza; Prof. Gustavo Baptista, Vice-Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares; Sr. Marcos Formiga, Diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, e o Sr. Raul Sturari, Diretor da Sagres Política e Gestão Estratégica Aplicadas, que também estão disponíveis para o nosso encontro, para o nosso bate-papo aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Meu caro Domenico De Masi, minha primeira provocação vai na linha da constatação de que a civilização está numa encruzilhada. Nós percebemos isso por meio de diversos livros, especialmente de alguns seus. Essa encruzilhada, que leva à “sociedade desorientada” – expressão que está no subtítulo do seu livro –, essa encruzilhada em que precisamos escolher um caminho, este modelo civilizatório ou outro, estamos desorientados. Nós temos que jogar a responsabilidade da desorientação, obviamente, à economia. Mas, eu creio que os dois grandes responsáveis somos nós políticos e nós intelectuais. Os políticos porque não estamos sabendo como reorientar o modelo civilizatório, até porque a nossa atividade de político é local e de curto prazo, não é civilizatória, não é de longo prazo. Nós temos que pensar nos eleitores, e aí não pensamos na próxima geração; temos que pensar onde moram os nossos eleitores, e aí não pensamos no Planeta Terra. Mas os intelectuais deveriam ter saído na frente, formulando propostas para que os políticos adotem, e nós não estamos vendo grandes pensadores outros como você.

A minha pergunta é simples: diante dessa desorientação, você acha que a gente vai ter tempo para reorientar o modelo civilizatório? Ou antes de conseguir isto nós vamos ter uma grande catástrofe ecológica e vamos ter uma grande catástrofe ética na consolidação da desigualdade? Ou seja, vai dar tempo para a gente consertar todo o estrago destes 200 anos da civilização industrial?

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Bom, eu tenho que oferecer duas premissas. A minha teoria geral é que nós tivemos três grandes períodos históricos. Um primeiro, que foi muito longo, que começa com a Mesopotâmia e depois acaba com o Iluminismo. Portanto, ele tem uma duração de em torno de 5 mil anos. A sociedade teve como epicentro econômico e cultural a agricultura e o artesanato. Depois, a partir da metade dos anos 700 até os anos 900, então por 200 anos, nós tivemos uma sociedade que foi completamente nova, que nós chamamos de industrial, em que o epicentro do sistema foi a fábrica, foi a produção em grande escala de bens materiais, com alguns valores, como, por exemplo, a velocidade, a hierarquia, o machismo, e assim por diante.

Então, a partir da Segunda Guerra Mundial, começamos a terceira fase, que eu chamo de pós-industrial, em que ainda permanece com muita importância a agricultura, também permanece muito importante a indústria, mas a centralidade é assumida pela produção em grande quantidade de bens imateriais. E os bens imateriais também são os serviços, as informações, os símbolos, os valores e a estética.

Bom, a primeira premissa é que, na sociedade rural e na sociedade industrial, era muito simples fazer essas perguntas e era difícil responder a essas perguntas. E na sociedade pós-industrial, é muito fácil responder às perguntas, mas é muito difícil fazer as perguntas. Portanto, neste momento, o papel mais difícil foi assumido pelo Cristovam. Não sou eu que devo responder facilmente.

O segundo elemento, a resposta, se encontra na tese do meu livro, a partir de uma constatação. A ideia de escrever esse livro surgiu no Brasil, há dois anos, durante um seminário com gerentes tope da grande empresa, que foi a empresa Globo, e o que eu verifiquei é que há 20 anos, quando eu vim a primeira vez da Itália, a Itália estava eufórica naquele momento, e o Brasil estava deprimido. Depois, 10 anos atrás, quando eu voltei – eu voltei todos os anos –, a Itália estava deprimida, e o Brasil estava eufórico. Então a relação foi invertida. Depois eu voltei ano passado, e este ano a Itália e o Brasil também estão deprimidos. Então, tem algum movimento da depressão. E como eu viajo o mundo inteiro, verifiquei que a depressão é planetária, é mundial. Então, como sociólogo, eu me perguntei o porquê, o que está acontecendo? Por que essa depressão? Por que, embora te-

mos esse mundo muito mais rico, o Planeta produz três pontos a mais do PIB no mundo inteiro, nós temos máquinas que nos aliviam a vida, temos eletrodomésticos que nós calculamos, que uma dona de casa americana tem eletrodomésticos que são equivalentes a 33 escravos da época grega e da época romana também, temos também analgésicos contra a dor, temos meios de transportes muito mais simples, nós estudamos muito mais, e também temos a possibilidade de acesso à democracia, e nós continuamos deprimidos, no mundo inteiro? O que está acontecendo? E eu percebi que essa depressão provém do fato de estarmos desorientados. Nós não temos princípios, não temos diretrizes às quais podemos informar a nossa existência.

Por exemplo, é muito difícil dizer se um quadro é bonito ou feio, uma obra de arte; também é difícil entender se uma ação é boa ou ruim; é difícil entender até mesmo que o que está dizendo a televisão é verdade ou é falso; é difícil também entender as coisas de esquerda e de direita; é difícil entender as coisas públicas e privadas; é difícil também entender o que é mulher e homem; é difícil entender o que é vivo e morto inclusive. O que está acontecendo para se ter essa dificuldade, que não se encontrou em nenhuma das fases precedentes da história humana? E refletindo sobre isso, eu começo a entender que a nossa sociedade pós-industrial é a primeira sociedade na história da humanidade que não possui um modelo de referência. Todas as sociedades anteriores, todas as civilizações anteriores nasceram com base em um projeto teórico. Primeiro temos esse projeto teórico e, depois, temos uma execução, uma realização prática. Por exemplo, o Império Romano nasceu do Evangelho, dos escritos dos padres da Igreja. Por exemplo, os estados nacionais, as nações nasceram da idade de Montesquieu, de Esmirna, da ideias de Voltaire, de Diderot, de d'Alembert.

A Itália, por exemplo, foi unificada por Cavour, que foi um grande político. Cavour conseguiu a unificação da Itália porque tinha nas suas costas a ideia de Alberto, de Catânia, de Mazzini, de Beccaria. Quais são as ideias que possuem nas próprias costas os governantes de hoje? Quais são as ideias que o Putin, Obama, Dilma, Napolitano têm sólidas? talvez nenhuma.

Há alguns dias, foi publicada no *Corrieri della Sera*, que é um jornal italiano importante, uma matéria muito interessante sobre quais são os pontos de referência de Matteo Renzi, que é o atual chefe de governo italiano. E tínhamos uma galáxia de princípios atrás das ideias, das ações e das ideias de Matteo Renzi e há alguns pensadores cristãos, mas também há alguns empresários que não são honestos, temos também Mickey Mouse, há também a Coca-Cola por trás.

Então, na prática, nós temos um *patchwork* de ideias misturadas. A mesma coisa acontece para Putin e, com certeza, para Obama também acontece.

Então, quem tem essa culpa, se os políticos não possuem essas ideias precisas com as quais podem agir? Em minha opinião, a culpa é dos intelectuais. No início dessa cadeia, nós temos os intelectuais, e, na prática, nós temos a economia que destruiu a política; as finanças também destruíram a economia; e as agências de *rating* também destruíram as finanças. Portanto, tudo foi reduzido a um sistema que possui algumas regras. E depois obedecem às agências de *rating*, que é um paradoxo: 50 pessoas no mundo decidem a economia inteira! E eles fazem isso sem ética, sem estética, sem princípios e sem nenhuma base intelectual. Portanto, em minha opinião, essa culpa é dos intelectuais. Parece-me que eles perderam a coragem.

Vejam que os grandes intelectuais dos anos 700, quando o Estado era absoluto, o rei podia assassinar e matar qualquer um, e a Igreja também tinha um poder muito forte com a Inquisição; no final, foi queimada uma mulher que foi acusada de bruxaria, e, naquela situação tão terrível, houve umas 40 jovens – umas 20 na França, umas 10 na Inglaterra e outras 10 na Itália – que arriscaram a própria vida à prisão, conseguiram contribuir com ideias muito novas, como a regra da igualdade, da justiça, da fraternidade, àquelas ideias que depois saíram na Revolução Francesa e no estado burguês dos anos 800.

Mas nós, os intelectuais atuais, não arriscamos nada. Vocês, sim, arriscaram durante o governo militar. Vocês arriscaram a ir para a prisão, para o exílio também. Alguns se arriscaram como o meu amigo Frei Betto, com quem eu escrevi um livro; ele se arriscou também com a tortura. A Dilma, de fato, também foi presa, foi torturada. No Brasil, os intelectuais arriscaram muito. Arriscaram como Condorcet, que também perdeu a vida por se arriscar.

Nós, os intelectuais, nos Estados Unidos e na Europa, não arriscamos nada! E nós não produzimos ideias novas. Portanto, eu respondo à sua primeira pergunta – não sei se me prolonguei muito na minha resposta, mas eu precisava contextualizar o meu pensamento –, dizendo que eu acredito que a culpa principal é dos intelectuais, neste momento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O senhor acha que temos tempo para encontrar um novo rumo, um novo modelo, antes de uma grande catástrofe?

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Bom, acredito que sim, porque foi isso que aconteceu durante toda a história da humanidade. Na história humana, o homem se arriscou muito às catástrofes, sobretudo de caráter ecológico.

Então, nós, hoje, pensamos que o grande desafio ecológico que fala do Planeta provém do progresso químico, do progresso tecnológico etc. Mas já vivenciamos períodos terríveis. Por exemplo, o Império Romano desmatou completamente, destruiu todos os bosques de quase toda a Europa. E arriscamos, claro, a produzir uma catástrofe ecológica incrível naquela época. Depois os seres humanos entenderam isso.

Eu posso inclusive dar um exemplo: uma das causas principais da possível catástrofe ecológica é esse encantamento da humanidade pela velocidade. A velocidade se encontra na base de todos os nossos desastres ecológicos, mas é a base também do nosso desastre psicológico. Todo o estresse provém desse desafio da velocidade. E depois isso é reduzido à lentidão, porque a cidade mais lenta do mundo é São Paulo, onde todos querem andar rapidamente.

E como todos querem ir depressa, então, todos ficam parados durante quatro horas por dia. Esse é o que eu chamo de “grande manicômio do mundo”, que é a cidade de São Paulo. Dezoito milhões de loucos fechados em uma cidade.

Mas penso que, atualmente, inicia-se a procura por um modelo alternativo ao modelo industrial. Essa velocidade é típica da sociedade industrial. E agora, no mundo inteiro, vejo grupos que trabalham no sentido de que tudo seja muito mais lento, *slow food*, *slow sex* – até isso temos! – etc. Existem grupos no mundo inteiro que trabalham para a lentidão. Além disso, também há grupos que trabalham para decrescer, como Lattoog e outros. Então, no mundo todo há grupos que trabalham na criação de um paradigma completamente novo, que não está mais baseado na velocidade, mas está baseado na lentidão. Não é mais baseado na visão machista, mas na visão feminista da vida.

Nós temos que levar em consideração um fato: em 2020, em seis anos praticamente, 60% das pessoas formadas serão mulheres, e 60% também das que possuem mestrado serão mulheres. As mulheres também terão homens muito mais jovens do que elas. Então, viveremos uma realidade extraordinária, inexorável, em que as mulheres poderão ter um filho sem ter um marido, por exemplo. E os homens não podem fazer um filho sem ter uma mulher. Isso já determina uma mudança de gerações que me dá muita esperança.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sua fala já responde um pouco ao que eu vou lhe perguntar, mas eu queria uma resposta mais explícita.

Lembro-me de que certa vez vi uma tira da Mafalda. Sabe quem é Mafalda? É uma personagem argentina de tiras que eu considero quase tão importante quanto Dom Quixote. E eu vi uma frase em que ela dizia: “Quando as respostas não funcionam mais, é preciso mudar as perguntas”.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Agradeço também à intérprete, já que ontem não o fiz. Como é essa frase?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – “Quando as respostas já não funcionam, é preciso mudar as perguntas.”

Só um detalhe: você diz que é uma frase importante. Importante, eu quero chamar a atenção, é a sua frase que diz: “Quando todos querem andar velozes, o resultado é que todos ficam paralisados”. Essa é uma grande frase, porque serve também para dizer que quando todos querem consumir muito, o resultado é que acabam os recursos para produzir o que se consome.

Mas, voltando, a Mafalda disse isso. A minha pergunta é: quais são as grandes perguntas que nós precisamos fazer para encontrar um novo rumo? Na sua fala já dá para entender algumas, como, por exemplo, em vez de perguntar como crescer mais, a pergunta é como ser mais feliz decrescendo. Essa eu já tirei da sua fala.

Quando a gente vê em seus livros os diversos modelos de desenvolvimento, modelos civilizatórios, eu fiquei pensando quais eram as perguntas que cada um se fazia naquele momento. Por exemplo, no modelo cristão, era: como converter mais índios? Como converter mais e como expulsar os muçulmanos? Essa era a pergunta. Depois veio a pergunta: como crescer? Que ainda prevalece. Mas eu lhe pergunto: quais seriam as grandes perguntas que os nossos jovens deveriam fazer não para encontrar uma vida melhor para eles apenas, mas para encontrar um novo futuro para a civilização?

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Bom, a frase da Mafalda me lembra uma frase da minha filha. Eu tenho duas filhas. A primeira, quando tinha uns dez anos, escreveu na porta do próprio quarto – ela sempre queria ficar fechada no quarto dela –: “Não façam perguntas se não conseguem entender a resposta.” Ela escreveu na porta. Então, é linda essa frase, porque, assim, a responsabilidade fica para quem faz as perguntas.

Acredito que a demanda que nós temos já foi feita por Marx. Karl Marx foi o grande humanista do século passado. Seguramente, mais do que Manzoni, ele foi um grande humanista. Marx disse, em certo momento, na obra dele, que, para ser feliz, a única possibilidade, o único instrumento é fazer os outros felizes. Portanto, é o homem que fez mais feliz o maior número de pessoas.

Então, acredito que a pergunta que nós precisamos fazer como sociedade pós-industrial é como fazer para que cada um de nós possa fazer feliz o maior número de pessoas.

Há duas semanas, casou-se uma amiga nossa, iraniana, que é escritora. Ela saiu do Irã. É uma moça extraordinária. Tem menos de 30 anos, fala seis línguas, escreve no *Le Monde*, no *The New York Times*, e ela se apaixonou por um homem brasileiro. Duas semanas atrás ela se casou com esse homem brasileiro. Eles são maravilhosos, lindos, extraordinários. É um casal maravilhoso, pela inteligência, pela beleza e também pela riqueza. Não falta nada. Eles são ricos também. Então, naquele ritual iraniano, há um momento em que os dois esposos se dizem algumas coisas. Cada um diz algumas coisas para o outro. Então, o brasileiro disse uma frase tipicamente brasileira, que foi linda. Ele disse: “Todas as manhãs, quando eu acordar – ou quando eu acordo –, eu me dei esta tarefa de pensar quatro coisas que fazem feliz a minha esposa durante o dia. Até o final do dia eu tenho que fazer essas quatro coisas pelo menos.”

Então, essa é a missão da sociedade pós-industrial, na minha opinião.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há perguntas que chegaram pela internet do público.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – E eu gostaria de fazê-las entre os presentes e também os internautas.

A Kely Coelho Barros Pimenta, do Estado de Goiás, pergunta: “Professor Domenico, li alguns artigos do senhor e também vi sua entrevista no Roda Viva. Achei muito interessante a questão que o senhor abordou referente ao teletrabalho e sobre a redução da jornada de trabalho, para que mais pessoas possam trabalhar. Acha que daria certo no Brasil?”

O Luiz Carlos, do Rio Grande do Sul, terra da nossa querida Ana Amélia, pergunta: “O que fazer para que haja eficiência na gestão pública? No futuro, haverá?”

Anna Flávia Smith Baranski, de Santa Catarina, pergunta: “Para um cenário decente, nos próximos 50 anos, é preciso que os governos evitem nos endividar por mais 50 anos, e que sejam realizadas as reformas tributárias e do orçamento antes da reforma política. Pacto Federativo já.”

Por último, ainda da Kely, ela pergunta ao Professor: “Acredito que o maior problema que estamos enfrentando é a corrupção. O que devemos fazer, se ela vem daí de cima? É claro que o maldito ‘jeitinho brasileiro’ também é um modelo de corrupção. Como mudar algo tão arraigado à nossa cultura?”

O SR. DOMENICO DE MASI (Tradução simultânea.) – A primeira pergunta, sobre a redução das horas de trabalho e do teletrabalho, enfim, respondeu o grande economista do século passado século passado, Maynard Keynes, em 1930, naquele momento não existia a ONU; havia a sociedade das nações, com alguns chefes de estado, que eram poucos naquele período, eles se reuniam na sociedade de nações e, a cada ano, tinham essa reunião, esse encontro oficial.

Em 1935, esse encontro oficial ocorreu em Madri e o rei da Espanha, que recebeu todos os chefes de estado queria homenageá-los com uma doação. E, como doação, ele fez uma conferência com o grande economista do período Maynard Keynes. Ele pediu a Keynes que fizesse uma palestra de 45 minutos sobre um tema livre. E Keynes se preparou muito escrupulosamente e fez essa conferência, que convidou todos vocês que a leiam, porque é extraordinária, foi publicada e posso enviá-la para que vocês a coloquem no *site* para que todos tenham acesso. E o que Keynes disse? “O progresso tecnológico é torrencial, é muito rápido, é veloz.” E nós estamos falando de 1930, portanto, não tínhamos conhecimento da informática nem de antibióticos, não havia os supersônicos. Mas, para Keynes, o progresso já era extraordinário: já havia avião, trem; era um progresso em que não se acreditava. E Keynes, disse: “Nessa situação em que nós nos encontramos, de progresso tecnológico, a perspectiva para os nossos netos...” Os “netos” a que ele se referiu naquele tempo somos nós atualmente. A palestra foi em 1939, portanto, os netos somos nós atualmente. E o que ele disse? Que o progresso seria tão forte que haveria duas possibilidades: se o mundo fosse lógico e saudável, todos iriam trabalhar pouco; se o mundo fosse louco, completamente louco, os pais iriam trabalhar dez, doze horas, e os filhos seriam completamente desempregados. Infelizmente, a humanidade fez a segunda escolha, pela segunda possibilidade. Não tanto no Brasil, porque vocês ainda tem um desemprego oficialmente baixo, mas, de qualquer forma, é muito forte. Vejam a Itália, onde 42% dos jovens, de 18 a 35 anos, não têm trabalho e já terminaram todos os estudos. Podem pensar: “Que maluquice, o garoto acorda de manhã, o pai vai trabalhar e o filho fica em casa, com 25 anos, 30 anos, 35 anos! Ele fica em casa! Isso é uma loucura!”

E Keynes disse que o precisávamos fazer era levar a semana de trabalho a 15 horas. Ou seja, três horas por dia por cinco dias ou cinco horas por três dias. Essa seria a única salvação do ponto de vista estrutural. Mas depois nascem os problemas de caráter cultural. E o que vamos fazer nesse tempo livre, ocioso? Só se salvarão as pessoas com muito mais cultura, que poderão enriquecer o próprio tempo com novos significados. E isso

responde a todos os problemas sobre educação. O que nós devemos fazer é educar para o tempo livre, muito mais do que nós educamos para o tempo de trabalho.

Por exemplo, hoje um jovem de 20 anos, estudante, ele deve ter pela frente pelo menos 60 anos de vida a mais, que são 30 mil horas e, dessas 1.300 horas, ele vai trabalhar talvez 53 mil. Então, vai trabalhar 80 mil horas. Então nós temos todas essas horas de tempo livre. Então, se nós ainda temos 200 mil horas, 220 mil horas para dormir, para cuidar do corpo, nós temos 230 mil horas de tempo livre completamente. Então, o futuro é condicionado pelo tempo livre e não é condicionado pelo tempo de trabalho. Portanto, o problema da redução das horas é um fato inexorável.

Ele se apresentará nos próximos dez anos, porque, no mundo todo no mundo todo, aumenta o número de jovens que não têm trabalho e não têm sequer o que estudar mais.

Sobre o outro aspecto, de como podemos reformar a Administração Pública, eu não tenho a capacidade de falar sobre isso. Acredito que talvez um triunvirato – Churchill, de Gaulle, Roosevelt – possa resolver esse problema da Administração Pública, mas eu acredito que, nesse aspecto, uma ajuda enorme virá das novas tecnologias, que poderão reduzir o pessoal da Administração Pública, porque, no Estado atual, grande parte do que fazem as pessoas na Administração pode ser delegado às máquinas. A parte executiva, então, permanece. A parte criativa é que não é mais do que uma terceira parte do que existe.

Depois temos outra pergunta que estava relacionada com o endividamento. Isso é um problema muito grande porque está vinculado ao mundo em crescimento. Esse fenômeno que temos de não crescimento vai ser resolvido quando os países ricos entenderem que não podem permanecer mais ricos. Hoje, por exemplo, a Itália tem um PIB de US\$34 mil *per capita*; a China tem US\$4 mil; o Brasil, US\$11 mil; Índia, US\$1,2 mil. Então, acredito que esse desequilíbrio chegará a um ponto igual e, em parte, vai solucionar o endividamento.

Para o problema da corrupção nós temos duas soluções. Por um lado, nós temos esse fato da maior transparência, que pode ocorrer devido às novas tecnologias. De outro, os movimentos populares. Temos pouco a fazer. No Brasil vocês têm, desde junho passado, por alguns meses, já quase há um ano, grandes movimentos populares que solicitam, que pedem a transparência e anulamento da corrupção. Naquela época, tivemos a luta de classes. Aqui temos movimento de populares, aqui entramos com esses movimentos. E é aí onde teremos a luta maior contra a corrupção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero retomar o conceito de perguntas. Uma das pessoas perguntou sobre o endividamento. Mas provavelmente a preocupação dela é com o endividamento financeiro, não é com o endividamento muito mais grave, que é o endividamento dos seres humanos com a natureza por causa de um modelo consumista, porque o endividamento financeiro, pelo menos, esta geração tem que pagar, mas o endividamento ecológico são as próximas que vão pagar. Isso mostra como as perguntas são importantes.

Aí eu queria lembrar o seguinte, quando Keynes escreveu esse texto, ele também tinha, na mesma época, escrito um texto sobre quanto é o bastante para se viver bem. E ele imaginava que, quando chegassem àquele nível de produção, as pessoas parariam de trabalhar tanto quanto trabalham. Acontece que, naquela época, o consumismo ainda não estava tão forte e arraigado na cabeça e no coração das pessoas, que estão querendo trabalhar e endividar-se o máximo para consumir o máximo, não importa se ao final tivermos os problemas de hoje.

Mas aconteceu diferente. Chegou o consumismo, a necessidade de consumir o máximo e de trabalhar o máximo, tanto que os pais trabalhem e os filhos não trabalhem, eu creio, Domenico, que não está acontecendo, porque os filhos não estão no ócio, os filhos estão no desemprego. Eles estão sem trabalhar, mas procurando emprego, querendo trabalhar. Essa que é a grande lógica. A lógica seria os pais se aposentarem mais cedo, os filhos trabalhem menos e todos consumirem menos, mas, para isso, nós precisamos encontrar as perguntas certas.

Aí eu volto a insistir: eu não conheço esse casal de brasileiro com iraniana, e fico impressionado com o sentimento desse brasileiro que pensa todos os dias em quatro formas de fazer a esposa mais feliz. Eu lhe pergunto: quais são as quatro perguntas que nós temos que nos fazer hoje para que a civilização seja melhor?

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Já vou pensar minha resposta.

Bom, o problema da relação entre trabalho e consumo é fundamental para a economia, também para a sociologia e também para ética, claro. Eu acredito que nós devemos começar a fazer uma distinção entre trabalho e trabalho. Infelizmente, essa culpa nossa, sociólogos e economistas, nós não fomos capazes de inventar palavras diferentes para indicar produtividades diferentes. Então, nós falamos que uma pessoa da mineração trabalha, um mecânico também trabalha, um Senador trabalha, um professor trabalha, um artista também trabalha, um poeta também trabalha... Ontem, almoçamos com esse grande artista italiano Mario Biondi; concluímos o nosso almoço, conversamos e, em certo momento, ele disse: “Nós temos de trabalhar!” Era a pre-

paração dele para o concerto, para o *show* que ele iria fazer à noite. Mas essa palavra única “trabalho” nos cria uma falta de orientação mesmo.

E acredito que nós temos de fazer uma distinção de três tipos. O primeiro tipo é aquele tradicional, o do operário, sobretudo braçal, feito com os músculos, cansa o corpo, enfraquece o corpo, e isso pede o trabalho menor possível e aposentadoria em um período mais breve. É desse tipo de que fala Marx, porque, em 1850, a cidade mais industrializada do mundo era Manchester, que tinha 94% da população operária. Então, naquele momento se chamava tudo de trabalho.

Depois também temos o resto do trabalho, as duas terceiras partes, que são 70%: o trabalho intelectual. Mas esse trabalho intelectual também tem uma distinção em seu interior. Digamos que a metade, 33% sejam trabalho intelectual executivo, dependente; é aquele trabalho do bancário, do escriturário, que todos os dias faz a mesma prática, assim como o do estenógrafo, que também escreve, a secretária, enfim.

Depois, temos o trabalho intelectual criativo. Esse é o único e grande compromisso da humanidade. Os seres humanos são feitos para o trabalho intelectual criativo. O resto se reduz àquele estado bestial, quase animal, que foi necessário durante esse trajeto da humanidade, mas hoje seria completamente eliminado, graças às novas tecnologias. Nós temos todas as tecnologias para determinar os 70% do que nós chamamos de trabalho, e para fazer a produção do que nós produzimos hoje, muito mais do que nós produzimos hoje, com 30% das pessoas que fazem esse trabalho criativo, delegando todo o resto para as máquinas.

Infelizmente, nós temos um vício antigo, que é o vício do trabalho. O trabalho é um vício; não é uma virtude, mas ele foi imbuído pela religião, por muito séculos, como uma obrigação para compensar o pecado original. Nós temos a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 1893, que diz que, embora sem pecado original, nós teríamos trabalhado de qualquer forma. Mas, com certeza, hoje, depois desse pecado original, o que nós teríamos feito para nosso prazer? Nós devemos fazer isso sofrendo, porque essas são as “consequências do pecado”, – entre aspas.

Portanto, a nossa geração cresceu com essa obrigação do trabalho como uma expiação. É aquele dever mais difícil, mas nos libertamos disso e, então, temos possibilidades maiores de ir ao paraíso. Então, lá o que se faz?

Faz-se de tudo: canta-se, dança-se, passeia-se, não se trabalha lá. Nenhum paraíso que foi descrito por especialista – porque temos os teólogos que são especialistas em paraíso, que se chamam paradisiólogos –, ninguém instituiu um paraíso onde se trabalha. Portanto, isso quer dizer que os seres humanos não nasceram para trabalhar, nasceram para criar e para procriar.

Então, acredito estar de acordo com Bertrand Labasse, que diz que nós vivemos como se nós não tivéssemos esse prazer e esse milagre das máquinas atuais. Portanto, nós utilizamos mal as nossas tecnologias, nós as subutilizamos. Vamos pensar, por exemplo, em um fato. Quantos funcionários temos aqui no Senado? Milhares, com certeza. Quantos, desses funcionários, acordam de manhã, se deslocam para cá e, aqui, fazem um trabalho que eles poderiam fazer em casa? Acredito que pelo menos a metade poderia não perder o tempo em vir até aqui, sendo que com a Skype, com a internet eles poderiam trabalhar em casa.

Lembro-me bem quando, José Serra era o Prefeito de São Paulo, nós jantávamos, e ele me perguntou: “Qual é o problema principal de São Paulo?” “Eu acredito que seja o tráfego, todo mundo fala do trânsito. Na Itália todos falam de política; em São Paulo todos falam do trânsito”. “Então, qual é a solução?” “O teletrabalho”. Porque se pode ficar em casa, trabalhando e, assim, podem socializar com os vizinhos, enfim, sem ter que se deslocar como fazem hoje.

Portanto, o empregado que mora em lugar distante e trabalha no Senado sequer conhece direito o bairro em que ele mora e sequer conhece direito o Senado. Portanto, nós temos essas possibilidades disponíveis. Nós temos as possibilidades de sermos felizes, mas nós somos masoquistas. Infelizmente o masoquismo é terrível. Grande parte dos intelectuais brasileiros são masoquistas. Eu também jantei, em São Paulo, com grandes intelectuais nesses dias em que estou aqui e todos são pessimistas. A parte negativa que ele me atribuem é que eu sou otimista. O intelectual tem essa ideia de que se é inteligente é pessimista; e se são cretinos, são otimistas. E é o oposto, na realidade. Nesse mundo onde nós temos todas essas possibilidades disponíveis, ser pessimista é cretino! É uma estupidez total! E, com frequência, os mais ricos são pessimistas, os mais privilegiados, os que fazem tudo o que querem; os corruptos também são pessimistas. Esse é um confronto.

Vocês têm toda uma vida para coisas maravilhosas, que eram até difíceis, mas que vocês conseguiram fazer. O Brasil deve sair dessa fase pessimista que está sendo introduzida pelos intelectuais, que é essa categoria pior dos intelectuais, que são os jornalistas. Porque essa é a primeira época histórica em que, junto com os intelectuais, se criou um meio caminho, que é o jornalista, em que ele só faz banalizar as ideias dos intelectuais. Então, quando eles me entrevistam, a primeira coisa que eles dizem é: “Por favor, o senhor pode ser breve”. No entanto, eles me fazem perguntas enormes. “O que significa felicidade? O senhor tem 30 segundos

para responder.” Então, como assim? A felicidade em 30 segundos! Isso não é possível! Sequer consigo entender como o jornalista consegue entender isso, porque eu não consigo entender felicidade em 30 segundos. Eu não sei se fui claro.

Então, nós temos que utilizar esse otimismo e lutar pelo que você disse. Nós estamos vivendo em um modelo louco. Todos estamos conscientes de que esse modelo é errado. É um modelo que leva as pessoas a correrem entre a fábrica e o *shopping*. Essa é a vida da maioria das pessoas; fábrica, *shopping*, escritório, casa. Então, nós temos que sair desse círculo vicioso e entender que o trabalho – também isso foi dito pelo Papa Paulo VI na *Populorum Progressio* – não é humano se não é autoconsciente e livre.

E essa é a nossa leitura da vida, então.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Passo a palavra para nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, que é do Partido Progressista (PP) do Rio Grande do Sul. Também saúdo e apresento a Senadora Ana Rita, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Espírito Santo.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente Cyro Miranda.

Caro Prof. Domenico De Masi, eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque por ter nos dado o privilégio de recebê-lo aqui e ouvir essas palavras que trazem humanidade e humanismo nas relações humanas.

Acho que a grande contribuição que ele está dando é exatamente nesse aspecto: a leveza com que os problemas mais graves são tratados por ele, e essa perspicácia que ele tem na percepção do comportamento humano, especialmente do comportamento brasileiro. O senhor é um dos que mais conhecem o comportamento brasileiro, os autores brasileiros, a cultura brasileira. E agora, quando o senhor acaba de dizer que os ricos são mais pessimistas, e os pobres não, há uma convicção de que uma tragédia no Brasil é logo transformada em piada. Isso é muito do nosso jeito de minimizar o drama, o sofrimento. Então, penso que isso é um dado positivo. Já dizem os argentinos que, quando há uma tragédia, ela se transforma em tango. Todo tango é isso. E a piada, o samba são muito alegres.

O SR. DOMENICO DE MASI (Tradução simultânea.) – O tango é uma tragédia! O samba, não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sim, é uma tragédia. É uma tragédia, por isso. Quando o drama vem na Argentina, se transforma num tango, e aqui se transforma num samba ou numa boa piada. É apenas para confirmar o que o senhor acaba de falar sobre essa perspectiva.

Seu livro, que o Senador Cristovam mostrou – inclusive tem uma bela capa –, *O Futuro Chegou*, traz algumas definições no sentido de que a atual crise econômica mundial é uma redistribuição planetária da riqueza, na qual os países mais ricos ficarão menos ricos, e os pobres, menos pobres. O senhor tem uma posição sobre os economistas nada lisonjeira, porque o senhor diz que os economistas são incapazes de perceber que a eficiência produtiva não é a coisa mais importante, não é o que importa. E exatamente sobre essa avaliação dos economistas, está fazendo grande sucesso na Europa, e chegou ao Brasil, a obra do francês Thomas Piketty, *Capital no Século XXI*, agora já transcrito para o inglês e também para o português. As tendências apuradas por Piketty mostram piora na distribuição de renda e riqueza a partir da década de 80 em cerca de 20 países. Aliás, o prêmio Nobel de economia, Paul Krugman, chegou ao extremo de dizer que o livro do Piketty é um divisor de águas no pensamento econômico e um épico. mas já está sendo até questionado.

Então, eu queria, no caso do Piketty, que fala sobre a desigualdade patrimonial em nações ricas, perguntar ao senhor: ele tem razão nessa nova visão e interpretação econômica, nesse novo conceito que ele está estabelecendo? Eventualmente, quais são os equívocos que ele pode ter cometido nessa obra que hoje é um *bestseller* na Europa e também nos Estados Unidos?

Muito obrigada ao senhor, obrigada por estar aqui conosco nos dando essa lição de vida, não só de conhecimento, mas sobretudo de vida, o *savoir-faire*, o *savoir-vivre*.

O SR. DOMENICO DE MASI (Tradução simultânea.) – Acredito que a diferença entre os economistas e os sociólogos é como a diferença entre o tango e o samba. Podemos dizer que os economistas são os argentinos, e os sociólogos são os brasileiros.

Não é por acaso que o Brasil teve grandes intelectuais psicólogos, e é o único País no mundo que teve no Presidente da República um grande sociólogo, inclusive como foi o Fernando Henrique Cardoso. Com relação à tese que foram ampliadas por Paul Krugman, acredito que, no âmbito de cada país, aumenta aquela divisão entre ricos e pobres, mas, no conjunto dos países, os países pobres tornam-se mais ricos.

Infelizmente, o livro mencionado para na primeira parte, ou seja, não vai para a segunda parte. A cada ano, o Planeta produz três pontos, mas, desses cinco pontos a mais... E vemos que grande parte dessa produção se encontra na China, que é um país pobre, com 4 mil dólares *per capita*, Índia, com 1,2 mil dólares *per capita*, e o Brasil, que é um País relativamente pobre, com 11 mil dólares *per capita*.

Portanto, não podemos negar que os países pobres estão tornando-se mais ricos. Contemporaneamente, enquanto, por exemplo, o PIB, no Brasil, aumenta há 30 anos, sem interrupção – o aumento do PIB não parou nunca. É claro que foi reduzido; às vezes, muito mais reduzido, chegando, em outros anos, a 4, 5%, mas sempre aumenta –, na Itália, ele foi reduzido desde de 1955, em todos os anos, o PIB vai reduzindo, reduzindo, mingando... E o mesmo também acontece com a Inglaterra, com a França, com a Alemanha e também com os Estados Unidos.

Assim, ao vermos essa macroeconomia, os países pobres estão tornando-se mais ricos; e os ricos, mais pobres. E a minha previsão para os próximos dez anos é a de que os países da OCD vão reduzir em 15 pontos, devendo chegar de 34 a 20 mil dólares *per capita*, mas essa redução, esse decrescimento, pode ser reprogramada para evitar... Talvez tenhamos de viver com menos esse nosso... Se falamos nisso e assumimos isso, então, isso vai ser desastre.

Outro discurso... Aquele livro que a senhora também mencionou no interior de cada Estado... A distância entre ricos e pobres aumentou. A diferença entre o Brasil, único país juntamente com a China, é a de que foi reduzido o tempo.

Portanto, estamos dizendo que o livro não está certo. Na maioria das vezes, o Brasil é ainda considerado como Terceiro Mundo. Também mencionei 15 modelos de vida: o chinês, o da Índia, o muçulmano, o japonês, o do sul da Europa, o do norte da Europa. Em todos os momentos em que discuto meu livro, uma das perguntas, inclusive no Brasil, é: Como é possível se, junto com aquele modelo grego, o modelo latino, o modelo do Renascimento, o modelo americano, nós temos esse modelo brasileiro? E digo: Por que não? O modelo brasileiro é extraordinário. Talvez nem sequer muitos brasileiros percebam isso, mas é um modelo único, neste momento, no mundo. Por que não podemos colocar isso aí?

Naturalmente, no Brasil, temos muito a discutir. Li uma matéria no *blog* do Cristovam Buarque, onde se coloca essa dúvida no crescimento real da classe em si, mas, nesse âmbito dos países, a distância entre os ricos e pobres aumentou. Neste momento, na Itália, dez italianos têm a riqueza de 3,5 milhões de italianos e, agora, os primeiros 85 ricos da *Forbes* detêm a riqueza de 3 bilhões de pessoas.

Isso é um escândalo total! Mas qual é a novidade nisso? Esses 3 bilhões sabem e estão conscientes. Esta é a grande novidade.

A novidade, no Brasil, é que isso se verificou através dos movimentos sociais. Estes inibem aqueles que passaram da classe D à classe C, pois eles estão conscientes dos seus direitos e de que poderiam superar a classe B, e esse é o crescimento social da sociedade pós-industrial.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – “Do Pessimismo e Otimismo dos Intelectuais”.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que estive recentemente em Roma e, ali, encontrei pessimismo entre os intelectuais. Não encontrei um intelectual italiano que fosse otimista.

Quero dizer uma coisa: é importante ser otimista, mas é preciso sê-lo, sem fingir que as coisas estão bem. Você pode ser otimista, sabendo que as coisas não vão bem, mas temos o que fazer, para que elas fiquem bem.

Nesse sentido, creio que podemos dividir os pessimistas intelectuais brasileiros em dois grupos: os que são pessimistas e se acomodam e os que são pessimistas no curto prazo, mas querem superar isso. Para isso, estes não fingem.

Tenho a impressão de que temos muitos otimistas no Brasil, fingindo que as coisas estão bem. Elas não estão bem, mas elas poderão ficar bem. Isso depende de nós, de sabermos fazer as perguntas certas.

Para concluir, quero fazer um protesto, Senadora, sobre tango e samba. O tango pode ser triste, mas é belíssimo. Aliás, nesse ponto, apesar de pernambucano, tenho um desvio: gosto muito mais de música triste e de chocolate amargo.

Então, a beleza do tango é algo fenomenal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aí está a prova de que é um intelectual falando. (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Falando, não; sentindo!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Só para complementar a Senadora, a tragédia do tango se compara com a tragédia da música sertaneja. Esta tem sempre um quê de tragédia.

Acho que ela exprime isso mais do que o samba; o samba está mais para a alegria, e a tragédia vem mais da música sertaneja.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Discordo de V. Exª. Acho que a música sertaneja está mais para o romantismo, para “a dor de corno” – desculpe-me a expressão!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O que não deixa de ser trágico! (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Desculpe-me a expressão, mas esta é a melhor linguagem do que propriamente tragédia. É aquela coisa do amor: perdeu a mulher, que foi pra outro. É aquela coisa do cotidiano. Mas o tango é tragédia mesmo! É como disse o Senador Cristovam Buarque, o nosso intelectual.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Vou dar uma boa notícia: grande parte das empresas farmacêuticas atualmente está estudando sobretudo os fármacos, os sentimentos e emoções que geram pena. Depois de tentar cancelar a dor física, estão procurando os medicamentos para as questões espirituais: os remédios contra o ciúme, a “dor de corno”.

Então, isso significa que vamos perder muitas obras poéticas. Vamos perder “Romeu e Julieta”, de Shakespeare; vamos também perder, então, boa parte da “Ilíada” e da “Odisseia”. Agora, em compensação, vamos recuperar muitas partes tristes da nossa vida.

É claro. Temos músicas maravilhosas, que também expressam momentos. O *Rigoletto*, de Verdi, por exemplo, descreve uma tragédia esplêndida; *Hamlet*, também. Os seres humanos basearam a beleza na dor também, não apenas no prazer.

Também, a tecnologia está mudando completamente esta situação. Por exemplo, devido às novas tecnologias, os *tablets*, os celulares, os *smartphones*, não é mais possível uma pessoa se perder, porque temos os navegadores, os GPS, que nos levam a qualquer lugar. Encontramos tudo; não nos perdemos.

Então, não é possível isolar-se, perder-se, e nem sequer é possível fazer adultério! Ficou muito complicado exercer o adultério com essas novas tecnologias. Portanto, aqui mudamos a nossa relação interindividual e também a nossa relação conosco mesmos. Aqui podemos dizer por que o Brasil pode dar uma contribuição enorme à produção de um modelo. Comecei dizendo que o nosso drama é a ausência do modelo. Portanto, aqui não temos muito a fazer. Nós, intelectuais, devemos criar esse modelo.

Também foi dito, há alguns dias, uma coisa muito interessante. O meu livro, em italiano, se chama *Mapa Mundi*, e o que me disseram foi que no Brasil existe a palavra “desmapeamento”, que é a falta de orientação, falta de um mapa. Então, temos essa obrigação de criar um mapa, e, para criar esse mapa, precisamos de tempo, assim como aconteceu com o Planeta. Quando o homem chegou ao mundo, na prática, ele não conhecia o Planeta. E se levou 150 milhões de anos para que fosse criado o mapa do Planeta Terra. Agora, devemos criar esse mapa da sociedade pós-industrial para eliminar essa falta de orientação que temos. E como podemos fazer isso?

Bom, os seres humanos criaram muitos modelos, e cada um tem um modelo de vida diferente, cada família também tem um modelo diferente, utilizam modelos diferentes, cada país também utiliza um modelo diferente, mas se criaram também estes modelos enormes, o cristianismo, o iluminismo, o protestantismo, o induísmo, o budismo. Esses são grandes modelos de vida. Então, acredito que o ser humano criou poucos modelos.

Acredito que os intelectuais devem fazer uma análise dos modelos precedentes para ver o que pode ser salvo desses modelos e o que não vamos salvar. Esse é um trabalho ruim, é o trabalho que eu fiz nesse livro. Peguei esses cinco modelos: o chinês, o da Índia, o budismo etc e analisei o que há de positivo e o que há de negativo. Cada capítulo foi concluído por... Por que não nos podemos dizer cristãos, budistas, por que não podemos dizer que somos americanos? Cada um desses modelos tem aspectos positivos, afinal de contas. E o Brasil, então?

É interessante isso. O que tem de positivo o modelo Brasil? Porque, depois de anos de análise, parece-me que o Brasil tem o direito de ser um dos grandes modelos da humanidade. Em primeiro lugar, como disse Darcy Ribeiro, um grande mito vinculado ao Brasil, porque criou a Universidade de Brasília, da qual o Senador Cristovam foi reitor, a grandeza do Brasil se encontra em três matrizes: a matriz indígena, a matriz portuguesa e a matriz africana. De cada uma dessas matrizes, o Brasil pegou alguma coisa.

Se estivessem sentados aqui, no meu lugar, vocês veriam todos esses rostos, com muitas diferenças. Se isso fosse feito em Harvard ou em Roma, seria completamente diferente, teríamos, todos, rostos brancos, aqui teríamos brancos e poucos negros, em Harvard. Não teríamos essa variedade, essa diversidade de rostos que temos aqui. De cada uma dessas matrizes, vocês pegaram alguma coisa. Então, acredito que o Brasil subestima a matriz indígena, porque todas as histórias do Brasil, que foram escritas por brasileiros ou foram escritas por europeus, todas começam dizendo que a história do Brasil começa em 1500. Então, é uma loucura, não? Porque, em 1500, chegaram no Brasil 400 portugueses, e havia no Brasil cinco milhões de índios. Então, como é possível?

Eu me perguntei: na Europa, quando estávamos na época de Júlio César, o que faziam no Brasil esses cinco milhões de indígenas? E, enquanto na Europa estava Dante Alighieri, o que estavam fazendo esses cinco milhões de indígenas? Só Darcy Ribeiro foi nas tribos para estudá-las e escreveu cinco volumes maravilhosos. Foi uma obra de arte esses cinco volumes sobre a vida indígena.

O que faziam os indígenas quando na Itália, na Alemanha e na França nós estávamos fazendo guerra fratricidas? O Brasil nunca fez guerras com os países de fronteira. Houve apenas uma guerra do Paraguai no

século XIX. Mas nós fazemos guerra há tempos. Quando não estamos felizes em fazer guerras nacionais, fazemos guerras mundiais. Fizemos duas guerras mundiais. Não foi suficiente uma; fizemos duas.

E o que faziam os indígenas, os índios, enquanto o Dante Alighieri escrevia a *Divina Comédia* ou Júlio César estava conquistando a Gália? Darcy Ribeiro explica isso. Eles faziam duas coisas. Eles eram postos industriais, porque eles não tinham a necessidade do trabalho econômico, eles não precisavam trabalhar, eles não precisavam dar tudo às máquinas. Faziam tudo relativo à natureza: a pesca, a caça, a agricultura. Eles tinham tudo de que precisavam. Eles não precisavam de roupas, de vestimentas. Não precisavam. Eles não precisavam de ter. Então, por que gastar com Armani, Trussardi, quando não tinham necessidade nenhuma de vestimenta? Os índios tinham esse sentimento estético. E o que eles faziam para expressar esse sentido estético? Eles faziam arte. Foi o povo mais artista do passado. Eles eram mais artista do que na Grécia, muito mais artistas do que os grandes escultores e arquitetos gregos.

Qual era a força que eles tinham? Eles tinham tempo. É o que falta para nós. O tempo é um luxo. Para eles, era uma normalidade. Eles tinham tempo. Então, qualquer coisa que faziam, eles o faziam de forma perfeita, porque tinham tempo. Todos os objetos eram produzidos na forma mais perfeita, porque se pensava que, ao produzir um objeto, se colocava lá dentro a alma, a própria alma. Então, quando davam aquele objeto para alguma pessoa, davam parte da própria alma. Essa era a filosofia indígena. Então, como eles consideravam a estética uma doação suprema das ideias, não podia ser feito apenas pintando numa parede ou numa tela. Isso tinha que ser feito pintando o corpo da pessoa amada. Pensem nessa grandeza de sensações que os indígenas tinham.

A doçura se reflete nos brasileiros hoje porque os brasileiros são violentos no interior, devido a essa desigualdade, mas são pacíficos no exterior. Nunca fizeram guerra. Os brasileiros nunca teriam criado uma bomba atômica para destruir, em um dia, 150 mil pessoas como aconteceu em Hiroshima, por exemplo. Nunca fariam isso. No debate que tivemos ontem, foi dito: o Brasil é violento. Sim, mas quando os brasileiros violentos matam em um dia 150 mil pessoas? Os Black Blocs são violentos, mas quantos são os mortos na verdade? Nenhum? Então, onde se encontra essa violência?

Quando nós, a burguesia, chegamos ao poder, no final dos 700, nós matamos 23 mil aristocratas. Não sei se vocês tem essa... Depois temos a matriz africana. O brasileiro herdou este senso da convivência. E temos também a matriz portuguesa, de onde provem o senso do comércio, da indústria. Hoje o Brasil é a quinta potência industrial do mundo. Depois temos a matriz italiana, a matriz polonesa, a matriz francesa, alemã e tudo isso cria aquele primeiro elemento deste novo elemento que é a mestiçagem. Daqui a pouco o mundo será mestiço. No mundo inteiro teremos essa mistura. Mas o Brasil foi o que experimentou a mestiçagem.

Então, nós temos a contemplação da beleza, que é fundamental. Nós temos esse terceiro elemento, que deve ser a sabedoria, o saber, a educação, o conhecimento. Nós temos que enriquecer as coisas do conhecimento através da formação; esse é o ponto fundamental, essencial. Com esses três elementos, eu acredito que o Brasil pode ter esse modelo, essa contribuição, esse novo modelo de vida para o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Rita, eu gostaria de saudar a presença do ex-Senador, Vice-Governador do Estado do Paraná e Secretário de Educação do Paraná, o Sr. Flávio Arns. Hoje, S. Ex^a será homenageado, pois é ex-Presidente desta Comissão, e após esta audiência, com muito prazer, nós teremos a cerimônia de aposição da foto do Sr. Flávio Arns na galeria dos ex-Presidentes.

Também saúdo, com muito prazer, o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo, e o Senador Inácio Arruda, do PCdoB, do Ceará, que também nos abrilhanta com a sua presença.
Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) – Bom dia, Senador Cyro, Presidente desta Comissão.

Eu quero cumprimentar, com muita satisfação, o Prof. Domenico e agradecer pela presença dele aqui hoje, pelas palavras e pelo conhecimento que traz a todos nós.

Quero também parabenizar o Senador Cristovam, pela iniciativa de propor esta audiência pública, e cumprimentar o Senador Flávio Arns, que hoje será homenageado aqui. É uma alegria poder saber que o senhor esteve conosco, nesta Casa, durante muitos anos, prestando um belíssimo serviço em favor das pessoas com deficiência. Muito obrigada.

Eu não pude ouvir o início da fala do Prof. Domenico, mas me encantaram as suas últimas reflexões neste final de exposição.

Eu teria uma pergunta a fazer que foge um pouco do que foi dito até então, mas, pelo que eu sei, o Prof. Domenico é um grande defensor do ócio criativo.

Nós estamos vivendo momentos, aqui no Brasil, de grandes mobilizações, e uma das pautas das mobilizações populares, principalmente dos trabalhadores – essa é uma luta histórica, e já avançamos bastante

nesse sentido, mas ainda existe uma grande demanda por parte da maioria dos trabalhadores –, é a redução da carga horária de trabalho, de 44 horas para 40 horas semanais. Quarenta e quatro horas é a carga horária da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, mas também há algumas categorias, especialmente da área da saúde, como é o caso, por exemplo, dos enfermeiros, assistentes sociais e outras categorias, que reivindicam uma carga de 30 horas semanais. Esta semana, por exemplo, os trabalhadores da saúde, particularmente os enfermeiros, estão aqui em Brasília pleiteando, defendendo a aprovação de um projeto que tramita aqui no Congresso, para redução da carga horária.

Eu gostaria de ouvir um pouco a opinião do senhor a respeito disso.

Eu tenho uma posição clara com relação a isso, mas eu gostaria de ouvir o senhor, como sociólogo, como uma pessoa que conhece bem a nossa realidade brasileira, mas também conhece a realidade internacional com muita profundidade.

Qual é a opinião do senhor? Qual seria, vamos dizer, o comparativo da defesa que o senhor faz do ócio criativo com essas lutas pela redução da carga horária de trabalho? Reduzindo a carga horária, como esse horário pode ser mais bem aproveitado pelos trabalhadores no sentido de que haja um crescimento político, um crescimento do conhecimento das pessoas, enfim? Eu gostaria de ouvir, rapidamente, a opinião do senhor, se for possível.

Obrigada.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Bem, a minha opinião não será de utilidade, não servirá para nada, porque todos os que têm o poder político de mudar as coisas não têm a intenção de mudar.

No mundo inteiro, quem detém o poder tenta não mudar nada, muda pequenas coisas para não mudar as grandes coisas. Mas não é culpa de vocês; é assim que funciona. Quem detém o poder não quer nunca mudar as coisas.

Não se conhece, na história da humanidade uma pessoa que, quando detém o poder, mudou o mundo.

O mundo se muda quando não se tem poder, quando se é oposição. Não se muda quando se está no poder. Então, o que eu vou dizer não vai ser realizado, vocês não conseguirão. Não é possível.

Não é culpa de vocês, é culpa nossa, dos intelectuais, é culpa das massas que não foram educadas para poderem fazer vocês mudarem, porque quem detém o poder hoje ou é obrigado a mudar ou não muda nada.

Então, no princípio, quando ela não estava aqui, falei de três fases históricas. Uma é a fase rural, que durou em torno de cinco mil anos; uma industrial, que durou 200 anos; e uma pós-industrial, que começou agora.

Todas as vezes que muda uma dessas fases, alguns entendem essas mudanças, mas são poucos, os que estão na vanguarda; os outros não entendem que está acontecendo essa grande transformação.

E como eles se comportam, afinal de contas? Eles se comportam na base de um fenômeno que foi muito estudado pelos antropólogos, se comportam com base nessa brecha cultural; eles vão aplicar essas regras precedentes à época sucessiva.

Não sei se ficou claro esse conceito. Isso cria esse sentimento de crise extraordinária. Quando essa sensação de crise e nós já não projetamos o futuro, porque essa é a situação atual do mundo inteiro e nenhum país está projetando o futuro porque em qualquer lugar há essa sensação de crise. E essa sensação de crise é porque, nessa falta de orientação, não sabem o que fazer. E aqui aplicam-se as regras da sociedade industrial na sociedade pós-industrial.

Nós temos que considerar como horário de trabalho não aquele horário de trabalho, os horários dos trabalhos. Como eu já disse, poderiam ser três. Nós não podemos aplicar essa mesma regra a todos os tipos de trabalho. Por exemplo, temos o trabalho físico, que é braçal, executivo; temos um tipo de trabalho intelectual executivo e aquele tipo de trabalho intelectual criativo.

Então, podemos começar a ver esse último: o trabalho intelectual criativo não tem horário, na realidade. Todos nós que fazemos trabalho criativo não temos horário: 30% não têm horário, porque faz um trabalho em que dia e noite e seu pensamento está sempre lá, está sempre nisso. Se você é um intelectual, um professor, um estudante, um artista, e vai ao cinema, ele não vai apenas olhar, ele vai também pegar aquelas ideias para o próprio trabalho. Portanto, o trabalhador criativo nunca para de trabalhar.

Ele trabalha dia e noite. E grande parte das ideias, as poucas ideias que eu tive, tive na madrugada ou de manhã quando estou apenas acordando, por exemplo. Mas cada um tem a sua modalidade para criar. Mas o criativo nunca para de trabalhar. E o trabalho criativo é o que eu chamo de ócio criativo, não é preguiça, não é não fazer nada, é fazer esse trabalho criativo e unir ao trabalho alegria, liberdade e o fato de aprender. Esse é o ócio criativo.

Agora, para os trabalhadores que já não são trabalhadores, eles são ociosos criativos ativos do Brasil – estamos falando de 30% –, para eles não existe horário. E sequer tem idade para se aposentar, porque é um

absurdo que um jornalista que chega aos 60 anos se aposente. Por quê? Parou de escrever? Já não sabe escrever? Isso não existe. No resto eu estou de acordo com Keynes, que 15 horas por semana são suficientes.

Vocês nunca chegarão a essas 15 horas devido a essa brecha cultural.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Quero saudar também a presença do Senador Alvaro Dias, do meu Partido, o PSDB do Estado do Paraná e o mais nome cidadão italiano, o mais novo Senador como cidadão italiano, que recebeu do Embaixador Raffaele o passaporte já com a cidadania. Seja bem-vindo, Senador!

Faço aqui, através do Senador Cristovam, uma pergunta que deixou o Senador Luiz Henrique: “Amigo Domenico, ao priorizar o ócio criativo e baseado na sua teoria, mudamos totalmente o perfil da cidade de Joinville e de Santa Catarina, com absoluta prioridade na educação e cultura. Você tem notícias de outras cidades ou outro Estado brasileiro que tenha feito o mesmo?”

E deixo também aqui uma pergunta minha: Apesar de enaltecer o modelo brasileiro como o modelo do futuro, o senhor descreve quatro principais problemas a serem superados pelo País: violência, corrupção, desigualdade social e analfabetismo, que podem ser entendidos num aspecto mais amplo como os problemas da educação. Sob tal perspectiva o modelo brasileiro estaria inacabado? Nesse sentido, o senhor acredita que para resolver essas questões o Brasil deva necessariamente passar pela adoção de outros modelos como paradigma e a partir daí fazer com eles um diálogo? Ou o País deve se reinventar, libertando-se de vez da influência de outros modelos como o europeu ou o americano?

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Vou responder uma parte, mas acredito que o Senador Cristovam pode responder a essas perguntas. Talvez o senhor possa responder também a essa pergunta. Mas quanto à relação com os outros modelos, é muito interessante a situação atual do Brasil.

Eu vou explicar o que quero dizer. Como aprendiz, eu acredito que um livro muito interessante é *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar, que relata uma parte de um diário de Flaubert, autor de *Madame Bovary* e que é o grande escritor francês; e esse grande escritor francês, em um certo momento, no próprio diário coloca essa parte, essa anotação: “Tivemos uma época, a época do Imperador Adriano, uma época mágica onde as ideias pagãs já se calavam e as ideias cristãs ainda não falavam; essa foi a ideia quando o homem por si só era completamente feliz.” Então, acredito que esse pensamento pode ser muito adequado para o Brasil atual.

O Brasil, por 450 anos, copiou a cultura europeia. Depois, há 50 anos está copiando a cultura americana. Agora, a cultura europeia se encontra em crise, a cultura dos Estados Unidos também se encontra em crise e o Brasil não tem nenhum modelo a copiar. Então, não sei se ficou claro, o Brasil deve criar o próprio modelo. E já possui os elementos para um modelo melhor, que está baseado na mestiçagem, na contemplação da beleza, na sabedoria. Eles já estão em harmonia e já se encontram presentes no Brasil muito mais do que em outros países do mundo. Então, nós temos que criar um sistema em torno desses elementos. E no Brasil, temos muitos que trabalham nesse sentido.

O Governador Luiz Henrique, que eu conheço há diversos anos, já fez em Santa Catarina coisas extraordinárias; por exemplo, criou uma escola de dança... com parceria... que é único no mundo, porque esse é o único lugar de onde provém todos os grandes bailarinos do mundo. Então, exporta bailarinos clássicos assim como o resto do Brasil exporta jogador de futebol. Eles são todos meninos de uma favela que são pegos da escola, permanecem dez horas na escola e o que fazem? A educação formal e além disso essa formação para dança. Então, é incrível!

Em Foz do Iguaçu, por exemplo, também teve um prefeito, Paulo Mac Donald, que também foi extraordinário. Criou escolas para 30 mil crianças das favelas. São escolas muito simples, mas maravilhosas, extraordinárias, porque todas foram implantadas com base no ócio criativo, não tem uma divisão entre trabalho e brincadeira, tudo é sempre misturado: o trabalho, a brincadeira e o estudo.

Em Salvador, também temos o grupo Axé, que também foi criado por um italiano, Cesare, que também fez a mesma coisa, não com o balé clássico, mas com a dança popular, a capoeira, etc.

No Brasil, existem tantas situações maravilhosas. Por outro lado, vocês também tiveram personagens extraordinários, como Paulo Freire, que talvez tenha sido o primeiro, no mundo, a criar esse grande movimento da alfabetização. Sobretudo, o Brasil não tem nada que ter inveja da Europa, mas acredito que o Cristovam também pode ter muitas coisas a dizer sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Passo a palavra ao último inscrito, Senador... (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Ficou com o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu creio que a parte que ficou para mim é sobre a pergunta do Luiz Henrique, não é isso?

Eu creio que, realmente, Santa Catarina fez grandes experiências, mas temos muitas outras. O Ceará, mesmo; eu creio que Tocantins está fazendo escolas fenomenais.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – A Edisca é uma escola também para jovens da favela. É um trabalho extraordinário e são centenas de jovens que estão espalhados pelo mundo hoje. São dançarinos, são músicos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há muitas.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Onde é essa escola?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – No Ceará.

A experiência de fazer pequenas orquestras de jovens está crescendo muito. Nesta semana, eu fui a Belo Horizonte e assisti a uma orquestra maravilhosa feita de crianças de favelas, que está acontecendo.

Isso mostra que o Brasil é capaz, mas são experiências locais. Nós temos que fazer essa experiência ser nacional, espalhar.

Aí, eu não acredito, Domenico, que seja possível isso só nas normas do Município. Quando tiver um prefeito como o Luiz Henrique, ele faz; quando não tiver, não faz. Tem que ser uma questão nacional. Tem que fazer como a presidente Bachelet vai fazer, agora, no Chile: desmunicipalizar a educação.

O Brasil precisa desmunicipalizar a educação.

Mac Donald, formidável prefeito. Ele sai, a coisa já não continua.

Você, ontem, citou a experiência de Brizola com os CIEPS. Saíram, parou.

Nós temos que fazer isso permanentemente e, a meu ver, a única maneira é nacionalizando, federalizando, o que a Bachelet chama, agora, de desmunicipalizar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado, Senador Cristovam.

Eu quero saudar, também, a presença da Senadora Maria do Carmo Alves, do Democratas pelo Estado de Sergipe.

Obrigado pela presença, mais uma vez.

Passo, também, a palavra para o último orador inscrito. Depois, eu vou pedir ao Senador Cristovam que encerre esta brilhante audiência pública, de proposição do mesmo.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nobre Senador Cyro Miranda, primeiro, quero cumprimentar o Senador Cristovam pela iniciativa muito importante de discutir o futuro na perspectiva dos interesses da maioria. Acho que esse é o sentido maior.

Fiquei muito feliz, também, pelo convite a Domenico de Masi. Eu já o ouvi em outra oportunidade, também em seminário. Seus textos são muito lidos e muito recomendados no Brasil. Então, é um autor, digamos assim, muito conhecido nosso.

Nós travamos, aqui, uma luta grande durante a Constituinte, em 88, para já deixar a jornada de trabalho em 40 horas, saindo de 48. Chegamos em 44, numa luta muito grande no Congresso Nacional, com horas extras, que podem ser adicionadas. Como tem o estímulo de ganhar um pouco mais, então, sempre você está obrigado a fazer horas extras. Alguns setores de atividades na área de serviço chegam a jornadas bem superiores a 50 horas semanais, algumas 56 e alguns setores até a 60 horas semanais de trabalho.

Então, esse é o debate que o senhor tem propiciado não só na Europa, mas no mundo inteiro, porque todos, não só na Europa, mas no mundo inteiro, têm acesso aos textos que o senhor tem produzido, para nós ele é muito importante.

Quando eu apresentei na Câmara uma emenda constitucional reduzindo a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, juntamente com o Senador Paim, que está numa outra comissão aqui vizinha, a Comissão de Assuntos Econômicos, o debate que foi oferecido na sequência pela Federação das Indústrias de São Paulo, pela CNI e por grande parte da mídia é que eu queria colocar as pessoas numa espécie de vagabundagem, de vadiagem, que esse povo não iria ter o que fazer. “Esse povo vai fazer o quê?” Quer dizer, reduz a jornada de trabalho e eles vão ficar desocupados. Eu me apropriei dos textos do Domenico para mostrar que era o contrário. Você tinha muitas oportunidades que poderiam ser oferecidas à população. Os trabalhadores e trabalhadoras poderiam começar um curso de teatro, poderiam fazer um curso de teatro. Nós poderíamos propiciar mais lazer, mas acesso ao lazer. Nós poderíamos praticar esportes. Os trabalhadores e seus filhos poderiam, em conjunto, fazer dança, poderiam passear mais, abrindo outras frentes de negócio. Longe de criar uma crise na economia, você iria propiciar que muitos e muitos negócios pudessem surgir numa área espetacular, que é exatamente a admiração do belo, que é a arte em todas as frentes, seja no esporte, seja na atividade da dança, da música, da criação na área das artes plásticas. Tínhamos um campo muito fértil. Ao reduzir a jornada de trabalho, você não iria criar uma crise na economia.

No Brasil se discute muito isto: o problema do custo do trabalho. Ao se reduzir a jornada de trabalho, esse custo se eleva de forma tal que vai criar uma crise que vai acabar com a economia da Nação? A vinda do senhor aqui nos ajuda muito neste debate.

A minha questão não é exatamente uma pergunta, mas é para que o senhor possa explicar um pouco mais sobre essa conquista, no sentido de que ela não é crise, pelo contrário, pode até ajudar alguns a saírem da crise, se você permitir que ele use o chamado ócio criativo também para alavancar a própria economia das nações em crise.

Concordo com o senhor também em relação ao Brasil. Eu acho que nós temos este fator positivo: nós não somos um país belicista. Nós somos um país de paz. Nós temos fronteiras com muitas nações e buscamos um trabalho sempre de relações positivas com essas nações. Contudo, temos muitos problemas internos ainda ligados a essa questão da desigualdade tremenda que ainda vivemos. E, quando trabalhamos algumas políticas na área social de distribuição de renda mínima, há uma crítica muito grande no Brasil. O seio da distribuição de renda direta, através do Programa Bolsa Família, seja através da ampliação da rede de educação pública ou da rede de saúde pública, com relação a isso se faz um discurso aqui de que é ganância do Governo e que o Governo está gastando muito e precisa diminuir a ganância. O Governo precisa gastar muito, muito mais nessas áreas tão importantes da distribuição de renda pela via, digamos assim, indireta, que é o gasto com a educação pública.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Concluiu, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Concluí. Há uma frase célebre aqui de um brasileiro que diz que: “Se trabalho não mata, vagabundagem nem cansa.” (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – V. Exª resumiu o início da palestra do professor quando ele falou justamente dessa área, mas ele pode complementar.

O início foi justamente sobre essa redução de jornada. Nós tivemos várias perguntas nesse sentido, mas eu acho que ele pode complementar ainda mais, mais um pouco essa consideração que V. Exª fez.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E uma outra frase: “O que abunda não prejudica.” (*Risos.*)

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Me aconteceu muitas vezes, quando passei tempos com pessoas brasileiras muito ricas, empresários, pessoas muito ricas. A mesma coisa acontece na Itália. A diferença é que o empresário muito rico na Itália vive sem vigilância, mas paga muitos impostos; e o empresário muito rico no Brasil paga pouco imposto, mas vai ter de segurança em volta. Então, com muita frequência, falo aos empresários: não é mais importante pagar imposto, ter menos pobres, menos violência e não ter a necessidade de toda esse aparelho de segurança, que sempre impede a sua privacidade? Então, este é o problema do Brasil: os ricos não compartilham a riqueza com as classes mais baixas.

Neste mês, em Bérghamo, na Itália, foi eliminada a delegacia de polícia. E por quê? Porque não acontece nada. Em Florença, houve um serial killer e, desde aquele momento, em Florença sempre se fala do assassino, porque houve um crime em dez anos. Portanto, as pessoas podem caminhar tranquilamente, as minhas filhas podem sair e entrar em qualquer horário. Os perigos são mínimos; somos 60 milhões de pessoas, e nós temos 50 mil, 52 mil presos, e muitos estão esperando julgamento. Se já houvesse acontecido o julgamento, se a Justiça fosse mais eficiente, é claro que teríamos muito menos.

Então, vemos que estamos vivendo neste mundo que é um pouco maluco, louco. Por exemplo, nós pensamos que o salário deve ser medido pelas horas de trabalho; então, se nós reduzimos o horário, nós temos de reduzir o salário. E por que isso? É apenas uma ideia econômica. O salário tem que ser a mesma coisa. Se em menos horas se produz mais, o salário deveria aumentar e não diminuir. Se nós adotássemos 15 horas de trabalho, produziríamos muito mais e poderíamos, inclusive, aumentar os salários ao invés de reduzi-los. Mas nenhum economista vai levar isso em consideração, porque eles são doentes por essa brecha cultural, porque o príncipe, o poderoso, o que detém o poder apenas ouve os economistas. Esta é uma fase trágica em que os únicos intelectuais ouvidos são os economistas. E os economistas são pessimistas, eles não têm coragem, nunca propõem grandes coisas. Então, tem-se de propor, ao invés de 44 ou 40 – isso não é um benefício – o senhor tem de propor de 44 a 15. Talvez isso possa ser obtido. Assim poderemos ter aquele slogan universal e toda a população trabalhadora vai, com certeza, segui-lo.

Se o senhor fica feliz com pequenas mudanças e não, com revoluções, acredito que não vai obter muito...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE. *Fora do microfone.*) – Já peço o apoio do nosso presidente para a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO. *Fazendo soar a campanha.*) – Aí, vamos precisar do Ministro da Fazenda também...

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Sim, isso pode ser feito. Sim, são pessoas que não desejam mudar nada, porque vocês têm o poder, vocês detêm o poder. Não é sua culpa. É intrínseco, é implícito a quem detém o poder ser imutável, de não ser o futuro. Há pouco a fazer. Vocês são o passado, porque já tem o poder, porque poder é um tipo de erotismo; vocês vão gozar quando obter esse poder. Basta! O resto não funciona mais. Isso não é minha competência; isso é um fato de quem não detém o poder.

Então, vou concluir dizendo o seguinte: em 1930, Jorge Amado tinha 19 anos, talvez, e ele escreveu *O País do Carnaval*, a primeira novela, que começa com alguns burgueses que estão discutindo apenas para passar o tempo, e um deles disse naquela hora que “o Brasil é o país do futuro”. Dez anos depois, um intelectual austríaco, que viveu e morreu em Petrópolis, Stefan Zweig, escreveu também um livro muito interessante sobre a história do Brasil. O único defeito é que começa em 1500, como todas as histórias do Brasil, mas é um livro muito lindo e apaixonante sobre o Brasil. O título é *Brasil, País do futuro* e começa com esse esteriótipo do Brasil que nunca é o presente, sempre o futuro, que sempre pensa naquele futuro, aquele futuro que não é bem definido. Qual será o seu papel na história? Depois chegam os militares e toda aquela propaganda militar de que é o país do futuro, a publicidade. Tudo, tudo é sobre o futuro. E agora?

Dos países do mundo, e nós temos 196, o Brasil está em sétimo lugar no PIB. É o quinto produtor mundial na produção industrial e o primeiro exportador de café e açúcar. Tem dezenas e dezenas de universidades, laboratórios de pesquisa, as melhores televisões do mundo. Vocês têm a melhor televisão, que faz obra de arte. As novelas são obras de arte e são vendidas para o mundo inteiro. Vocês têm grandes estilistas, como Lino Villaventura e tantos outros. Vocês também têm os grandes *designers*, como os Campana, entre outros, e grandes arquitetos, Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha e tantos outros. O que vocês desejam a mais para ter esse futuro? O futuro chegou! É este, este que vivemos é o futuro! Por isso, esse título: *O futuro chegou*. Vocês têm grandes intelectuais, grandes professores. Vocês têm universidades que são frequentadas por estudantes extraordinários. Eu visitei e já dei aulas em diversas universidades, em Roma. Tive muitos estudantes brasileiros. Para mim, era uma tragédia porque eles sabiam o dobro dos estudantes italianos. Quando eu fazia alguma pergunta, imediatamente respondiam, os estudantes brasileiros. Então, o que desejam a mais? O futuro chegou!

Ontem estava falando com um público extraordinário e delicioso também, muito agradável, na Embaixada italiana. O Embaixador me convidou muito gentilmente.

Gostaria de concluir com duas frases de dois grandes brasileiros. Gilberto Freyre, como vocês sabem, foi o grande antropólogo que estudou essa relação entre os escravos e os donos. Casa-Grande & Senzala também foi traduzido no mundo inteiro. Gilberto Freyre, na minha opinião, dizia uma frase que descreve muito bem os brasileiros, o caráter, o temperamento brasileiro. Ele dizia: se dependesse de mim, eu não serei nunca maduro, nem nas ideias nem no estilo. Serei sempre verde, imaturo, sempre experimental, incompleto. Essa é a matriz antropológica, que é uma matriz extraordinária, se apropria de tudo como uma unidade. Na Europa nós temos a soberba daquela antiga cultura. Portanto, não estamos disponíveis para poder nos apropriar das outras culturas. Somos críticos com relação aos outros. Nós expulsamos, nós rejeitamos as outras culturas.

A outra frase é de Oscar Niemeyer, e sou muito sortudo por ter sido grande amigo dele. Ele foi muito brilhante. Vocês vivem aqui e nem sequer percebem o que é Brasília. Brasília é a única cidade no mundo que foi construída depois que o carro foi descoberto. Tem formas e situações que são lunares, para nós, europeus, extraordinárias. Permanecemos de boca aberta com essa riqueza pós-moderna.

Oscar Niemeyer, todas as vezes que o encontrava, me escrevia uma frase e eu levava essa frase para os estudantes na universidade. Ele escreveu várias frases, algumas dizem qual é a sua filosofia de vida. Dizia ele, como grande arquiteto, que o que conta não é qual a sua filosofia de vida. “O que conta não é a arquitetura, mas é a vida, os amigos e esse mundo injusto que temos que mudar”. Pensem nessa maravilha de frase! Nós não temos, na Itália, uma pessoa que disse alguma coisa tão extraordinária como ele. Essa frase contém toda a síntese do caráter, do temperamento brasileiro. O nosso intelecto diz que o brasileiro não tem caráter, mas o brasileiro tem, sim, um caráter doce, harmônico. Ele não tem uma privação de caráter. E Niemeyer faz uma descrição muito boa numa luta ideológica com Le Corbusier.

Le Corbusier era racionalista, adorava, amava. Adoro essa linha reta, a prévia entre dois pontos, a linha criada do homem, a linha dos boulevard de Paris. E o Niemeyer contrapõe essa visão racionalista que então foi toda predisposta, foi toda programada, contrapõe, claro, essa visão muito brasileira, o jeitinho. O que amo não é essa linha dura, reta, criada pelo homem, o que amo é essa linha curva, livre e sensual, a linha que encontro nas nuvens do céu, nas ondas do mar, nos rios e no corpo da pessoa amada. E, depois, ele conclui: de curvas é feito é o universo curvo de Einstein. Então, acredito que dentro temos todo o modelo brasileiro que pode ser o modelo útil para o mundo inteiro.

Agradeço muito a sua atenção, agradeço também... (*Palmas.*)

Agradeço o Presidente Cristovam, que é um querido amigo e o admiro muito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Como o Senador Suplicy havia saído, mas havia pedido para ser inscrito, vou pedir para que seja breve. Solicito também que todos os Srs. Senadores, inclusive do Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, permaneçam aqui para, em seguida, fazermos a homenagem ao ex-Presidente desta Casa, o ex-Senador e Secretário de Educação do Paraná, Sr. Flávio Arns.

Senador Suplicy, para que possamos encerrar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, imprevistos com o avião que vinha para Brasília e foi parar em Goiânia e a necessidade de ler o parecer sobre Canoas, fizeram-me não poder assistir inteiramente a contribuição extraordinária do Prof. Domenico de Masi.

Cumprimento ao Senador Cristovam Buarque por essa maravilhosa oportunidade.

Parece-me muito consistente com toda a sua análise e proposição, inclusive para que os seres humanos tenham maior tempo para pensar e, sobretudo, para decidir sobre o que fazer para elevar o grau de dignidade e liberdade real para todos, que venhamos a instituir uma renda básica como direito à cidadania para toda e qualquer pessoa, incondicionalmente.

Na própria União Europeia, nesses últimos tempos, tem havido uma coleta de assinaturas em larga escala, ainda não o suficiente para que se coloque para decisão, a não ser na Suíça, onde, dia 4 de outubro, 126 mil cidadãos pediram isso ao parlamento em Berna. A lei suíça diz que, em quatro anos, haverá um referendo ou um plebiscito onde se perguntará a todos se querem ou não que ali se institua uma renda básica incondicional de dois mil e quinhentos francos suíços por mês.

Não sei se o Prof. Domenico de Masi sabe, mas o Brasil é o primeiro país do mundo cujo Congresso Nacional aprovou uma lei para instituir a renda básica incondicional, entretanto, para ser constituída por etapas, a critério do Poder Executivo, se iniciando pelos mais necessitados, como, por exemplo, o faz o Bolsa Família, até que, um dia, se torne incondicional.

Exemplos no mundo ocorrem bem sucedidos, como no Alaska. Há livros recentes sobre como o exemplo do Fundo Permanente do Alaska pode ser para todos os países do mundo. Na Índia, houve uma experiência, nos últimos dois anos, para 6 mil pessoas que vivem numa vila rural, altamente positiva. Na Namíbia, por três anos, na vila de Otivero, fez-se uma experiência nessa direção.

Eu gostaria de lhe dar o meu livro sobre a renda de cidadania, inclusive com as cartilhas que o Ziraldo fez explicando ao povo o que é, e apreciaria muito se puder nos dizer a sua avaliação.

O filósofo e economista Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, em seu livro, *Real Freedom for All: What (if anything) can justify capitalism?*, observa que, se desejarmos, efetivamente, aplicar os princípios de justiça, de igual liberdade, de diferença e de igualdade de oportunidades de John Rawls, que o senhor cita no seu livro, melhor ainda do que simplesmente se ter uma garantia de uma renda através de um imposto de renda negativo, será através da renda básica incondicional.

Como o senhor já conhece bem o tema, eu apreciaria se puder nos dizer a sua avaliação sobre se de fato a renda básica vai ser parte do futuro que está chegando.

O SR. DOMENICO DE MASI (*Tradução simultânea.*) – Sim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Para encerrar essa audiência pública, eu peço ao Senador Cristovam Buarque que o faça, porque teve essa brilhante ideia de trazermos aqui o professor e sociólogo Domenico De Masi, que nos abrilhantou hoje, sobremaneira, com o tema e com o seu conhecimento sobre o Brasil, que nos deixou extremamente contentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, com o pouquíssimo tempo que nós temos, eu quero apenas dizer que o Domenico nos traz algumas ideias. A primeira é que o que nós temos que buscar é a felicidade, é o bem-estar. A segunda é que a economia e a produção não levam, necessariamente, nem ao bem-estar, nem à felicidade. A terceira é que estamos desorientados, a civilização inteira, e, para sair da desorientação, nós vamos precisar mudar o modelo civilizatório: sair do produto interno bruto e ingressar em outros meios de medir se a sociedade avança ou não. E a quarta é uma palavra que ele usou, que ainda é pouco conhecida e que, em italiano, é *decrescita*, que quer dizer decréscimo. Uma maneira de sair da desorientação é sermos capazes de entender e de construir o caminho em que nós possamos melhorar o bem-estar, a felicidade das pessoas, mesmo decrescendo a produção. Obviamente, decrescendo a produção de bens que destroem a natureza, que concentram a renda e aumentando a produção dos bens essenciais, de que as populações pobres precisam. Esse é o desafio que nós temos, porque o futuro chegou, mas não estamos satisfeitos com ele, nós queremos que ele tenha outra cara no futuro.

Nessa desorientação em que nós estamos para saber como será esse novo futuro e como fazê-lo, eu quero dizer que a sua palestra aqui é um dos momentos mais importantes que nós tivemos, um dos mais emocionantes para mim no Senado, e eu agradeço muito a sua presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Muitíssimo obrigado, Prof. Domenico. Em nome do Senado, em nome desta Comissão, nós agradecemos profundamente, e fica, desde já, outro convite para que volte a esta Casa porque nós temos que dedicar um dia e não algumas horas para ouvi-lo. Muitíssimo obrigado.

Convido a todos para que permaneçam no plenário para que possamos fazer, em seguida, a homenagem ao querido ex-Senador Flávio Arns.

Muito obrigado.

Encerro a presente audiência.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino e Gim. Prosseguindo, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, inicia-se a presente reunião, destinada a homenagear o Ex-Senador Flávio Arns, com a aposição de seu retrato na galeria de ex-presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz um breve relato da atuação do Ex-Presidente Flávio Arns, ao longo do mandato, com as principais Audiências Públicas realizadas e principais projetos aprovados em sua gestão. Logo após, a Presidência, passa a palavra ao Ex-Presidente Flávio Arns, hoje Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy (não membro) e Inácio Arruda. Após as considerações finais do homenageado, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a cerimônia de aposição do retrato do Ex-Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no período de 4 de abril a 9 de outubro de 2014. Em seguida, a presidência agradece a todos pela presença, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Dando início a esta reunião, eu convido para que venha à mesa o ex-Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Arns. *(Palmas.)*

Passo a palavra à Mestre de Cerimônias para que, cumprindo o nosso protocolo, conduza esta solenidade.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia.

Tem início a solenidade de aposição do retrato do Senador Flávio Arns na galeria de ex-Presidentes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Flávio Arns ocupou a Presidência no período de 4 de abril a 9 de outubro de 2009, desenvolvendo um importante trabalho à frente desta Comissão.

Tem cobertura da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e também da TV Senado esta reunião.

Neste momento, ouviremos o discurso do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Ex^{mo} Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos aqui presentes, estamos aqui hoje para homenagear o nosso querido Flávio Arns, ex-Presidente desta Comissão e atual Vice-Governador e Secretário de Educação do Estado do Paraná. Esta é uma oportunidade ímpar de exaltar-mos esse eterno Senador, que é um exemplo de idealismo e que tanto se dedicou à missão de aperfeiçoar o trabalho deste Colegiado em favor do interesse público. Esse curitibano, casado com Odenise Teresinha e pai de Osvaldo e Caroline, tem, no currículo, o louvável título de professor.

Com a formação sólida, Flávio Arns dedicou seu tempo e conhecimento em favor de seus alunos e de quem mais necessitasse. E foi, nesse intuito solidário, que o Senador apoiou sua tia, Zilda Arns, na criação da Pastoral da Criança e geriu a Federação Nacional das Apaes. Aqui no Congresso, durante três mandatos na Câmara dos Deputados e um mandato no Senado Federal, Flávio Arns continuou devotado à defesa de projetos que beneficiassem a vida do cidadão comum, especialmente nas áreas de emprego e renda, educação, saúde e assistência social.

Nobres colegas, não é simples a tarefa de listar os feitos de Flávio, durante sua gestão na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. São tantas conquistas que qualquer tentativa de fazê-lo é incompleta. Mesmo assim, procurei aqui dar alguns exemplos do meritório trabalho do Senador.

No ano de 2009, período em que estive à frente da Comissão, foram realizadas 83 reuniões e apreciada nada menos do que 346 proposições. Entre elas, a reserva de vagas em creches e pré-escolas para os alunos com deficiência, a oferta de exames preventivos de acuidade visual e auditiva em escolas públicas, a prevenção de atos de violência contra professores, a criação do 14º salário para os docentes da rede pública de ensino, a instituição de cursos pré-vestibulares gratuitos nas escolas, a ampliação do limite de dedução do imposto de renda para gastos com a educação, e a garantia de que as informações escolares dos alunos sejam enviadas aos pais. E, na área de esporte e cultura, o trabalho não foi menos intenso: o Colegiado aprovou propostas efetivas como a prevenção à violência em competição esportiva, a reserva de recursos para esporte amador, a isenção tributária na importação de instrumentos musicais, a diminuição dos tributos para produções artísticas e a instituições do Vale-Cultura, esse importante instrumento que já democratiza o acesso às artes no Brasil.

Cada uma dessas medidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem o condão de melhorar o dia a dia da família brasileira, assegurando um Estado mais justo e igualitário. Mas essa tarefa exige empenho; e, para tanto, Flávio Arns ofereceu a esta Casa um trabalho diligente e compromissado. Vale ressaltar também a qualidade e o impacto dos seminários e audiências públicas realizadas em sua gestão, entre eles o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a proposta de emenda constitucional que disciplinava a nacionalização e a qualidade da educação básica, a homenagem aos compositores da música popular brasileira e as principais dificuldades enfrentadas pela categoria, o papel da iniciativa privada no ensino superior, a tributação e a prática da pirataria no Brasil na indústria cultural.

À frente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Senador realizou reuniões com representantes da sociedade civil e do Governo, com o objetivo de compreender os problemas dos setores e tomar as providências necessárias. Flávio Arns nunca se furtou às demandas apresentadas; ao contrário, dedicou-se ao ofício de resolvê-las da forma mais rápida e efetiva possível. E foi esse trabalho competente que deu início a diversas mudanças legais relevantes para o País.

Exemplos notáveis são as leis que obrigam todas as escolas públicas a oferecer uma biblioteca a seus estudantes, e a execução da emenda orçamentária, de autoria da Comissão, que destinou recursos ao teatro brasileiro, atendendo à produção de centenas de grupos em todo o País. Tais medidas são resultados dessas reuniões promovidas nas Comissões, de iniciativa de Flávio Arns.

Recordo-me também de uma reunião promovida pelo então Senador com o setor teatral das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, um encontro que congregou mais de 400 pessoas, apontou medidas importantes, que hoje integram o Projeto de Lei do Procultura, que foi aprovado pela Câmara no mês passado e segue para nossa apreciação.

Durante a análise dessa proposta, caros Senadores, teremos a chance de garantir a modernização da legislação cultural do País, com o aumento significativo nos limites de educação, do imposto de renda, para doações feitas pelos projetos culturais, e a oportunidade de nós Parlamentares estimularmos a produção artística brasileira e a descentralização dos recursos destinados à cultura nacional. Cinema, teatro, dança, folclore, música, circo, artes plásticas e todas as manifestações artísticas serão beneficiadas pelo trabalho do Congresso Nacional.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é pelas mãos de pessoa como Flávio Arns que o Legislativo brasileiro se aprimora, e a democracia brasileira evolui. Tenho somente a agradecer a esse colega que me antecedeu na Comissão de

Cultura e Esporte do Senado, e espero, ao fim de meu período à frente do Colegiado, ter oferecido ao cidadão brasileiro um legado semelhante àquele deixado por ele. Eu me espelho em V. Ex^a.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS – Agradeço as palavras amigas e gentis do colega e amigo, Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão. Quero agradecer também a presença dos colegas Senadores e Senadoras, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Paim, Armando Monteiro, meu colega do Paraná e amigo, Alvaro Dias, Inácio Arruda, dos funcionários da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, também o Júlio, de uma maneira muito particular, os meus ex-funcionários também, o César, que está aqui, o Aires, que foi meu chefe de gabinete aqui durante tanto tempo e me ajudou tanto também, e todas as pessoas que estão aqui presentes.

Em primeiro lugar eu quero dizer que vários dos Senadores que estão aqui estiveram comigo também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e em outras Comissões também. O Inácio Arruda, fomos colegas em tantas Comissões, o Alvaro Dias, na época não o Armando e a Ana Amélia, mas o Paim, o Flexa, o Eduardo Suplicy, não só nesta Comissão, mas na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos. E quero dizer que todos nós nos esforçamos muito no período, através de análise de projetos de lei, de debates, de audiências públicas, de reuniões. E tudo o que foi feito foi fruto do trabalho de todos nós. Isso, acho que é importante a gente sempre dizer, usar a primeira pessoa do plural, nós. Nós todos juntos fizemos muito, tentamos fazer, e junto com a sociedade, porque a sociedade – não é, Cyro? –, como você mencionou, sempre esteve presente em todos os debates aqui da Comissão.

Então foi um esforço concentrado, dedicado, entusiasmado, com alegria, sabendo, inclusive depois dessa belíssima participação do Prof. Dr. Domenico de Masi, a gente reforça esse aspecto todo, o ócio criativo, em que todos esses aspectos que nós debatemos entram no cotidiano da vida do cidadão.

Então, que bom que nós estamos aqui juntos. É uma formalidade, uma homenagem colocar o retrato também na galeria dos ex-presidentes, mas eu gostaria que cada um se sentisse representado no retrato, porque tem uma frase assim bastante comentada pelo Brasil e que eu gosto sempre de repetir: “Nenhum de nós sozinho é tão bom quanto todos nós juntos.” Então, todos nós juntos podemos fazer a grande diferença e, particularmente, em uma Casa tão fundamental como o Senado Federal.

Que a sociedade sempre perceba, no trabalho do Congresso Nacional, uma sintonia muito apurada, muito fina, uma convergência grande com aquilo que o cidadão ou cidadã, brasileiro e brasileira esperam, para que a cidadania aconteça, seja na educação, saúde, trabalho, esporte, cultura, lazer, casa, comida, direitos fundamentais que acompanhem essa pessoa desde a concepção até quando for necessário em sua vida. Aí nós teremos um País desenvolvido.

Então, que a fotografia também represente o esforço de todos nós nessa direção e que continuemos firmes nessa caminhada: alegres, unidos, convergentes e, lá no futuro, todos nós em conjunto iremos dizer: “Olha, valeu a pena. Valeu a pena porque o fruto do esforço fez o Brasil ficar um pouquinho melhor.”

Obrigado. Que bom estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Concedo a palavra à primeira inscrita, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Cyro Miranda; caros colegas, Senadores e Senadoras; especialíssimo homenageado, Senador Flávio Arns.

Eu cheguei a esta Casa já acompanhando seu trabalho, porque algumas vezes eu o entrevistei na Rádio Gaúcha; eu era jornalista. Mas aqui no Senado, Senador Flávio Arns, eu quero render uma homenagem, em nome do Rio Grande do Sul e do Brasil, a um dos movimentos mais importantes de nosso País para a educação especial que são as Apaes. O que V. Ex^a fez na Comissão de Educação, no Senado, para que a gente incluísse o “preferencialmente”, quando se votou o Plano Nacional de Educação, foi – eu diria –, do meu ponto de vista, o ponto de vista humano. E por conhecer a realidade do Rio Grande do Sul e de vários Estados é que eu posso avaliar a grandeza do gesto, de sua coragem e de sua obstinação com essa causa.

As Apaes representam, no Brasil, talvez um dos movimentos sociais, se podemos dizer assim, mais importantes, porque tratam da educação de pessoas portadoras de necessidades especiais. Então, eu queria fazer esta homenagem aqui, porque foi o momento mais grandioso de um trabalho para atender as pessoas que fazem: as famílias e os pais, os mestres e os professores.

Então, rendo-lhe... Todo seu conjunto da obra é importante, mas este, para mim, foi o mais relevante e mais significativo. Então, parabéns! Acho que sua foto ali é o justo reconhecimento por seu esforço, por sua dedicação, por seu convencimento de que a causa era mais do que justa, era legítima e cheia de generosidade. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB - GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em seguida, passarei a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cyro, eu sou suspeito de falar sobre Flávio Arns. Como nós caminhamos juntos desde que éramos Deputados Federais... Eu me lembro que, em cada votação que tínhamos, conversávamos sobre como votar naquela situação. Sempre com a visão de olhar para o bem sem olhar a quem, seja para os trabalhadores do campo, da cidade e, principalmente, para as pessoas com deficiência.

Senador Flávio Arns tem uma sensibilidade, Sr. Presidente... Eu estava em outra Comissão, eu sei que havia aqui um painelista, de nome internacional, e V. Exª e os assessores me disseram: “Olha, Paim, Flávio Arns estará lá.” Eu estou indo pelo painelista, mas estou indo pelo carinho que tenho pela figura do Senador Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, quero ser breve, porque falar dele é preciso duas ou três horas aqui. De pronto: ele é o especialista em pessoas com deficiência!

Eu inventei de apresentar um Estatuto da Pessoa com Deficiência, um projeto delicado, que tem que se tratar com muito carinho. Ele pegou, olhou e disse: “Deixe que eu apresento o relatório para você”. Ele fez a apresentação do estatuto que eu apresentei.

E a vida traça, digamos, pelos seus caminhos, formas de nos encontrarmos. Nós nos encontramos no Senado como Senadores. Apresentei o projeto aqui, de novo com a abertura de apresentação dele e perguntei se ele poderia relatar. Ele o relatou e aprovou. Entreguei o projeto com de 60 ou 80 artigos. Ele discutiu com o Brasil todo e o projeto tem mais de 200 artigos. Esse é o Flávio Arns.

Senador Flávio Arns, tudo que eu disser aqui é pouco pela sua história, pela sua vida, pela sua sensibilidade. Eu tinha anotado três coisinhas aqui: uma era o estatuto; a outra a Senadora Ana Amélia tocou com muita precisão; e a outra, Senador, é a convenção internacional da pessoa com deficiência. Eu me lembro de quando essa proposta chegou aqui ao Congresso. Havia alguma discordância. V. Exª fez debate na Comissão, chamou o movimento e aprovamos por unanimidade.

Só posso dizer, Senador Flávio Arns, de coração mesmo, que eu tenho muito orgulho de dizer que caminhei ao seu lado, sou seu amigo e o respeito muito, muito, muito, muito. Estivemos juntos no mesmo partido, num certo momento. Por seus princípios, V. Exª me disse: “Olha, Paim, estou saindo”. Naturalmente, eu respeitei. Mas, independentemente das leis partidárias, eu quero dizer que sou seu parceiro.

Algumas vezes, V. Exª me ligou e disse: “Paim, dá uma olhada nesse projeto para mim”. E quando eu chegava com esse projeto de sua lavra e falava com os Senadores, eles diziam: “De quem é, Paim?” Eu dizia: é do Flávio Arns. Todo mundo assinava e votava. V. Exª se tornou uma unanimidade, no meu entendimento, no Parlamento brasileiro e na sociedade brasileira.

Eu não quero palmas para mim. Palmas para o grande Senador da República, Senador Flávio Arns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Alvaro Dias, pelo Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB - PR) – Presidente, amigo Flávio Arns, não cumpro aqui o dever da formalidade, não, mas, de forma muito sucinta e singela, eu quero manifestar o meu pleito de admiração e respeito a Flávio Arns.

Eu acompanho a sua trajetória política há mais de duas décadas, e a sua trajetória é intocável do ponto de vista da competência, da dedicação, do esforço permanente e, sobretudo, da postura ética imbatível, que o credencia a ocupar um lugar de destaque nas prateleiras da dignidade e da atividade pública brasileira.

Certamente esse deve ser o seu maior troféu, o seu maior patrimônio, adquirido ao longo dos anos, da sua presença na vida pública, especialmente num setor essencial, trabalhando e liderando o movimento de organização na área dos especiais, iniciando um trabalho extraordinário no Governo do Paraná, na Secretaria de Educação há mais de 20 anos, adotando providências inovadoras, avanços excepcionais na área do ensino especial. Certamente, um grande exemplo de atuação, que engrandeceu a sua presença, naquele momento, à frente de uma função executiva.

Eu quero aplaudi-lo e dizer que a sua foto nessa parede vai inspirar esta Comissão, certamente. Ao olhar para aquela parede em todas as reuniões desta Comissão, nós nos lembraremos da necessidade de sermos dignos e honrarmos o nosso mandato.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Cyro Miranda, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, Senador e Vice-Governador Flávio Arns, para dizer aquilo que já foi dito, V. Exª é, sem sombra de dúvida, uma unanimidade aqui no Senado Federal e, eu diria, pelo Brasil, principalmente em defesa dos mais necessitados; V. Exª sempre se portou aqui como defensor dessas causas.

O Senador Paulo Paim fez referência a projetos importantes, mas, como disse o Senador Cyro, foram mais de 300 proposições aprovadas ao tempo em que V. Exª foi Presidente da Comissão de Educação.

É, sem sombra de dúvida, uma honra para nós, para mim, em especial, ter tido a oportunidade de conviver com a figura humana de Flávio Arns durante quatro anos no Senado Federal. Pude aprender muito. Aprendi que V. Exª sempre teve a vista voltada para trabalhar pelo coletivo, por todos aqueles que não tinham quem falasse por eles; falavam através de V. Exª.

Quero parabenizá-lo e dizer que a homenagem que a Comissão de Educação presta hoje, com a colocação do retrato no painel dos ex-presidentes, é apenas uma lembrança, porque a sua imagem, o seu trabalho, a sua pessoa está permanente na mente e no coração de todos nós.

Um grande abraço, parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Meu caro Senador Flávio Arns, eu não poderia deixar também me manifestar aqui, primeiro, lamentando não ter tido o privilégio de conviver aqui no Senado com V. Exª, mas, ainda que à distância, eu sempre acompanhei o seu trabalho e sempre tive um imenso respeito pela sua figura.

Acho que o senhor realiza uma dimensão maior da atividade política, que é fazê-la uma atividade missionária, verdadeiramente, e nesses tempos em que o Brasil precisa readquirir uma crença no exercício da atividade política e pública, eu acho que V. Exª é, a um só tempo, referência e inspiração.

É referência porque nos ajuda a entender que no seu desempenho parlamentar V. Exª cumpriu extraordinariamente o seu papel; e inspiração porque nos ajuda a olhar a política para o futuro, numa perspectiva melhor.

Então, quero dizer que V. Exª honra essa ilustre galeria de ex-presidentes aqui desta Comissão.

Um abraço ao senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente, Senador Cyro Miranda, quero dizer que é tão bom vê-lo outra vez, Senador Flávio Arns, hoje Vice-Governador do Paraná.

Nós tivemos aqui tantas situações em que andamos de mãos dadas e sobretudo em causas como as já referidas, em defesa da pessoa com alguma deficiência, mas, também, momentos em que nós dois juntos homenageamos aquelas pessoas que na sua família são exemplos para todos nós brasileiros – ambos viemos de uma família tão grande, como eu tenho também muitos irmãos e tias –, Dom Paulo Evaristo, a Srª Zilda Arns nós tivemos exemplos nos quais percebo que V. Exª também muito se espelhou ao longo da sua vida e que são como que faróis.

E que bom que V. Exª aqui nos dá tão bons conselhos como estarmos todos precisando uns dos outros, para todos juntos atuarmos pelas boas causas.

Parabéns a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Encerrando os pronunciamentos, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, meu caro amigo Flávio Arns, nós começamos ali na Câmara dos Deputados, tivemos muitas atividades, a Câmara é um burburinho maior do que o Senado, pela quantidade de Parlamentares, mas aquela quantidade extraordinária de legisladores não impediu que V. Exª se destacasse já abraçando causas sociais muito fortes. Todos acompanhamos a questão dos deficientes.

E V. Exª abraçou isso como uma questão de obstinação, dando o exemplo, trazendo para o seu gabinete, mostrando que era possível, convencendo outros a fazê-lo – muito importante no Congresso Nacional –, abrindo espaço no Congresso Nacional, nas duas Casas, para que as duas Casas contratasse pessoas com deficiência para os seus quadros de pessoal e dando uma contribuição inestimável para termos uma legislação adequada, como disse o Senador Paulo Paim.

Quer dizer, foram muitas iniciativas de muitos Parlamentares, mas sempre tinha o olho de V. Exª ali para dizer “olha, estou muito envolvido com isso, diretamente, então conheço bem o que está acontecendo com essa área; portanto, é melhor a gente fazer assim”, e isso ajudava a produzir um texto mais adequado e uma legislação mais adequada nessa área da inclusão das pessoas com deficiência, que viveram largos períodos no Brasil, primeiro, uma espécie de abandono, enclausuramento, e, depois, o preconceito, quando as pessoas começaram a sair a público. Então, esse enfrentamento ainda permanece nos dias atuais.

E V. Exª... Parece que é um estigma da família; nasceram todos para o bem, para o humanismo, acho que isso é muito importante, a luta pela causa social. Veja que os nomes dos Arns estão envolvidos um pouco nisso.

Há poucos dias, no caso da votação dos agentes de saúde, fiz uma citação em relação à Dona Zilda Arns. Os agentes de saúde começaram, na verdade, com o problema do soro caseiro, que era uma coisa tão simples, tão fácil de ser feita, mas precisou que alguém tomasse na mão e dissesse “vamos produzir isso”, para alertar os próprios governantes. E começamos num movimento forte no meu Estado, lá no Ceará, espelhado pela Zil-

da; a Zilda foi inúmeras vezes no meu Estado para atuar, juntamente com Dom Aloísio Lorscheider, nessa área de prevenção, numa ação preventiva e garantidora da saúde da criançada lá no meu Estado. O resultado foi espetacular.

Então, é claro, V. Exª disse que é um fato mais que simbólico e todos estamos ali. E é verdade, porque foi assim que V. Exª conduziu a Comissão. A Comissão de Educação, sob o comando de V. Exª, espelhando os futuros presidentes – disse-nos aqui Cyro Miranda que estava espelhado em V. Exª, e é verdade –, era a Comissão em que as audiências públicas eram uma questão fundamental para explicar todos os projetos, dar voz àqueles que tinham o que dizer sobre determinado assunto. Isso faz com que, naquela foto ali, cada um tenha um pedacinho, mas esteja representado por V. Exª.

Então, queria deixar esses cumprimentos nossos, que são meus particularmente, mas também é do meu Partido, Partido Comunista do Brasil, que atuou com V. Exª tanto na Câmara como aqui no Senado e, muitas vezes, V. Exª desembarçou problemas que eram muito importantes para nós e que, se não fosse a atuação de V. Exª, não conseguiríamos ter êxito em matérias que tinham grande importância para o povo brasileiro.

Meus cumprimentos e parabéns pelo seu trabalho, pelo seu desempenho, e tenho certeza de que o Paraná tirou um representante aqui, mas levou para estar mais próximo do seu povo, lá na vice-governadoria e também na Secretaria de Educação.

Meus cumprimentos. *(Palmas.)*

O SR. FLÁVIO ARNS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – V. Exª quer fazer o uso da palavra?

O SR. FLÁVIO ARNS – Quero novamente agradecer. Foi mencionado assim, por diversas vezes, o trabalho da pessoa com deficiência. De uma maneira geral, de fato, essa é uma missão importante de todos nós, porque queremos cidadania no Brasil para todos, independentemente de serem do campo, da cidade, evangélicos, católicos, com deficiência ou não. Queremos, de fato, cidadania para todos. E a pessoa com deficiência nos ensina concretamente a dizer como é que essa cidadania deve ser construída, como ela se concretiza e isso está até como um trabalho pessoal.

Tenho um filho também, já de 39 anos, com deficiência, e, às vezes, as pessoas perguntam qual seria a missão, como foi dito, principal. Eu diria: a missão principal dessas pessoas é dizer aos outros como é que a gente deve se esforçar e lutar para que o País seja melhor com todos, porque se a gente trabalha numa área, as outras também progridem igualmente, e, particularmente na Comissão de Direitos Humanos, a gente se dedicava a todas as áreas, porque todos merecem.

Agora, as Apaes, neste ano, estão completando 60 anos de existência no Brasil; 60 anos! Então, é uma caminhada bonita. Eles, inclusive, estão reunidos na Câmara dos Deputados hoje pela manhã, assim, discutindo a história, o estado da arte, como é que estão e para onde vão, e muita gente se dedicou.

Foi mencionado o trabalho da minha tia, eu sempre chamo de tia Zilda, falecida no terremoto do Haiti, no início do ano de 2010, homenageada aqui no Senado Federal na sequência por todos nós também, mas, no decorrer da vida, também foi homenageada. Neste momento atendendo 1,5 milhão de crianças no Brasil, neste momento. Em 30 anos de existência, eu diria que já foram atendidas aí perto de 30 milhões de crianças, e isto é um trabalho, eu diria, que todos nós fazemos, mas há muita gente pelo Brasil que faz, talvez não com a visibilidade que a Pastoral da Criança obteve, e com todo o mérito, quer dizer, pegar um soro caseiro. Ela costumava dizer: eu dou uma palestra numa tarde, a criança está lá no início da palestra, a gente começa a dar o soro caseiro e, no final da palestra, no final da tarde, a criança está melhor com o soro caseiro, ou seja, era o carro abre-alas da Pastoral da Criança. Trinta anos de existência, começou no Município de Florestópolis, no Paraná, assim como a Pastoral da Pessoa Idosa, que completa dez anos de existência nesse ano.

Então, novamente, dizer que eu fico feliz, agradeço a homenagem, a amizade. Trabalhamos, como o Senador Inácio Arruda já falou, fomos colegas na Câmara, junto com o Deputado Paim na época, hoje Senador, e é uma alegria.

Eu diria: o desafio principal a ser enfrentado por todos nós é que a população possa olhar sempre para o Congresso Nacional e dizer: olhe, eles estão sintonizados com o que eu preciso, é um canal aberto, é um debate, um diálogo que pode ser feito pelos Senadores e Senadoras e, obviamente, pelos Deputados e Deputadas. E este debate, esta participação pode fazer com que a vida de cidadãos, de todos nós melhore.

Então, esse que é o desafio: estarmos abertos, para, juntos, construirmos o Brasil do presente, de acordo com o Domenico de Masi também, e pensarmos num futuro diferente. Como o Senador Cristovam Buarque colocou e o Senador Suplicy também, todos nós participamos. Esse é o desejo: temos que ser capazes, competentes de fazermos isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Interrupção do som.)

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – ... presentes para descerrar a foto do Ex^{mo} Sr. Senador Flávio Arns, que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de ex-Presidentes desta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2014.

Às doze horas e treze minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Ana Amélia, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Paulo Bauer, José Agripino e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para votação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 11**). **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Fernando Marroni, que “Denomina Aeroporto Internacional de Pelotas/RS - João Simões Lopes Neto o aeroporto da cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 10**). **Item 7: Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lourival Mendes, que “Institui o dia 3 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo, a presidência passa à deliberação dos Requerimentos incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 10: Requerimento nº 25, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer “Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre as reivindicações do movimento grevista dos trabalhadores técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior e dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica, com a presença dos seguintes convidados: - Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; - Ministro da Educação, Henrique Paim; - Representante do Comando Nacional de Greve da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA; - Representante do Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINA-SEFE”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 11: Requerimento nº 26, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer “Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o seguinte tema: ‘A Greve nas Universidades e a Crise nos Hospitais Universitários’. Para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Sr. Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público; 2. Sr. Luiz Eduardo Costa – Secretário Executivo do Ministério da Educação; 3. Magnífico reitor Jesualdo Pereira Farias (UFC) – ANDIFES - Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 4. Sr. Luiz Antonio de Araújo Silva – Engenheiro Agrônomo – Coordenador geral da FASUBRA sindical; 5. Sr. Paulo Henrique Rodrigues dos Santos – Técnico em Eletrotécnica – Coordenador Geral da FASUBRA sindical; 6. Sr. Gibran Ramos Jordão – Assistente Administrativo – Coordenador geral da FASUBRA sindical”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2014; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 435, de 2013; Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2012; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2011; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2013; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2014; e Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2011**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Se-**

nhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Em seguida, abrimos a reunião deliberativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Peço às Sr^{as} e Srs. Senadores a dispensa da leitura da ata anterior.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nós temos aqui uma pauta curta, porque todos os itens são terminativos e não temos quórum.

Pergunto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Paulo Paim, que fará referência... Nós estamos reincluindo o Requerimento nº 26, do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Nº 26, DE 2014

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para debater o seguinte tema: “A Greve nas Universidades e a Crise nos Hospitais Universitários”. Para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. Sr. Sergio Eduardo Arbulu Mendonça – Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público; 2. Sr. Luiz Eduardo Costa – Secretário Executivo do Ministério da Educação; 3. Magnífico reitor Jesualdo Pereira Farias (UFC) – ANDIFES - Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; 4. Sr. Luiz Antonio de Araújo Silva – Engenheiro Agrônomo – Coordenador geral da FASUBRA sindical; 5. Sr. Paulo Henrique Rodrigues dos Santos – Técnico em Eletrotécnica – Coordenador Geral da FASUBRA sindical; 6. Sr. Gibran Ramos Jordão – Assistente Administrativo – Coordenador geral da FASUBRA sindical.

Autoria: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, na verdade, o objetivo deste nosso requerimento é tentar achar caminhos para o entendimento da situação, que já discorre há alguns meses, de um movimento paredista na área das universidades e também dos hospitais. O objetivo aqui é encontrar o caminho da conciliação.

Por isso, convidamos o Sérgio Mendonça, que foi parceiro nosso na época do Dieese e, hoje, é Secretário de Relações de Trabalho, e o Eduardo Costa, que é Secretário Executivo do Ministério da Educação. Convidamos o magnífico Reitor Jesualdo Pereira; o Luiz Antonio de Araújo Silva, engenheiro agrônomo, representante sindical da Fasubra; o Paulo Henrique Rodrigues, também da Fasubra; e o Gibran Ramos Jordão.

A intenção não é, em nenhum momento, criar uma área de conflito, bem o contrário. Eles pedem socorro a esta Comissão no sentido de encontrarmos um meio termo para que eles possam suspender a paralisação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito bem.

Primeiro, vamos votar o extrapauta.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, em discussão o requerimento já lido pelo Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Só temos um item não terminativo, cujo Relator é o próprio Senador Paulo Paim.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2014
- Não terminativo -

Denomina Aeroporto Internacional de Pelotas/RS - João Simões Lopes Neto o aeroporto da cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Deputado Fernando Marroni

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável.

Observações:

1 - A matéria será apreciada pelo Plenário.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, é uma matéria simples, nada polêmica – V. Exª já discorreu –, do Deputado Fernando Marroni, que denomina o aeroporto internacional de Pelotas, que é a cidade dele – ele é Deputado Federal e também foi prefeito daquela cidade – de nome João Simões Lopes Neto.

Mediante o fato, Sr. Presidente, eu não precisaria aqui discorrer mais sobre o tema. É algo tranquilo. E, seguindo a orientação do meu relator auxiliar, aqui, que diz “vota, vota, vota logo!”, é porque aí não é polêmico. Então, o meu parecer é favorável, e espero o apoio de todos os pares.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será apreciada pelo Plenário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Randolfe Rodrigues, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Presidente, solicito a V. Exª para incluir extrapauta um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 25, que solicita que seja realizada audiência pública para discutir as reivindicações do movimento grevista dos trabalhadores técnico-administrativos das instituições federais de ensino e dos servidores federais de educação básica.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já foi aprovado um de igual teor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Que me parece que é do Senador Paulo Paim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Então, só para... Não sei se o requerimento do Senador Paulo Paim inclui o ministro quase homônimo do Senador Paulo Paim que é Ministro Henrique Paim e a Ministra do Planejamento e o representante do Comando Nacional Grevista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Vamos colocar em votação. Seria bom votarmos o requerimento e, depois, fazemos a composição dos nomes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeito! E teria só mais uma solicitação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – É para que fosse incluído – como não pode ser já na reunião, porque o relatório ainda não se encontra aqui na pauta – na reunião da próxima terça-feira o meu Projeto de Lei nº 20, que faz a denominação da BR-156, que é a coluna vertebral do meu Estado do Amapá, que faz as denominações de Rodovia de Landri de Oliveira e Rodovia Janary Nunes para a BR-156. Então, solicito a V. Exª que seja incluído, na pauta da Ordem do Dia da semana que vem, que se trata do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de autoria do meu querido companheiro de Bancada, o Deputado Sebastião Rocha, que se encontra nesta reunião. E já registro a sua presença aqui ao meu lado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – E ex-Senador.

Pode ter certeza de que, na semana que vem, o Projeto nº 20 será incluso. E, inclusive, votaremos, na semana que vem, todos esses projetos com esse teor. Era para fazermos isso hoje, mas, em função de audiência pública e também hoje da homenagem ao Senador Flávio Arns, vamos deixar para a semana que vem.

ITEM EXTRAPAUTA**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO****Nº 25, DE 2014****- Não terminativo -**

Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para discutir sobre as reivindicações do movimento grevista dos trabalhadores técnico-administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior e dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica, com a presença dos seguintes convidados: - Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; - Ministro da Educação, Henrique Paim; - Representante do Comando Nacional de Greve da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativo em instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA; - Representante do Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Então, primeiro coloco em votação extrapauta o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. e as Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

E também a aprovação do requerimento já lido por V. Ex^a.

Os Srs. e Sras Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, ficamos apenas para, junto com o Senador Paim, a inclusão dos nomes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o Senador Gim Argello, e aqui a categoria me solicitou, é Relator de um projeto e pediu se eu não poderia ser Relator *ad hoc* a pedido dele e, se V. Ex^a concordar, é a categoria aqui representada pelo Dr. Paulo de Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Essa matéria já foi lida. Perdão, ela está incluída na pauta, ela é não terminativa. Pode ser, sim. É o item 7.

Ela pode, sim; ela é não terminativa. Se V. Ex^a aceitar, fica como Relator *ad hoc* do Projeto de Lei nº 126.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2013****- Não terminativo -**

Institui o dia 3 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia.

Autoria: Deputado Lourival Mendes

Relatoria: Senador Gim

Relatório: Favorável.

Observações:

1 - A matéria será apreciada pelo Plenário.

Agora, como Relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim. O relatório é favorável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Relato também em um minuto, porque não há muito em que se estender aqui: homenagear o Relator, o Senador Gim, e o Autor da matéria, Sr. Presidente, que simplesmente instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia, esses profissionais que dão a vida para defender as nossas vidas. E, por isso, homenageando o Autor do projeto e o Relator, peço a todos, o Deputado Lourival Mendes... E aqui, homenageando, claro, todos os delegados de polícia do País, peço a aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Tem o meu apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Com o apoio do Senador Inácio Arruda e não tendo quem queira discutir, coloco em votação. (Pausa.)

Estando as Sr^{as} e os Srs. de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço a presença de todos e também, mais uma vez, do nosso Ex-presidente, e não “ex”, eterno Presidente, Flávio Arns, nesta Comissão.

Convoco para terça-feira próxima, para que encerremos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – ... todas as datas comemorativas na próxima terça-feira, na reunião deliberativa.

Pois não, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, são as coisas da vida, não é, o Flávio Arns entende.

Eu recebi aqui um pedido para que nesse projeto que eu pedi aprovação, do Marroni, eles pediram que eu lesse pelo menos cinco ou seis linhas, para ficar nos *Anais* da Casa. Se V. Ex^a permitir. É claro que agora já está votado. Eu só... Não, não é como Líder. Pediram que eu lesse porque eles querem repercutir lá. Se V. Ex^a permitir, são cinco linhas.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – V. Ex^a sempre mandou aqui nesta Comissão, não vai ser agora que vai ser o contrário. Com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles só pediram aqui pelo... Essa história desse *WhatsApp*, não é? Sr. Presidente, então me permita, antes de terminar. Projeto já votado, que na justificativa o Deputado Marroni explica o seguinte:

Efetivamente Simões Lopes, por que Simões Lopes? Simões Lopes Neto foi um criador que deixou para a posteridade a memória dos Pampas brasileiros por intermédio dos contos, recontos de expressão popular desse segmento, que muito tem contribuído para a identidade cultural do Brasil. Tomemos por exemplo a lenda do Negrinho do Pastoreio. Nascido da influência da cultura dos povos africanos em contato com o cristianismo, na versão recriada por Simões Lopes Neto, o herói é um menino afrodescendente, escravo de um estancieiro cruel, vítima de suas torturas e resgatado pela Virgem Maria, sinal de que ele se elevou aos céus. As aparições posteriores do Negrinho do Pastoreio serviriam para reforçar o papel de seus irmãos de cor, e o conto e o reconto dessa lenda é utilizado como uma das narrativas da libertação.

A última frase, Sr. Presidente:

Para a cultura gaúcha – e para a brasileira, por extensão – é extremamente meritória a homenagem a João Simões Lopes Neto para nomear o Aeroporto Internacional de Pelotas.

Aí moçada, fiz o que vocês pediram.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Dado como lido e aceito.

Encerro esta reunião e convoco para quinta-feira a audiência pública para debater o calendário do futebol nacional e a proposta do *fair play* financeiro. É o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. Então, para quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Agradecendo a presença de todos mais uma vez, desejando uma boa tarde e agradecendo à Assessoria desta Comissão também.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 12 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Randolfe Rodrigues**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. A Presidência

submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 15/2014-CE, de autoria do Senhor Senador Randolfe Rodrigues, destinado a realização de Audiência Pública para debater “**Debater o calendário do futebol nacional e a proposta de fair play financeiro**”. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Sérgio Gomes Velloso, Secretário Nacional (Substituto) de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; Senhor Fernando Büttenbender Prass, Representante do Bom Senso Futebol Clube; Senhor Vilson Ribeiro de Andrade, Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e Chefe da Delegação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2014; e Senhor Mauro Cezar Pereira, Jornalista Esportivo**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Enrico Bueno de Moraes Ambrogini, Diretor-Executivo Bom Senso Futebol Clube; Senhor Pedro Daniel, Consultor de Conteúdo Bom Senso Futebol Clube; Senhor Ricardo Borges Martins, Executivo Bom Senso Futebol Clube; Senhor Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (Centro Oeste); e Senhor José Cruz, Repórter do portal UOL – Esporte. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada, excepcionalmente, aos membros do Bom Senso Futebol Clube, presentes na presente reunião. Usam da palavra o Senhor Enrico Bueno de Moraes Ambrogini, Diretor-Executivo Bom Senso Futebol Clube; Senhor Pedro Daniel, Consultor de Conteúdo Bom Senso Futebol Clube; e Senhor Ricardo Borges Martins, Executivo Bom Senso Futebol Clube. Logo após, a presidência faz a leitura das perguntas recebidas, por e-mail, através do portal E-cidadania. Prosseguindo, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Randolfe Rodrigues, autor do requerimento, e o Senhor Senador Eduardo Suplicy (não membro). Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Randolfe Rodrigues, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Randolfe Rodrigues**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação. *(Pausa.)*

Com os Senadores e Senadoras aprovando essa proposição, dou, por conseguinte, iniciada esta reunião.

Esta reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao requerimento nº 15, de 2014, da Comissão de Educação, de autoria deste Senador, para a realização de audiência pública destinada a debater o calendário do futebol nacional e a proposta de *fair play* financeiro.

Ao dar início a esta audiência pública, solicito ao Secretário desta Comissão, Dr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento a esta Mesa.

São convidados para esta reunião o Sr. Vilson Ribeiro de Andrade, representante da Confederação Brasileira de Futebol; o Sr. Sérgio Gomes Velloso, Secretário Nacional (Substituto) de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério dos Esportes; o Sr. Mauro Cezar Pereira, jornalista esportivo; e o Sr. Fernando Prass, representante do Bom Senso Futebol Clube.

Quero, ainda, destacar e fazer o registro da presença, nesta audiência, do Sr. Enrico Bueno de Moraes Ambrogini, Diretor Executivo do Bom Senso Futebol Clube; do Sr. Pedro Daniel, Consultor de Conteúdo do Bom Senso Futebol Clube; do Sr. Ricardo Borges Martins, Executivo do Bom Senso Futebol Clube, e do Sr. Weber Magalhães, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Futebol Centro-Oeste, além do Sr. José Cruz, jornalista esportivo, repórter do Portal UOL Esporte.

Ao dar início a esta audiência pública para debater o calendário do futebol brasileiro e a proposta do *fair play* financeiro,

Ao dar início a esta audiência pública para debater o calendário do futebol brasileiro e a proposta do *fair play* financeiro, quero, então, estabelecendo o tempo de 20 minutos para cada expositor e, após, para as considerações das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, para as considerações daqueles presentes a esta audiência pública, iniciar, então, pelo Sr. Vilson Ribeiro de Andrade, representante da Confederação Brasileira de Futebol.

Estabeleço para o senhor o tempo de 20 minutos para utilizá-lo da melhor forma para sua exposição. Não sei se há eslaides para expor. Fique à vontade nesses 20 minutos, com toda tolerância da Mesa para sua exposição. Dr. Vilson, fique à vontade.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela gentileza e paciência em nos ouvir. Agradeço aos senhores e às senhoras; ao Sérgio Gomes Velloso, representante da Secretaria Nacional de Futebol do Ministério do Esporte; ao Fernando Prass, grande goleiro, que jogou no Coritiba Futebol Clube, meu clube de coração; ao jornalista Mauro Cezar Pereira.

Eu estou aqui representando a CBF, mas também sou Presidente da Comissão dos Clubes e igualmente estou como Chefe da Delegação da Seleção Brasileira, de onde me desloquei, vindo de Teresópolis, para estar aqui presente, prestigiando esta importante reunião.

Em primeiro lugar, eu separaria, Sr. Presidente, porque um assunto está correlato com outro, falaria muito sobre a questão do *fair play*. Peço desculpas a todos por não usar esse termo, porque nós adotamos o termo “responsabilidade fiscal do esporte”. Esse é um tema muito importante e aqui falo, também, como coordenador dos clubes da 1ª e 2ª divisões, das séries C e D, que estão trabalhando, fortemente, junto à Câmara, dentro da Comissão Especial de Esportes, com um novo projeto substitutivo, inicialmente chamado por Proforte. Esse projeto foi discutido em setembro em uma reunião na cidade de Curitiba, com Paulo André, representante do Bom Senso e, àquela época, participou conosco nessa reunião o Alex. Discutimos todas as dificuldades que os clubes viviam no futebol brasileiro em função de uma série de equívocos durante mais de 20 anos de gestões e que nós precisávamos alterar e fazer um novo marco no futebol brasileiro.

Daquela reunião, saíram mais doze temas de sugestões e ideias que foram, aos poucos, sendo absorvidas pelo próprio Bom Senso e também pelos clubes, porque o interesse dos clubes é muito próximo dos interesses dos jogadores de futebol. Até participamos, praticamente, de 14 audiências públicas, em um total de 16 audiências públicas realizadas no Brasil inteiro pela Comissão Especial de Assuntos do Esporte da Câmara Federal. Hoje nós temos um substitutivo redigido pelo Deputado Federal Otavio Leite, que se encontra aprovado na Comissão e, evidentemente, não foi a Plenário ainda para a apreciação dos Srs. Deputados.

Esse tema, Sr. Presidente, é muito importante porque é um marco regulatório para uma mudança substancial no futebol brasileiro. Nós sabemos que existe uma série, dentro dessa proposta, de mudanças que darão uma nova visão da gestão do futebol no Brasil e, principalmente, a responsabilidade desse novo marco zero que temos de definir no futebol brasileiro.

Dentro desses aspectos, nós temos o que chamamos de disciplina da regulamentação da relação dos clubes, visando a uma gestão profissional, transparência, credibilidade e responsabilidades, porque nós entendemos – os dirigentes de clubes também – que não adianta apenas o alongamento dessa dívida com seu efetivo pagamento. Ela tem de ter penalidades muito próprias em relação a essa responsabilidade, porque no futebol brasileiro, de uma forma geral, lamentavelmente, nós tivemos alguns modelos que não funcionaram. Um deles foi a Timemania que, lamentavelmente, os senhores sabem – é de conhecimento geral –, havia uma proposta de arrecadação de mais de R\$500 milhões/ano, hoje ela não passa de R\$200 milhões. Os clubes acreditaram que isso seria uma receita importante para o saneamento das dívidas. E nós sabemos que a Timemania não resolveu.

Outro aspecto importante do porquê nós achamos que o alongamento da dívida tem de vir com a punição é que, senão, nós vamos voltar ao momento anterior de se fazer a confissão da dívida, fazer o alongamento da dívida e, em seguida, os clubes, por força de um apelo da arquibancada, acabarem simplesmente voltando ao estado de inadimplência que hoje inviabiliza o futebol brasileiro. É lamentável! Mas a situação dos clubes, hoje, está inviabilizada. Os clubes só não estão falidos porque não são pessoas jurídicas, mas entidades sem fins lucrativos. E o futebol hoje amarga esse sentimento dentro do campo, porque nós vemos, hoje, um futebol pobre dentro do Brasil, espetáculos muito ruins, sem que tenhamos uma expectativa de melhoria se não tivermos, primeiro, uma responsabilização, uma visão muito clara a respeito das mudanças que a Lei Pelé terá de ter. Hoje, os clubes formadores são punidos.

Temos uma figura de intermediação dentro do futebol, hoje, que é terrível: os empresários. Muita gente está ganhando dinheiro no futebol, e os clubes estão falidos. Se os senhores analisarem o percentual de direito econômico dos clubes, a média dos 20 clubes brasileiros, da série A, não passa de 20%; 80% estão na mão de investidores e empresários. Isso é uma anomalia da lei que deve ser mudada. Não adianta você pegar um menino de 12 anos, 13 anos, fazer um trabalho e, quando chegar aos 20 anos, perder esse menino para o empresário.

Nós estamos, hoje, fortalecendo seleções fora do Brasil. Nós temos jogadores que hoje não vestem mais a camisa da seleção brasileira, simplesmente jogam em outros países, fortalecendo esses países, porque não temos uma política efetiva de valorização da base no futebol brasileiro.

Então, essa questão da responsabilidade fiscal do esporte, para nós, dos clubes – e aqui falo como Presidente da Comissão dos Clubes –, é fundamental no sentido de darmos um marco zero e uma nova visão a respeito de uma gestão efetiva, responsável de todos os clubes do Brasil, o que vai, com certeza, melhorar a qualidade do futebol, dar mais transparência. Teremos de trabalhar dentro de orçamentos efetivos, com responsabilidade desses orçamentos.

Nós sabemos que a Europa, por exemplo, levou três anos para adaptar o *fair play* financeiro, vocês sabem disso, estudaram essa matéria aqui, e nós temos representantes do Bom Senso também. Nós temos de ter esse marco zero aqui no Brasil. E não há nenhuma possibilidade de fazer um parcelamento dessa dívida com efetivo pagamento se ela não vier com uma responsabilização. Se não houver a responsabilização, lamentavelmente, o futebol continuará nessa situação em que está.

Então, Sr. Presidente e senhores presentes, os clubes defendem, fortemente, a responsabilidade fiscal do esporte, vinculada a uma legislação extremamente forte, à punição em relação ao cumprimento das obrigações e responsabilidades.

Essa é a posição do Presidente da Comissão dos Clubes, é a posição de todos os clubes do Brasil, também com a concordância da CBF, em função de que essa legislação terá de ter algumas atribuições que precisam ser vinculadas às competições – e elas terão de ser obrigatórias. Essa é a posição que os clubes defendem e a CBF tem concordância também. Então, essa é a primeira parte, na qual falo, rapidamente, sobre a responsabilidade fiscal dos clubes.

Em relação ao calendário, nós levamos, evidentemente, a sugestão das próprias propostas do Bom Senso. Claro que é uma proposta, é uma forma de diálogo que nós temos de ter, porque assim como os jogadores estão preocupados com a questão do futebol, do bom futebol, os clubes também estão, e a CBF também está e organiza os campeonatos no Brasil, hoje.

Eu ouvi alguns comentários a respeito do modelo de nosso País. O Brasil é um país continental e incompatível com o modelo europeu. Quanto a isso, não há como adaptar o calendário do Brasil com o modelo europeu por uma circunstância muito óbvia: a situação das férias regulamentares de julho e agosto na Europa não reflete a mesma situação no Brasil. Nós temos as férias de Natal, em dezembro, e as férias de janeiro, quando temos uma condição climática diferente. Essa é uma situação em que não se pode adaptar um calendário como se aplica na Europa. Então, essa é uma situação que temos de analisar com muita tranquilidade.

Outro aspecto: hoje, na CBF, nós temos 11 competições promovidas pela CBF, das séries A, B, C e D, que totalizam 100 clubes, no período de abril a dezembro. Temos a Copa do Brasil, com 86 times, e muitos coincidem, evidentemente, com esses 100, porque muitos deles saem das séries A, B, C e D na Copa do Brasil; mas muitos, também, não estão nas séries A, B, C e D. Desses 86 times da Copa do Brasil, 80 são clubes de campeonatos estaduais, com base no campo, e 6 são aqueles da Libertadores que entram na quarta etapa. Temos a nova Copa do Nordeste, que é um sucesso de público hoje. Temos a Copa Verde, que foi uma iniciativa deste ano, com clubes do Norte e do Centro-Oeste. Temos campeonato de base com Sub-20 e Sub-17, e temos, agora, o Campeonato Brasileiro Feminino, com 20 clubes.

Evidentemente, temos um problema em função até da situação do Brasil, que são os campeonatos regionais. Os campeonatos regionais começam depois do dia 15, normalmente, lá pelo dia 18 de janeiro, e vão até o final de abril. Esse é um campeonato que tem uma configuração local. Há uma análise a ser feita, com muito cuidado, dentro desse calendário, porque são expectativas de regiões que somente têm aquele time e que joga durante aquele período. Essa é uma situação em que muitos falam: “Ah, não vamos eliminar o campeonato estadual?” Há uma proposta do Bom Senso de fazer um tipo de copa do mundo no mês de julho, se não me engano, com oito datas. Há outras propostas que estão sendo enviadas para análise para que possamos racionalizar os campeonatos regionais. De uma forma geral, os campeonatos regionais, hoje, são deficitários. Essa é a realidade, principalmente para os grandes clubes do Brasil. Eles não são rentáveis. Normalmente, tirando, talvez, o campeonato de São Paulo e Minas, o restante, todos os outros campeonatos regionais, Sr. Presidente, trazem prejuízo extremo para os clubes. Então, temos de achar uma solução para isso.

Esta é a grande questão do calendário: como fazê-lo e a melhor forma de fazê-lo. Dentro do conceito que nós analisamos, nós temos alguns problemas a serem superados. O primeiro é a viabilidade econômica, porque, os senhores sabem, por ter uma visão muito clara, que o futebol brasileiro hoje, se não me engano, tem 19 mil atletas registrados – não sei se é exatamente esse número.

Há um período em que muitos jogadores não jogam, porque terminam os seus campeonatos regionais e eles são deslocados para outros campeonatos, principalmente para os regionais da série B, em que se joga no segundo semestre. Muitos clubes colocam esses jogadores em times da série B para subir para a série A dos campeonatos regionais. E muitos jogadores, evidentemente, acabam ficando sem trabalho. Essa é uma situação real do Brasil dentro do futebol, para a qual nós, de uma forma inteligente, temos que achar uma solução.

Evidentemente, o nível de investimento em um campeonato... Você precisa ter, em um time de futebol, hoje, 20 atletas; normalmente, os times de primeira divisão têm mais, em torno de 30 atletas, mas vamos colocar 18, 20 atletas. Muitos meninos da base complementam esses plantéis de times menores, mas há um custo de deslocamento, há um custo de comissão técnica, há um custo de hospedagem, há um custo de arbitragem. Isso tudo tem que ser levado em conta dentro de uma mudança de calendário. Nós não podemos simplesmente mudar um calendário e não estabelecer a regra financeira de quem vai pagar essa conta, porque os senhores sabem que a televisão investe, hoje, no futebol brasileiro, Sr. Presidente, em torno de 2 bilhões por ano. Isso vai direto para os clubes, mas por quê? Porque é o produto. Ela vende um produto que é interessante, porque ela tem o *merchandising* desse produto para vender. Evidentemente, essa definição, dentro de um calendário, tem que estudar, também, esse aspecto da solução, de como fazer essa parte financeira.

Há algumas sugestões interessantes, aqui, na proposta feita pelos jogadores através do que eles chamam de Bom Senso, que têm que ser avaliadas, é claro, mas eu acredito que, aliado a essa questão da responsabilidade fiscal, o calendário é uma segunda parte.

O primeiro problema que nós temos, hoje, é a questão da responsabilidade fiscal, porque há muitos clubes, hoje, no Brasil, que não iniciam 2015. Essa é a pura realidade. E o calendário, também temos que avaliar. Existem algumas ponderações que são efetivas. Há uma proposta de um número x de partidos e os clubes entendem que esse número x não é ideal. Nós queremos por atleta, porque temos um estudo mostrando que o atleta que mais jogou fez 51 partidas aqui no Brasil no ano passado. Eles defendem um número x – é isso mesmo, Ricardo; eu tenho esse estudo e posso te passar depois. Então, temos que ter essa preocupação, também, porque os clubes são fonte de receita.

Evidentemente, temos que estudar a questão orçamentária. Acho muito importante o fato de 70% da receita de pessoal ser um limitador dentro dos orçamentos. É evidente que vão cair os salários dos jogadores também, mas o Fernando deu uma declaração interessante, um dia, sobre isso. Ele falou que, no futebol, o salário é mercado. E é verdade, não é, Fernando? É mercado. Agora, se os clubes todos trabalham dentro de uma linha de 70% do seu orçamento aplicado em pessoal no futebol, sendo só isso o que ele pode fazer, a tendência é que os clubes maiores invistam mais, até porque eles têm receitas maiores. No entanto, há um equilíbrio maior dentro do conceito financeiro dos clubes.

Então, precisamos ter uma regra muito clara dentro dos orçamentos para que não tenhamos os déficits absurdos que hoje temos. Hoje há clubes com déficits enormes. Não vou citá-los porque seria antiético e leviano, mas os senhores, que convivem com o futebol, sabem da dificuldade que alguns clubes vivem. Por força de uma imposição da arquibancada, acabam fazendo contratações, e, depois, não podem cumprir seus contratos, o que leva à inadimplência e o que leva, hoje, na Justiça do Trabalho, a um passivo absurdo, enorme, que nenhum clube, praticamente, tem como enfrentar.

(Soa a campanha.)

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Então, Sr. Presidente, dentro de uma síntese e agradecendo mais uma vez esta oportunidade, queria registrar a importância desta Comissão e do trabalho feito pelas pessoas envolvidas, inclusive as propostas do próprio Bom Senso, com o pensamento voltado para um consenso de que todos nós temos que nos unir para a melhoria do futebol brasileiro. Acho que essa é a grande razão e o grande objetivo desta Comissão e, principalmente, desta audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Dr. Vilson, representante da Confederação Brasileira de Futebol e Chefe da Delegação da nossa Seleção na Copa do Mundo.

Só avisando: um minuto antes de terminar, essa campanha toca para dar esse aviso. Os senhores expositores fiquem à vontade, pois esta Mesa tem a tolerância que vai além da campanha. Então, não se preocupem. Desculpe-me por não ter avisado anteriormente, Dr. Vilson, mas os senhores conferencistas fiquem avisados de que têm desta Mesa e desta Presidência toda a tolerância para suas exposições.

Dr. Sérgio Gomes Velloso, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, nosso segundo expositor, fique à vontade para sua exposição.

O SR. SÉRGIO GOMES VELLOSO – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos e a todas.

Não vou fazer bem uma exposição. Vou relatar o que vem acontecendo com relação a este momento importante que, ao nosso ver, o futebol brasileiro pode tomar. Em primeiro lugar, queria pedir desculpas ao Sr. Presidente, aos convidados da Mesa e aos presentes pela ausência do nosso secretário Toninho Nascimento, que teve uma agenda no Rio de Janeiro, previamente marcada, e, por isso, não pode estar aqui, e eu vou tentar colaborar com os trabalhos desta manhã.

Nós do Ministério dos Esportes, desde o final de 2013, vínhamos mantendo um contato constante com os clubes e com o Bom Senso Futebol Clube em reuniões a respeito do tema do projeto, que começou com o Proforte, de autoria do Deputado Vicente Cândido e substitutivo do Deputado Otavio Leite. Inclusive, o próprio Ministro Aldo Rebelo esteve em uma reunião, na sede do Bom Senso, para discutir e traçar algumas diretrizes a serem trabalhadas.

Recentemente, esse encontro do Bom Senso com a Presidente Dilma foi uma iniciativa do nosso Ministro Aldo Rebelo, para que ela tomasse conhecimento do que o Bom Senso estava defendendo. Nessa reunião, três pontos ficaram muito nítidos a serem trabalhados.

Primeiro, a questão da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal dos Clubes. Como bem disse o Vilson, não se pode falar em financiamento se nós não alinharmos esse financiamento com uma contrapartida dos clubes na questão da governança, da gestão, porque... e um fato de bastante relevância é que esse compromisso conste do regulamento das competições organizadas pela Confederação Brasileira de Futebol.

O segundo ponto – estou relatando o encontro dessa semana com a Presidente Dilma – é a participação dos atletas nas assembleias das entidades. Esse assunto começou com a MP 620, que se transformou na Lei 12.868, de outubro de 2013. Ontem, o Toninho, nosso secretário, conversando, parece-me, com o Ricardo do Bom Senso, ligou para tratar desse assunto, e o que vamos fazer, já na semana que vem, é levar esse assunto à nossa consultoria jurídica para ver a viabilidade, ver se é possível fazer alguma regulamentação em cima do decreto. Enfim, é um assunto que merece uma apreciação jurídica, tendo em vista até o próprio texto da nossa Constituição.

E um terceiro ponto foi a criação de um grupo de trabalho para desenvolver um plano nacional de desenvolvimento do futebol. Esse foi outro ponto que ficou delineado na reunião com a Presidenta. Esse grupo de trabalho... Vamos agora, isso aconteceu essa semana... É óbvio que o interesse do Ministério do Esporte é fazer com que no futebol, movimentando as cifras que movimenta e com a possibilidade de crescimento que isso pode ocorrer, haja um entendimento entre clubes, entre atletas, para o futebol como um todo sair ganhando.

Falando especificamente da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, a nosso ver, já contempla basicamente 80% do que vem sendo discutido do final do ano passado para cá, e me parece que contempla tanto o que os clubes estão falando quanto o que os atletas e representantes do Bom Senso F. C. estão falando. Na questão da responsabilidade fiscal, quando se fala em gestão e transparência, são dez pontos que – me permitam – já estão contemplados no projeto.

Apresentação obrigatória das CNDs um mês antes das competições, sob pena de rebaixamento, isso é um ponto; cumprimento e regular pagamento dos contratos de trabalho dos jogadores e funcionários; responsabilidade pessoal dos dirigentes; proibição do aumento do nível de endividamento; proibição de antecipação de receitas de qualquer natureza que ultrapassem o fim do mandato; implantação de sistema único padronizado para todos os registros contábeis; obrigatoriedade da publicação anual das demonstrações financeiras em *sites* da entidade; controle do déficit financeiro; limite de quatro anos para o mandato de presidente, com uma única recondução; instituição de comitê de acompanhamento da execução das regras estabelecidas com representantes dos clubes, jogadores, patrocinadores, imprensa, o Bom Senso F. C. e o Poder Executivo.

Essas medidas são o marco da contrapartida para o refinanciamento. E nós acreditamos que vivemos uma oportunidade única, como disse o Presidente Vilson, de ter um marco zero para o futebol brasileiro.

Diversos estudos demonstram que o futebol hoje, com a cadeia produtiva como um todo, gera receita na ordem de R\$11 bilhões, com emprego na faixa de 380 mil empregos. Estudos demonstram que esses números podem... Isso representa 0,2% do PIB brasileiro. Estudos demonstram que, se você trabalhar a questão do calendário, que é esse terceiro ponto, se você trabalhar a questão da gestão dos clubes, esse número pode chegar a R\$60 bilhões, com 2 milhões de empregos gerados, com 1,2% do PIB nacional.

Esse setor, Presidente, tem uma representatividade relevante na nossa economia. E nós, como Ministério do Esporte, estamos atentos a que isso possa acontecer para que o futebol tome um caminho diferente em relação ao que nós temos visto acontecer há anos.

Então, Presidente, nós achamos de suma importância que, embora ainda haja assuntos a serem discutidos que são complexos, como o calendário, isso mereça um estudo aprofundado, ouvindo todos os entes envolvidos.

E eu acho que nós devemos registrar também que nós não podemos esperar que essa mudança do calendário tenha efeitos no curto prazo. Não vai ser no curto prazo. Nós temos que plantar agora, mas isso são resultados que nós vamos ver no médio e longo prazo. Não tem uma mudança de um calendário, de uma situação, que vá ter resultados imediatos. Nós temos que ter isso bem claro. E nós não podemos perder essa oportunidade de fazer com que isso aconteça.

Então, nós estamos acompanhando de perto, Sr. Presidente, e dando a nossa contribuição dentro das nossas competências, para que o futebol brasileiro realmente chegue ao patamar que ele merece.

Eu não vou me alongar, Presidente, não vou usar os vinte minutos. Estarei aqui à disposição para continuar os trabalhos desta audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Muito obrigado, Doutor Sérgio. Mauro Cezar.

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – Bem, bom dia a todos. Sr. Presidente e a todos os presentes. Eu primeiro queria fazer aqui um registro. É um documento: informe da Previdência Social. Quem me passou foi o companheiro José Cruz um pouco antes, logo que chegamos aqui.

Esse informe tem o seguinte título: *Os Clubes de Futebol e a Previdência Social*, assinado por Vinícius Carvalho Pinheiro, Secretário de Previdência Social; João Donadon, Coordenador-Geral de Legislação e Normas; e Andréa Corrêa Barreto, então Coordenadora da Secretaria de Previdência Social.

Eu vou ler só o primeiro parágrafo do texto, que diz o seguinte:

A Previdência Social tem dedicado atenção especial ao aperfeiçoamento da fiscalização e da arrecadação das contribuições dos clubes de futebol profissional. Neste setor, a sonegação e a inadimplência são problemas generalizados. A maioria dos clubes não possui patrimônio próprio e, além disso, os responsáveis pela administração têm mandato temporário. Por serem constituídos como associações, seus dirigentes não respondem pessoalmente pelas dívidas do clube, tornando-se o recolhimento da contribuição devida à Previdência Social uma obrigação secundária.

Isso é de outubro de 2000, ou seja, isso tem praticamente 14 anos e esse é um cenário que não se modificou. E os clubes tiveram várias oportunidades de reduzir ou de eliminar essas dívidas. Em alguns momentos, quando querem, os clubes pagam dívidas.

Acho que o exemplo mais claro, no momento, é o do Flamengo. O time mais popular do Brasil e também apontado, várias vezes, como o maior devedor. Segundo o dirigente do Flamengo, desde que o Eduardo Bandeira de Mello, atual Presidente, assumiu o cargo de Presidente do clube, no começo do ano passado, o Flamengo pagou R\$162,3 milhões de dívidas com o Governo. Isso em menos de 17 meses. O Flamengo precisou fazer uma renegociação para obter os certificados negativos, que permitiram ao clube, por exemplo, ter o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Então me parece bem claro que, de fato, é preciso haver uma responsabilização, como o Presidente disse. Isso é fundamental. E há que se discutir amplamente se os clubes, de fato, têm que ter mais uma chance, outra chance e outra chance. Até quando os clubes brasileiros terão tantas chances?

Existem situações no Brasil em que alguns clubes contratam jogadores caríssimos e não pagam os impostos. Por quê? Por que um clube consegue desembolsar uma quantia estrondosa para trazer um jogador que está no exterior, seja ele brasileiro ou estrangeiro, e eventualmente não paga os impostos que deveria pagar?

Então, acho que essa é uma questão que não pode ser discutida, creio, sem que nós analisemos todo o contexto, ou seja, lá de trás, todo o histórico, não só o momento atual. Porque existe um histórico, existe todo um passado. Isso não começou de uma hora para a outra. E, evidentemente, isso não vai se resolver no curto prazo.

Sobre o calendário, eu preparei aqui um material. Evidentemente, não existe mundo ideal. Mas, no futebol, pelo menos na minha opinião, o que mais se aproxima disso é o calendário inglês. O Brasil teve a chance de começar sua própria liga em 1987, com a Copa União. Muita confusa, é verdade, com critérios absolutamente discutíveis na seleção dos clubes que participaram da competição e que, até hoje, era polêmico sobre quem é o campeão brasileiro daquele ano. Mas não é essa a questão.

Foi uma oportunidade porque, naquele momento, a CBF, então, se disse incapaz de organizar o campeonato, e os clubes tomaram conta e fizeram o campeonato. E perderam a oportunidade, perderam o chamado “bonde da história”, porque a Premier League, que é hoje a liga mais rica do Planeta, foi criada cinco anos depois, em 1992. O Brasil estava cinco anos à frente e não aproveitou.

Depois, o campeonato voltou a ser organizado pela CBF e até hoje temos um campeonato que tem incontáveis problemas, que está muito distante de ser um modelo, de ser uma referência, por razões diversas.

Então, a estrutura hoje do futebol inglês é a seguinte: Premier League, 20 clubes. É uma liga com vida própria, como eu disse, a mais rica do mundo. Para os senhores terem uma ideia, no último sábado, dois times da segunda divisão disputaram, no estádio de Wembley, o maior estádio da Inglaterra, diante de quase 90 mil pessoas – quase 90 mil pessoas, um público que nem a final da Copa do Mundo vai ter porque nenhum estádio brasileiro comporta tanta gente –, a última vaga para a Premier League para a temporada 2014/2015.

Em jogo, algo em torno de £120 milhões, que é o quanto o Queens Park Rangers deve receber ao longo da temporada por ter conseguido a classificação. Nisso entra direito de televisão, patrocínio, bilheteria. É um outro mundo. Esse acesso tem um peso estrondoso. É algo que não dá para medir.

Segundo a Deloitte, é a maior premiação que um time pode receber por um triunfo, por uma vitória. Nada se compara. Nem Copa do Mundo, nem Liga dos Campeões da Europa, muito menos Libertadores, que,

aliás, paga muito pouco. Então, é impressionante que um acesso da segunda para a primeira divisão consiga representar tanto.

Então, a Premier League não é administrada pela “CBF” inglesa, que é a FA, ela tem vida própria. E abaixo também. A The Football League cuida da segunda, terceira e quarta divisões. Essas com 24 clubes, sempre com acesso de três times e queda de três times. E só a partir da quinta divisão, a Conference, que é a última divisão de âmbito nacional, a FA se envolve. Ela passa a participar do controle das competições. Ou seja, como a CBF faz aqui, com os campeonatos que temos. Então, você tem a quinta divisão com 24 clubes e, evidentemente, com acesso para a quarta divisão e queda para a sexta. Aí começa a parte que eu acho mais interessante.

É claro que o Brasil é um País muito grande, muito maior do que a Inglaterra e onde, em tese, é muito mais complicado fazer a regionalização dos campeonatos. Mas eles fazem isso lá. Para eles isso também é complicado. Não há como você ter um time da quinta, sexta, sétima, oitava divisão; um time de Southampton, do Sul, jogando contra um time de Newcastle, do Norte. Não dá para ficar colocando esse pessoal em um trem e viajando por quatro ou cinco horas, pagando hotel. Isso é inviável economicamente. Então, eles jogam campeonatos regionais.

Então, a sexta divisão já tem duas divisões, a Norte e a Sul. Na sétima, a divisão já é maior ainda. São 140 times nesse bloco, das quinta, sexta, sétima divisões. Setenta e duas no bloco da segunda até a quarta.

A oitava divisão já é um negócio meio assustador, porque já são seis campeonatos com diferentes regiões do país, todos com 22 clubes. Aqueles que conseguem melhores campanhas disputam *playoffs*, mata-matas para terem acesso à sétima divisão. Todo mundo jogando o ano inteiro, com calendário inteiro, que vai de agosto a maio. Ninguém fica parado.

Não acontece lá o que acontece no Brasil. Essa situação como essa: recentemente o Mixto, de Cuiabá. E é até bom lembrar que o Mixto é um grande clube tradicional de Cuiabá, que é uma das sedes da Copa do Mundo. O Mixto foi eliminado da Copa do Brasil, jogando contra o Santos, e o Ruy – conhecido como Ruy Cabeção, todos que acompanham futebol sabem quem é –, que esteve nesta semana aqui com a Presidente, inclusive, junto com o pessoal do Bom Senso, com os demais jogadores, deu uma entrevista para nós da ESPN, na saída de campo, uma entrevista até muito impactante porque ele dizia que vários companheiros dele, a partir daquele momento em que o clube foi eliminado da Copa do Brasil, vão trabalhar em outras funções como porteiro, segurança, padaria. Enfim, vão procurar outros empregos; não podem continuar jogando como profissionais de futebol porque não têm emprego, porque não têm campeonatos para jogar, porque o Mixto não consegue manter um calendário ao longo do ano.

Estamos falando de um clube de uma capital que é sede da Copa do Mundo, não estamos falando de um pequeno clube do interior. Evidentemente, esse cenário pode ficar ainda pior em outras regiões.

Outro ponto importante é a regionalização que eles fazem. Quanto menor a divisão, menor a abrangência geográfica, como dizíamos. Da quinta até a 11ª divisão a Football Association (FA) participa, administra. Todos os times podem, em tese, subir ou descer de divisão. O critério de acesso, descenso é muito claro.

E mesmo as ligas menores têm patrocinadores. O Banco Barclays patrocina a Premier League, a Sky Betfair, das apostas que lá são legalizadas, patrocina a The Football League, da segunda até a quarta divisões. Uma empresa do ramo de pagamentos pela internet patrocina a quinta e a sexta. A Evo-stik, que é uma empresa de colas e adesivos, depois; a Ryman, que é uma rede de papelarias. A Calor League, onde Calor é a empresa e a League é a liga que ela patrocina, uma empresa da área de aquecedores, etc.

Ou seja, até as empresas vão mudando de perfil, mas patrocinam os campeonatos. Até a oitava divisão você tem o campeonato com o nome do patrocinador, a exemplo da Barclays Premier League ou Série A Tim, porque a TIM patrocina na Itália. Como aqui no Brasil também, onde os campeonatos principais já têm os seus patrocinadores.

São 483 campeonatos distribuídos em 24 divisões, entre times 100% profissionais, que vão da primeira à quarta divisões. Na quinta, já existem times semiprofissionais e times amadores. Até a dos caras que jogam só nos finais de semana. Praticamente todos jogam de agosto a maio, como acontece na primeira divisão. E você vai vendo na quantidade de campeonatos.

O que seria da 14ª divisão, que evidentemente é futebol amador, tem 73 campeonatos espalhados pela Inglaterra; 73! É um total de 483 campeonatos que acontecem em todos os níveis. Ou seja, todo mundo joga futebol na Inglaterra, e os times jogam o tempo todo, como esse exemplo vai mostrar aqui.

A temporada 2013/2014, o Droylsden, um time pequeno, minúsculo, insignificante, quase microscópio, o 24º colocado, ou seja, o lanterna do que equivale à sétima divisão, fez 47 jogos oficiais, entre campeonato e a FA Trophy, que é a copa que eles disputam. Eles têm diferentes copas para times da 1ª divisão até a 4ª. Depois vão descendo de acordo com o nível técnico.

É uma copa disputada por times semiprofissionais, mas os jogadores, os atletas dessa equipe tiveram a oportunidade de participar, quem jogou todos os jogos, de 47 jogos. Eles tiveram calendário. De maio a agosto, esses caras tiveram compromissos, pelo menos uma vez na semana, com seus companheiros. Eles não foram trabalhar de porteiro, se eles dependem do dinheiro que ganham para jogar futebol.

Claro que muitos são estudantes que jogam e ganham algum dinheiro, outros trabalham e treinam à noite. Estamos falando da sétima divisão na Inglaterra. Ou seja, de uma outra realidade, e eles têm compromisso o tempo todo. Jogaram mais do que o Liverpool, vice-campeão inglês, que vai jogar a próxima liga dos campeões, base da seleção da Inglaterra, time do Luis Soares, o grande craque uruguaio que vem para a Copa e que fez 43 jogos.

Então, a realidade não é diferente. Aqui no Brasil o Botafogo, no início da temporada, se fosse à final, como jogou a fase preliminar da Copa Libertadores, se ele fosse à final da Copa Libertadores, da Copa do Brasil, do campeonato carioca, jogando as 38 rodadas do campeonato brasileiro, o Botafogo poderia jogar os 81 jogos, 81!

E algumas equipes como o Mixto do Ruy ficam pelo caminho, e os jogadores não têm mais trabalho, não têm como jogar, não têm contra quem jogar, acabou. Isso em abril! Ou seja, no quarto mês de um ano que tem 12 meses.

Então, aqui já temos a regionalização, porque existem as federações estaduais, que, imagino, poderiam fomentar o futebol por meio de mais competições que se estendessem ao longo do ano. Então, a questão das dimensões continentais do Brasil poderia ser superada porque estrutura para isso existe.

Todos os Estados têm as suas federações estaduais, que são, evidentemente, vinculadas à CBF e votam para Presidente da CBF. São 27 federações que votam e 20 clubes na série A. Ou seja, as federações têm um peso maior do que os clubes, inclusive, nesse contexto, por uma questão meramente matemática.

Se tivéssemos torneios classificatórios estaduais durante a maior parte do ano, as equipes menores disputariam a oportunidade de jogar contra as grandes no que seria um campeonato estadual mais curto, e não um campeonato deficitário, como o próprio Presidente disse, aos longo de quatro ou cinco meses do ano. Um dos argumentos para esses campeonatos longos é o de que os times pequenos precisam jogar contra os grandes. No Rio de Janeiro, é muito comum times pequenos sequer receberem os grandes, porque não jogam em seus Estados. Eles não podem mandar os seus jogos em seus Estados. É muito comum, a gente cansa de ver times jogando em Volta Redonda sem ser de Volta Redonda, e em Macaé sem ser de Macaé.

Lá em São Paulo também acontece esse tipo de coisa. Eventualmente, um time não tem um estádio capaz de mandar um jogo. O Oeste, de Itápolis, cansou de jogar em São José do Rio Preto e em outras cidades, para ganhar dinheiro muitas vezes, porque era a chance de levar um Corinthians, um Palmeiras, um São Paulo, um Santos e arrecadar bilheteria; e não joga em sua cidade.

Então, o argumento antigo e que ainda é usado em alguns momentos de que os clubes pequenos precisam jogar contra os grandes para que possam sobreviver não traduz a realidade, porque esses clubes jogam pouquíssimas vezes, na verdade acabam tendo um mando de campo contra dois grandes. No caso, citando os exemplos do Rio e de São Paulo, um time do interior de São Paulo vai jogar fora contra o Corinthians e o Palmeiras e em casa contra o Santos e o contra o São Paulo. Um time pequeno do interior do Rio de Janeiro vai jogar em casa contra, digamos, Vasco e Fluminense e fora de casa contra Flamengo e Botafogo.

Então, no ano inteiro ele vai ter no máximo dois jogos contra times considerados grandes, times de série A. Não é isso que vai mudar, evidentemente, o seu destino; o que vai fazer a sua temporada.

Os times mais importantes da Premier League entram na Copa da Inglaterra, a competição de futebol mais antiga do mundo – na qual a nossa Copa do Brasil se inspira, como todas as copas –, só em janeiro. Mas cerca de 700 times disputam a Copa da Inglaterra a partir de agosto, inclusive esses dos barrigudos do fim de semana, semiprofissionais. Começam em agosto.

Aqueles que vão sendo eliminados ficam pelo caminho e, em janeiro, os times entram. Isso existe lá e pode existir no Brasil também. É possível fazer com que os times pequenos joguem durante o ano inteiro e aqueles que se saírem melhor vão jogar contra os grandes, durante um período curto de campeonato estadual.

Isso irá transformar o campeonato estadual em uma coisa que motive o torcedor, em uma competição com mais apelo, e não os torneios deficitários que temos agora. Tivemos um jogo do Flamengo, neste ano, em Volta Redonda, com 377 pagantes – 377 pagantes no jogo do Flamengo, que tem dezenas de milhões de torcedores espalhados pelo Brasil, o que é vergonhoso! Não dá nem para acreditar.

Então, como eu dizia, times semiprofissionais e amadores disputam as etapas iniciais da competição, que é a Copa da Inglaterra. Se os estaduais fossem de fevereiro a março, digamos, os times menores jogariam entre eles os classificatórios regionais, entre abril e novembro. Isso é perfeitamente possível, como vimos ali no exemplo da sétima divisão inglesa, que joga o ano inteiro, que teve mais compromissos durante a última temporada do que o Liverpool, vice-campeão da primeira divisão.

Caberia, penso eu – não sei o que os senhores pensam –, a CBF e as federações viabilizarem, economicamente, esses certames, porque cabe a elas fomentar o futebol. As entidades existem para fomentar o futebol. E a CBF não pode ser a Confederação Brasileira da Seleção Brasileira, porque é mais ou menos o que acontece hoje. Ela tem que ser a Confederação Brasileira de Futebol. A CBF tem 14 patrocinadores e aumentou tremendamente seu faturamento para esta Copa do Mundo. Ela não tem os custos que têm os clubes, como nenhuma federação tem. Não é só a CBF, mas todas do mundo inteiro. Enquanto o Coritiba, o Flamengo e o Corinthians precisam contratar jogadores, a CBF não contrata.

Ontem mesmo, no nosso *site*, publicamos uma matéria mostrando que o Paris Saint-Germain gastou cerca de 300 milhões para ter a dupla de saga da Seleção Brasileira: David Luiz e Thiago Silva. A CBF os tem de graça, como a seleção da Espanha. A federação espanhola tem Xavi, Iniesta, Fàbregas e companhia limitada e não paga nada. E realiza também amistosos milionários, por cotas estrondosas.

É evidente que parte desse dinheiro tem que ser revertido para que as seleções possam continuar, mas também tem que haver algum tipo de benefícios, digamos assim, para que o futebol cresça. E o único caminho que vejo para que o futebol cresça, entrando pelo País, pelo interior do País, é também criarmos situações para que as pessoas voltem a frequentar o estádio.

Na primeira divisão, nosso público é muito pequeno. A média de público da segunda divisão da Inglaterra é mais do que o dobro da nossa média de público da Série A, o que é vergonhoso, com taxas de ocupação de estádios lá de 80, 90, quase 100%. Aqui isso não acontece. Aqui, quando um clube chega à média de 20 mil pessoas por jogo, a gente solta rojão. E é muito pouco. Um clube pequeno lá consegue isso com os pés nas costas. A gente não consegue isso no Brasil. E as pessoas perderam o hábito de ver jogo de futebol. Não há mais. É muito pequeno, hoje, o hábito de a pessoa que mora numa cidade pequena, digamos, sair da sua casa, no domingo, para ver o time da sua cidade jogar contra o time da outra cidade. A gente vê isso um pouco em outras modalidades. O basquete, por exemplo, ainda tem muito disso, especialmente, acho, em São Paulo. Os times das cidades ainda são representantes desses Municípios. Quando vão à quadra, as cidades vão ao ginásio para torcer pelas suas equipes. Isso ainda resiste. E é possível fazer isso no futebol. Claro que não será num curtíssimo prazo, mas é preciso começar a fazer. O Brasil perdeu a chance de começar a fazer isso em 1987, como eu disse, antes dos ingleses. Não fez. O tempo passou, mas é preciso começar a fazer isso...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – ...até para que os jogadores, principalmente os jogadores dos times menores, tenham condições de jogar durante o ano e não tenham que procurar outros empregos que não os de atleta de futebol profissional, porque, na realidade, esses atletas, como aqueles que o Ruy citou, companheiros dele no Mixto, são tão semiprofissionais quanto esses caras da Inglaterra. Eles não são profissionais em 100%, porque eles têm um contrato de três meses e sabem que, em dado momento, se o time for eliminado, se não houver mais calendário... Por exemplo, quando o Clube do Remo, que tem uma torcida imensa no Estado do Pará, especialmente, não consegue se classificar para a Série D, ele tem que desmanchar o seu elenco. Então, os jogadores do Clube do Remo, que tem uma torcida imensa, que põe 40 mil pessoas em um estádio, que fica sem calendário em março, abril, maio, aliás, simplesmente ficam desempregados. Será que eles são 100% profissionais? Ou eles são semiprofissionais, como os caras da sétima divisão, oitava divisão da Inglaterra? Eu acho que a realidade deles é bem próxima.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Mauro.

Fernando Prass.

O SR. FERNANDO BÜTTENBENDER PRASS – Bom dia! Bom dia a todos os presentes. Bom dia ao Senador Randolfe.

Eu vou começar falando um pouquinho sobre – de repente, muita gente não tem conhecimento disso – como surgiu essa ideia do movimento.

Ano passado ainda, como a gente estava na Série B, a gente foi jogar, em Itumbiara, contra o Atlético Goianiense.

E, naquele período, havia acontecido uma situação atípica e desumana no futebol: alguns clubes tiveram que jogar no sábado, na segunda, na quarta, no sábado, três ou quatro jogos por semana em um intervalo de tempo muito curto. E o Juan e o Alex, que foram adversários, jogo entre Coritiba e Inter, conversando sobre isso, chegaram à ideia de que alguma coisa deveria ser feita. Entraram em contato comigo, ainda na viagem de Itumbiara para Goiânia, com outros jogadores, e tomaram uma decisão, que, no começo, foi até criticada por muitos – de repente, até por falta de conhecimento –, de que alguns jogadores de elite resolvidos financeiramente e, vamos dizer, com mais de trinta e poucos anos, teoricamente numa fase final de carreira, estariam lutando por algumas coisas que não fariam muito sentido.

Eu acho que esse é um argumento que fortalece mais ainda a nossa luta, porque são justamente esses que não precisariam, de repente, estar disponibilizando seu tempo, porque financeiramente já estão resolvidos, provavelmente não são os que vão ser mais beneficiados com essas mudanças que, se Deus quiser, vão acontecer no futebol, mas sabiam da representatividade que tinham. E, se não fosse por eles, os menores, como o Mauro falou, que têm que ter duas profissões, que jogam uma parte do ano e, depois, vão ter que correr atrás de outra maneira para sustentar suas famílias, não seriam ouvidos.

Eu acho que só pelo que o Vilson falou da situação dos públicos, do nível técnico dos campeonatos – o Mauro citou o exemplo do Flamengo: jogar para 300 pessoas é inadmissível –, com dados assim já se tem argumentos mais do que suficientes para ver que alguma coisa tem que ser feita em termos de calendário. Acho que o desinteresse do público pelo futebol... E não digo só na questão de público nos estádios. A própria audiência média da televisão mostra que alguma coisa tem que ser feita, alguma coisa tem que ser mudada. Isso falando em termos econômicos do futebol, sem tocar no assunto de oportunidade de emprego para milhares de jogadores.

O futebol brasileiro tem em torno de 684 clubes, que empregam – a gente está falando em números, de repente, não tão precisos – 19 mil jogadores. E 583 clubes não têm um calendário anual, em torno de 16 mil jogadores. E a gente está falando de jogadores de trabalhos diretos. Se for contar indiretamente quantas pessoas dependem disso para sobreviver, quer seja o roupeiro, o fisioterapeuta, o cara que cuida do campo, a empresa que presta serviço terceirizado aos clubes, então é um universo muito maior.

A gente, de bom senso, tem uma proposta, que é bem em cima do que o Vilson falou. São propostas feitas para debate. Não é imposição. Não é um modelo final. A gente simplesmente quer ter uma abertura e uma possibilidade de fazer uma coisa que até hoje nunca foi feita, porque não só o futebol, mas muitas categorias reclamam quase que diariamente de tudo, mas nunca se movimentam, nunca tiram a bunda da cadeira para discutir, para apresentar propostas para melhorar. Criticar por criticar é muito fácil. Tem que apresentar propostas, não que sejam as melhores ou as definitivas, tem que se fazer alguma coisa.

Só para ter uma noção, para quem não está por dentro dos números, há clubes menores que jogam 15 jogos no ano. Os clubes grandes do Brasil jogam, em média, 68, podendo chegar ao número máximo de 85 jogos por ano. Se for dividir isso em dez meses, porque tem um mês de férias e um mês para temporada, pode dar mais de oito jogos por mês. É praticamente impossível conseguir um desempenho bom, apresentar um espetáculo de qualidade com esses jogos, e, aliado a isso, as dimensões do nosso País, uma Libertadores que te obriga a viagens muito longas. O Vilson levantou o dado de que nenhum jogador jogou mais de 51 jogos ou a média de 51 jogos no ano. Mas acho que o número é muito frio.

Ele tem que ser muito bem analisado. A gente tem que fazer uma pesquisa sobre por que jogou só 51 jogos. Se não jogou porque houve lesão, porque a maratona é absurda. A gente vê – eu falo pelo Palmeiras – o Departamento Médico às vezes com sete, oito jogadores, e isso traz um prejuízo técnico para o clube, e financeiramente nem se fala. Acho que se o Vilson pudesse fazer um levantamento de quanto ele gastou com salários com jogadores que ficaram entregues ao Departamento Médico, isso vai representar um prejuízo absurdo.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Foram R\$8.9 milhões no ano passado, sem jogar um minuto.

O SR. FERNANDO BÜTTENBENDER PRASS – Então, isso vai ao encontro do que a gente prega. E muitas vezes o jogador ou fica fora por lesão, ou invariavelmente tem que ficar fora, tem que ser polpado senão não aguenta. Então, o clube tem um prejuízo muito grande com esse sistema.

E a gente vê que, em relação aos campeonatos europeus, não que a gente tenha que copiar tudo deles, mas assim como eles copiaram e perceberam muitas coisas do nosso futebol dentro de campo e nos ultrapassaram em alguns sentidos, na nossa hegemonia, eu acho que a gente tem que também conseguir absorver deles algumas coisas fora do campo que, sem dúvida nenhuma, como a gente estava à frente tecnicamente deles, eles estão muito à frente da gente em modelo de gestão de futebol. Na Alemanha, o número máximo de jogos é 59, e o número médio é 41. Na Itália, é 63 o máximo, e 45 o médio. Na Espanha, é 66 o máximo, 48 o médio. Na Inglaterra, é 69 o máximo, e 50 o médio. E no Brasil, 85 o máximo, e 68 a média de jogos. Então, é uma situação muito diferente.

Muitas vezes o pessoal, o público em geral não tem a noção do verdadeiro futebol brasileiro, do que acontece, porque o que se passa na televisão hoje é Champions League, Copa do Mundo – fala-se muito nela –, seriado e Campeonato Brasileiro; e se vê Ronaldinho, Neymar, Fred, e isso é a realidade de menos de 5%.

Eu joguei em times pequenos, eu fiz a minha base toda no Grêmio, mas passei por experiências na Franca, em São Paulo, onde joguei por cinco meses emprestado para o Grêmio; recebi um mês e meio de salário. O dinheiro que eu tinha guardado no Grêmio eu reinvesti em mim para me manter no futebol. E eu tinha uma visão clara, ou seja, se eu não saísse dali para um nível melhor – depois eu cheguei ao Vila Nova e ao Coritiba –, eu fatalmente pararia de jogar futebol. E saí de lá com uma dívida de três meses e meio de salário e quando

fui fazer o acerto para ir embora, eu recebi R\$50 de rescisão. Os R\$50, na época, não davam para pagar nem a passagem de ônibus para voltar para Porto Alegre. Eu tive a sorte de ter muito apoio da minha família, do meu pai. Meu pai foi a Franca me buscar para me levar para casa, senão eu não teria como voltar. Essa é a realidade de muitas pessoas. E a gente não tem acesso, porque o que se vende muitas vezes no futebol é aquele futebol mágico, e a realidade está muito longe de ser essa.

Então, o calendário precisa ser revisto, não que a proposta seja a melhor ou a pior, mas tem que ser revisto, tem que ser feita alguma coisa para se dar condições de esses clubes menores terem mais jogos durante o ano para poderem ser autossustentáveis, para poder se manterem, dar uma possibilidade para que os clubes que tenham competência também possam ter um calendário, uma previsibilidade para conseguirem patrocínio. Isso porque ninguém vai patrocinar um clube que vai começar um campeonato que pode durar um mês, cinco, seis jogos, ou pode durar três meses. Então, ter uma previsibilidade para poder se trabalhar com patrocínios.

Em relação ao *fair play* financeiro que eu acho que é um assunto mais palpável, hoje, aqui para a nossa discussão, o Vilson falou que os times estão falidos, e realmente estão mesmo. Se formos ver a dificuldade financeira que os clubes têm hoje ... Mesmo os clubes que pagam em dia, que conseguem pagar em dia, fazem isso de uma maneira quase milagrosa, porque, com raras exceções. A situação financeira deles é gravíssima. E isso reflete no campo, com públicos ruins, com futebol que perde em qualidade. E, para se ter uma noção, em 2008, o endividamento era em torno de R\$2,7 bilhões; para 2012, são R\$4,7 bilhões, um aumento em torno de 90%.

Então, o faturamento aumentou muito, sim, mas o endividamento também. Aí é o que o Vilson falou, ou seja, tem que ser criada uma regulação para isso, que não sirva simplesmente para enfeite, mas que seja realmente rígida e que comece a resolver os problemas dos clubes brasileiros. Fazer um refinanciamento sem punição, sem contrapartidas, é a mesma coisa que nada, porque isso vai virar uma bola de neve de novo.

Então, eu acho que os clubes têm que aproveitar isso. Pelo que eu tenho acompanhado, é de enorme interesse deles que seja feito um refinanciamento e com algumas contrapartidas. Se não for feito isso de forma rígida e séria, não adianta em nada esse refinanciamento. Há que se ter, na nossa visão, a responsabilização dos dirigentes, senão, como já foi colocado aqui, no primeiro tropeço dentro de campo, o planejamento vai todo para água abaixo. É só o time entrar na zona de rebaixamento, por exemplo, do Campeonato Brasileiro, e, se não houver critérios de regulamentação rígidos e punições rígidas, o planejamento já vai por água abaixo; e os clubes começam a gastar mais do que podem, começam a fazer contratações, a oferecer salários impagáveis. E isso vira aquela bola de neve.

E a gente quer a criação de um órgão regulador, que seja fiscalizador, com punições, punições gradativas, e que não só a apresentação das certidões cause o rebaixamento. Acho que tem que haver uma punição gradativa e muita atenção também em relação ao que vai acontecer com os clubes que não aderirem ao refinanciamento: se eles vão ser enquadrados também nas penalizações pelo órgão regulador e como fica se, no meio do processo, um clube viu que não vai cumprir com o refinanciamento e vai ser punido com o rebaixamento ou com o que seja, ele abre mão do refinanciamento, vamos dizer, pula fora dessa renegociação da dívida simplesmente para não ser punido.

Então, há que se ter algumas coisas muito claras nesse sentido, até porque, como foi falado, é um mercado que gira em torno de R\$11 bilhões e com um potencial para gerar R\$60 bilhões, com inúmeros empregos diretos e indiretos e um impacto importante na economia.

Então, a nossa ideia é esta: que seja feita uma coisa séria, com responsabilidade para que não seja uma situação momentânea. Que isso seja o início, o marco zero para realmente começar a resolver os problemas do futebol brasileiro. Que a gente não venha daqui a quatro, cinco, seis, dez anos estar conversando tudo de novo. Eu vi uma matéria ontem, na internet, não vou citar o nome do clube, uma manchete de 50 anos atrás: "tal clube luta contra dificuldades financeiras e salários atrasados." Isso há 50 anos; e hoje, esse clube continua na mesma situação, nada foi feito por interesses de repente de pessoas que acham que é melhor que a coisa continue do jeito que está.

Eu acho que o que a gente quer, o básico é este: que essa renegociação da dívida fiscal dos clubes seja feita, mas que seja feita em cima de contrapartidas sérias e com controle rigoroso; senão isso não adiantará nada e daqui a cinco anos aumento em 90% a dívida; daqui a dez anos, vai se chegar a uma situação que nem o que se está tentando fazer hoje vai resolver, porque, como o Vilson falou, os clubes hoje estão falidos e, se continuarem nesse ritmo, daqui a cinco, dez anos, a situação estará irreversível; se é que já não está para alguns, não é?

Eu acho que os clubes hoje aumentaram muito suas arrecadações.

Há arrecadações, falando dos grandes clubes, excepcionais, claro que ainda muito aquém do potencial que podem ter, mas arrecadações que dariam facilmente para serem tocadas com uma tranquilidade financeira. Não conseguem em virtude da má administração, admissão irresponsável, que é o que o refinanciamento da dívida tem a possibilidade de corrigir, e corrigir de maneira dura e definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Fernando.

Vamos partir agora para a segunda parte da nossa audiência. Vamos passar para questionamentos, perguntas, para ouvir o Plenário, para os questionamentos aos nossos expositores.

Passo, inicialmente aos membros do Plenário. Temos aqui os diretores do Bom Senso aqui presentes, o Enrico, o Pedro Daniel e o Ricardo. Obviamente agora para o Plenário o tempo limite é menor do que para os expositores. Então, estabelecemos o tempo de dez minutos.

Enrico, inicialmente, dez minutos é o tempo para a sua exposição. Diretor-Executivo do Bom Senso.

O SR. ENRICO BUENO DE MORAES AMBROGINI – Obrigado, Presidente. Eu queria agradecer mais uma vez o convite feito a nós pelo Senador Randolfe, pelo Rafael.

Nós tínhamos preparado duas apresentações, para discutir um pouco melhor e até apresentar a nossa proposta, mas, depois desse debate, dessa exposição de todos, da aula do Mauro, vou até passar bem mais rápido do que eu iria falar aqui. É só para mostrar mais a nossa ideia, a nossa proposta do calendário. Vou falar do calendário primeiro, depois o Pedro fala um pouco mais do *fair play*.

A realidade, como eles já falaram, é essa aqui: são cem clubes que disputam os campeonatos, tem mais 88 que podem ou não disputar a copa estadual, 496 clubes não têm mais atividades no resto do ano, jogam em torno de dois ou três meses. Então, a partir de março ou abril, são 12 mil atletas que já ficam desempregados.

A formação do calendário, todos já sabem. A necessidade seria de 103 datas, enquanto a gente tem 88. Como o Prass já falou muito bem, na verdade, esse número de 15 pode ser até mais baixo, pode chegar a 8 jogos. O Presidente Prudente, em 2012, fez 8 jogos só, porque ele participou da Série B do Paulista.

Vou passar bem rápido isso aqui.

Isso aqui são exemplos que a gente tinha elaborado, mas já foi muito debatido. Então, vale mais a gente ir para a proposta direto.

Isso aqui é uma coisa legal. Por exemplo, você fala que a Série D é deficitária, mas, na verdade, se for somar só a receita de bilheteria, só analisando o borderô, você tem mais de R\$600 mil de superávit. Uma média de público de 1.245, que é muito baixa mesmo. O custo médio de arbitragem chega a R\$5.300,00, que hoje é subsidiado. Então, na verdade, ela é superavitária se for levar em consideração só a receita e o custo de jogo.

Isso aqui são só exemplos.

Na Série C, também tem a parte... Por exemplo, a Série C tem 116 jogos, de um pouco mais de 200 jogos, superavitários. Ela tem R\$7 milhões, na verdade, de diferença entre receita e custo de jogo. Se você tirar os seis principais, porque nessa época tinha o Santa Cruz, tinha tudo isso, você continua com mais de R\$1 milhão de lucro. Então, quando você fala que ela é deficitária, não é tão verdade assim. Por que a gente chegou no problema? Oitenta e cinco por cento dos clubes ficam inativos por mais de seis meses, a partir de abril e maio.

Isso aqui já foi muito discutido, se me permitem, vou passar um pouco mais rápido.

O excesso de clubes, como o Prass falou muito bem, o Brasil pode chegar a 85. O Mauro falou em 81, por exemplo, que é o caso do Botafogo, 40% mais do que a Inglaterra, que é onde mais se joga lá fora. Na média, esse dado.

Aqui, como também já foi citado, o Brasil tem 13 mil de público, menor do que a segunda divisão da Inglaterra. E, se for levar em consideração a ocupação de estádio, está em 31%. Isso aqui também já foi muito falado.

Este aqui é um dado interessante: jogos de quarta a domingo, consecutivos. Olhem o São Paulo, semanas com dois jogos: 32 semanas. E jogando consecutivamente: 16 jogos.

Se pegarmos o maior da Europa, tem o Real Madrid com 24 e jogou 4 vezes só jogos seguidos; e o Bayern, cinco, com 18 semanas com dois jogos. A diferença de calendário é gritante.

Esses problemas aqui já foram bem falados, acho que posso passar direto.

Como evitar esse cenário? O que a gente prioriza? A criação de uma série E, sempre regionalizada, colocando 432 times divididos em 36 grupos de 12 cada. Mínimo de 30 e máximo de 34. Lembrando sempre que ela é regionalizada, em microrregiões, o que diminui bastante o custo de transporte, de hospedagem. A série D aumenta para 144 times, ainda todos regionalizados. E a série C vai para 48 times, também tudo regionalizado.

Agora, falando dos estaduais. Como a gente consegue isso? O Vilson falou bem, a gente propõe a redução para oito datas. Aí, se fala que se está matando o clube pequeno. Como já foi citado aqui também, não é assim que ele sobrevive. Como já foi muito bem falado pelo Mauro.

Vou passar aqui bem rápido. A nossa proposta para o estadual é fazer a copa estadual, de oito datas, em formato de Copa do Mundo, com eliminatórias, do jeito que a gente já conhece.

Aqui é a comparação da nossa proposta, mostrando ali 32 jogos no mínimo na série E, com máximo de 72 jogos. E a gente sabe que ainda não é o ideal, mas pelo menos é a nossa proposta, como foi citada.

Agora só para a gente discutir o que foi falado pelo Vilson, quando a gente fala que a viabilidade das séries C, D e E, na verdade, é inviável, a gente pensa que hoje são colocados 44 milhões para subsidiar as séries C

e D pela CBF. As séries C e D têm 410 jogos, ou um pouco mais. Vamos supor que dê R\$100 mil por jogo, isso se dá porque nós temos só 22% de transporte de ônibus e o resto, 78%, é feito de avião, o que encarece muito a viagem e tem muita hospedagem. A nossa proposta, por microrregiões, é levar esse número para 91% de passagem de ônibus e só 9% de avião. Ou seja, a gente leva o custo por partida, em vez de R\$100 mil para R\$10 mil.

E é verdade que a gente está criando 9.312 jogos e o nosso custo seria por volta de 94 milhões. Se a CBF já coloca 44 milhões, faltam 50. Em 2012, a CBF teve 55 milhões de lucro. Então, a meu ver está bem encaixado.

Quanto ao dado de 51 jogos que o jogador fez no máximo, eu vejo, como o Prass falou, se foram 51 jogos, ele poderia ter feito 75 e só fez 51, há quase 30% que ele perdeu. Se ele se machucou e perdeu 30% dos jogos, acho que a falta realmente está no calendário.

Nós entrevistamos o Éderson, que foi artilheiro do campeonato de 2012, e o Atlético Paranaense abdicou do estadual para fazer a pré-temporada, abdicou com seus principais atletas. O Éderson foi artilheiro, jogou 36 dos 38 jogos e não se machucou nenhuma vez e só foi suspenso por cartão amarelo. Então, está aí um exemplo de como seria importante a adequação do calendário.

Para não me alongar muito, é isso. O Pedro vai falar um pouquinho mais do *fair play*, só para a gente continuar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigada, Enrico. Pedro Daniel, por favor.

O SR. PEDRO DANIEL – Bom, bom dia a todos. Primeiramente, muito obrigado pelo convite, mais uma vez.

Até para não alongar muito o debate, eu vou sair um pouco da parte conceitual para ir para a parte mais prática.

Na verdade, nós trouxemos a nossa apresentação das propostas do Bom Senso, que foram apresentadas no final de fevereiro, inclusive apresentadas ao público em geral; à mídia em geral; ao Ministério do Esporte, através do Ministro Aldo; à Comissão dos Clubes, através do Vilson e do Bandeira; e, na verdade, para o público em geral. Então, a gente trouxe, aqui, só, um resumo bem pontual, porque é muito simples a gente falar da parte conceitual e tamanho do negócio, mas sem visualizar a parte prática.

Então, aqui, a gente trouxe uma fotografia da situação atual. Como essa apresentação é de fevereiro, está o dado de 2012, mas, com os balanços de 2013, as receitas não cresceram, mantiveram esse crescimento. Então, 2013 também teve R\$3,3 bilhões, na verdade, teve um crescimento pequeno, mais em função das luvas da TV Globo, que foi a renegociação em 2012. Mas essa fotografia, aí, mostra que, na verdade, o problema dos clubes não é a questão de receita. Aí, a gente consegue ver que, na verdade, as receitas mais que dobraram nos últimos seis anos – já vou contar 2013. Então, a fotografia é boa para os clubes, nesse caso.

Mas, aqui, a gente já muda um pouco, que é o resultado operacional, ou seja, eles gastam muito mais do que arrecadam. Então, só para atualizar o dado de 2013, nós tivemos mais de R\$300 milhões de déficit. Num acumulado de seis anos, nós estamos falando de quase R\$2 bilhões de déficit operacional. Ou seja, voltando, as receitas estão crescendo, mas os custos estão crescendo muito mais do que as receitas.

Então, essa é a fotografia dos clubes. Esses dados são tirados dos balanços oficiais dos clubes.

E, aqui, o endividamento líquido. Em 2012, nós estamos falando de R\$4,7 bilhões, em 2013, nós estamos falando de R\$5,3 bilhões. Lembrando, as receitas estavam em R\$3 bilhões e o endividamento líquido de R\$5,3 bilhões. Ele está crescendo, se a gente pegar os últimos anos, o endividamento está crescendo muito mais do que as receitas, e olha que as receitas estão crescendo muito.

E, aqui, de uma maneira bem simples, para quem que eles devem. O maior endividamento dos clubes, hoje, é tributário. Esse é o dado de 2012; 2013, dá R\$2,6 bilhões. Eu estou sempre falando dos 24 maiores clubes do Brasil.

Então, nós estamos falando de R\$2,6 bilhões de endividamento tributário, que é o que está sendo debatido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, essa é a fotografia das finanças dos clubes.

Eu vou passar, um pouco, aqui, a parte de prognóstico, até pela nossa apresentação, e já vou para a parte prática, que são as nossas propostas e de que maneira evitar que os clubes fechem as portas, se é que isso é possível, até, porque, na parte prática, alguns clubes já estão, tecnicamente, falidos.

Então, dentro da nossa proposta, a gente cria uma entidade reguladora, e essa entidade, na verdade, tem essa atribuição de conversar com os clubes, ou seja, representar os interesses dos clubes, autorregular as atividades, comunicar os clubes e avaliar a documentação de monitoramento.

Ou seja, a entidade reguladora não é punitiva, é preventiva. Ela é uma entidade, na verdade, que se relaciona com os clubes, e não pune, ou algo do gênero. Então, ela informa a organização dos campeonatos, sobre como estão os clubes, ela contribui para a qualificação dos profissionais, dentro do nosso escopo de proposta, e ela monitora todo o cumprimento não só dos salários, mas de todos os pagamentos viáveis dos clubes.

Esses são os conceitos gerais. E, aqui, os clubes, na verdade, têm, só, como responsabilidade cooperar com essa entidade. Ou seja, fornecer toda a documentação, conversar, de fato, com essa entidade, para saber quais são os próximos passos.

E, aí, eu vim rapidamente, exatamente para a gente chegar, aqui, na parte de propostas, para a gente debater o porquê dessas propostas.

Até, de uma maneira um pouco mais simples, a nossa primeira proposta é que os clubes têm que assumir o compromisso de não exceder um déficit, ao final do exercício, de no máximo 10% nas receitas nos dois primeiros anos.

Ou seja, eu concordo e, aqui, eu estou falando, na verdade, em nome do Bom Senso, eu concordo com o que o Vilson falou, no começo da apresentação, não existe milagre, não existe uma medida paliativa de que os clubes, a partir de amanhã, comecem a se enquadrar de uma maneira muito forte, até porque o objetivo não é quebrar nenhum clube, não é punir nenhum clube. O objetivo, aqui, eu imagino que até do debate e de todos, é que os clubes, na verdade, se desenvolvam, que o futebol brasileiro tenha um desenvolvimento parecido com o potencial que ele tem.

Então, de uma maneira, me fugiu a palavra, mas, durante cinco anos, na verdade, ele vai ter esse período de adequação de, nos dois primeiros anos, poder ter um déficit de até 10% das suas receitas e, no terceiro e quarto ano, de até 5%.

Então, só a partir do quinto ano, o clube não deverá trabalhar com déficit.

O custo de futebol, que eu acho que já entrou, já ficou simples de entender, que é a relação de quanto que o clube arrecada e quanto paga com atletas, o custo mais de salário, o custo de futebol profissional. Dentro da nossa proposta, ele não deverá ser superior a 70% na receita do clube. Hoje, em 2013, os clubes pagam, em média, 76% de custo de futebol, ou seja, 76% do que eles arrecadam sai, diretamente, para custo do futebol, custo de departamento de futebol.

Há clubes que têm um custo de futebol de mais de 100%. Apesar de parecer um absurdo, de fato, o custo do futebol é mais alto do que a receita total do clube. Isso acontece, e aconteceu em 2013, 2012, em todos os anos, com alguns clubes.

Uma outra proposta é o incentivo à busca de distribuição equilibrada das fontes de receitas, ou seja, para que os clubes deixem de ser dependentes de alguma fonte específica.

A quarta proposta é garantir o cumprimento dos contratos de trabalho. Ou seja, a gente pensa da seguinte maneira. Os clubes que têm dívidas pendentes com atletas não poderão fazer novos contratos. Ou seja, se eu não pagar o prazo, vou usar um exemplo prático, eu não posso contratar um outro atleta até que eu quite a dívida com o meu funcionário. Não faz sentido eu pagar para um novo funcionário se eu estou devendo para o outro. Então, caso essa dívida não seja saldada até o final do ano, o clube ficará impedido de disputar a competição do ano subsequente.

A quinta proposta é em relação aos dirigentes. Os dirigentes deverão ser responsabilizados durante o seu período de gestão. O que acontece, hoje, na parte prática – se o Vilson quiser me corrigir, fique à vontade –, o maior objetivo do dirigente, em si, é trazer título, porque ele fica marcado, de fato, pelo título. Isso eu falo pela parte prática. Ou seja, se ele gasta mais do que ele arrecada, ele pensa dessa maneira.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO DANIEL – Posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Fique à vontade, Pedro.

O SR. PEDRO DANIEL – Então, o dirigente, sendo responsabilizado, como acontece em qualquer outro segmento, ele fica impedido de fazer alguma que eu vou chamar de loucura.

Então, essa também é uma proposta importante.

E, aqui, para finalizar, a padronização das demonstrações financeiras, que, também, já está na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é importante para evitar problemas na leitura dos dados dos clubes.

A reavaliação do endividamento com auditoria independente, que, também, já tende a ocorrer.

E a nossa oitava proposta, não menos importante, são os cursos profissionalizantes para os atores. Ou seja, a gente não está preocupado em resolver o problema pontual, mas, sim, evitar que esse problema volte a se repetir no futuro.

Então, nós temos muitos gestores que não se prepararam para estarem na posição que ocupam e isso é muito mais culpa, não do gestor, mas, sim, da estrutura do futebol.

Então, de uma maneira bem simples, eu pontuei, rapidamente, as oito propostas, mas não menos importante do que as propostas é a parte do escopo que mostra qual que é o objetivo do Bom Senso. Esta fotografia, aqui, mostra, muito claramente, qual o objetivo do Bom Senso, que é, na verdade, auxiliar os clubes menores

no sentido de que eles se desenvolvam. Ou seja, o controle de déficit só seria, inicialmente, colocado para clubes com faturamento superior a R\$5 milhões.

O custo do futebol, a mesma coisa. A padronização, a mesma coisa. E a reavaliação do endividamento. Porque os clubes com faturamento inferior não têm a capacidade momentânea para que isso ocorra.

Então, dentro das propostas, os clubes com faturamento inferior a R\$5 milhões, na verdade, têm o treinamento e cursos profissionalizantes, têm a responsabilidade do dirigente, têm o cumprimento dos contratos de trabalho e o reequilíbrio das fontes de receita. Na verdade, é uma maneira de eles se adequarem até, porque eles, de fato, precisam de mais tempo para essa adequação.

Então, de uma maneira bem simples, eu pontuei aqui. Mas, como o Prass falou bem, dentro das nossas propostas, colocamos medidas pontuais – não apenas o rebaixamento, mas avisos, multas, perdas de pontos – até para que os clubes não sejam pegos de surpresa no final do ano com o não cumprimento dessas obrigações.

Eu queria agradecer mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Pedro.

O Dr. Vilson tem uma réplica, e, depois, passamos para o Ricardo.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Não, não é bem uma réplica; é apenas um esclarecimento.

O Pedro falou aqui sobre a questão dos dirigentes, que querem apenas ganhar títulos. É que não existe um modelo, Pedro, de responsabilização. Por exemplo, o Coritiba fez um acerto com a Receita e paga e tem todas as suas certidões. Mas eu não posso trazer um atleta se estou caindo para a segunda divisão. E estou sendo punido, na minha cidade, pelo meu torcedor, porque eu estou pagando dívida do passado – já paguei R\$46 milhões para um clube que tem o 14º orçamento –, e ninguém reconhece o trabalho que a gestão está fazendo.

Então, ou há uma lei definitiva para todos da mesma forma, e todos serão punidos, senão, desculpe, eu vou ser tratado como o Presidente ingênuo, o bonzinho, o idiota. Esse é o problema, Sr. Presidente. Ou nós mudamos esse conceito, e todos serão responsabilizados em um padrão único de responsabilização...

E por que nós defendemos essa tese da responsabilização? Porque ela é um parâmetro definitivo do bom dirigente e o mau dirigente; do clube bem gerido, como o clube mal gerido. E todos terão a mesma regra. Agora, se você é competente, se você tem um padrão de gestão eficiente e ganha título, parabéns. É ótimo!

Agora, o que não se pode hoje é haver times que estão disputando lá em cima e não cumprem as suas obrigações. E aqueles times que pagam religiosamente... Não estou aqui em defesa do Flamengo, mas o Flamengo está em uma situação difícil também – é só olhar a tabela. Então, os clubes que cumprem as suas obrigações, hoje, estão com sérias dificuldades, porque não querem fazer loucuras na contratação.

Agora, eu, quando termino um jogo do Coritiba, não posso sair à rua, senão eu apanho da torcida, que quer que eu traga o jogador de qualquer forma. Esse é um outro problema, Mauro, da violência.

Eu tirei, no ano passado, a minha família uma semana de Curitiba porque eu estava para cair para a segunda divisão. A minha família foi para Florianópolis. E me escondi, escondi minha família – meus filhos e minha mulher. Então, esse é um outro problema da violência também.

Com relação ao crescimento da dívida, há um aspecto importante que não foi falado, mas eu acho que vocês sabem: ela aumentou em função de multas, juros e a correção da Selic – hoje a dívida tributária tem esses três aspectos que aumentam consideravelmente a dívida dos clubes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pedro, pois não.

O SR. PEDRO DANIEL – Eu concordo com o Vilson. Na verdade, não entrei no que aconteceu no passado. Aqui nós estamos fazendo uma fotografia momentânea. E, de fato, o histórico não contribuiu. Mas, aqui, nós estamos falando exatamente para que isso não volte a acontecer para quem for lhe suceder no Coritiba. Acho que esse é o objetivo.

E, só para pontuar, Mauro, e numerar: a CBF, no ano passado, arrecadou R\$440 milhões e as federações estaduais mais R\$130. Então, nós estamos falando de um montante – se a matemática não me pega – de R\$570 milhões de faturamento da CBF mais federações. Acho que é possível subsidiar o custo que foi numerado.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Pedro.

Para fechar este bloco, Ricardo.

Em seguida, nós teremos um bloco aqui de perguntas que chegaram até nós através do portal e-Cidadania. Temos perguntas que vieram através da internet, então faremos um bloco de perguntas da internet.

Ao mesmo tempo, damos as boas-vindas ao Senador Eduardo Suplicy a esta Comissão.

Então, fechamos aqui esse bloco com o Ricardo. E passaremos, depois, ao bloco das perguntas da internet e, aí, seguiremos ao bloco seguinte.

Ricardo, por favor.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Obrigado.

Fico feliz de saber que há perguntas da internet – nós convocamos os torcedores para perguntar. Que bom que há gente assistindo e perguntando e se interessando pelo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Estamos ao vivo, agora, também pela TV Senado.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Muito bom. Obrigado pelo convite, Senador. Obrigado pela presença de todos aqui. Gostaria que houvesse mais Senadores aqui também para acompanhar o debate. Infelizmente, não foi possível. Obrigado, Senador Suplicy, pela presença.

Vou fugir um pouco do tema. Sei que o tema é calendário e *fair play*, mas acho que é importante falar um pouco sobre por que o movimento do Bom Senso surgiu.

Existe um esforço – houve um esforço e há até hoje – de todos os atletas para participarem de reuniões, informarem-se, irem atrás de conteúdo, para poder criar uma proposta de desenvolvimento do futebol. E, ainda assim, com muitas represálias sofridas por vários atletas – não só atletas de clubes pequenos. Nós temos um dos grandes líderes do movimento que hoje joga na China em função de represálias sofridas no futebol brasileiro, porque não havia espaço para diálogo com as entidades que cuidam do futebol.

A gente saiu de uma reunião com a Dilma, na segunda-feira, muito contente, pois a Presidenta se mostrou muito sensibilizada pela causa dos jogadores e pelo esforço dos jogadores de criarem um movimento desse tamanho e com essa consciência, com essas propostas.

E o que a gente pediu – e saiu de lá com o compromisso dela – foi o compromisso de regulamentar a MP 620 para que os atletas dirigentes, presidentes de todos os clubes tenham representação nas assembleias gerais das organizadoras dos campeonatos, para que debates deste nível ocorram também dentro das entidades. O movimento tem que ser de participação, e acredito que esses oito meses de movimento demonstram a qualidade do debate que os jogadores e muita gente ligada ao futebol têm para contribuir com o esporte.

Eu queria também sair daqui, desta audiência – aproveitando a presença e agradecendo a presença do Vilson –, com alguns compromissos da CBF; saber a posição oficial da CBF com relação aos pontos que estamos levantando, com relação, por exemplo, ao escalonamento das punições, porque, como bem disse o Pedro, a intenção não é apenas de punir o clube, mas de criar um sistema preventivo para que os clubes não incorram nos mesmos erros que têm cometido há muito tempo.

Nós sabemos que o projeto de lei depende também da adequação do Estatuto da CBF e das competições da CBF. Então, eu gostaria aqui publicamente de saber qual é a posição da CBF com relação à nossa proposta de *fair play*, pois a entidade reguladora que nós propomos poderia ser criada pela própria CBF. E ela não tem um custo muito alto, sobretudo se considerarmos qual é a situação financeira da entidade.

Então, faço aqui direto a pergunta – não sei se já havia espaço para isso.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Posso responder?

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Claro, por favor.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Bom, primeiro, o assunto é com relação ao modelo de punição. Nós estabelecemos na lei a obrigatoriedade de todas as entidades esportivas apresentarem as certidões 30 dias antes da assembleia e das competições. Isso quer dizer o seguinte... Desculpe, até estou respondendo ao Fernando que fez essa afirmação em relação aos clubes que não aderirem. Todos os clubes são obrigados a apresentar. Isso foi uma sugestão feita pelos clubes em uma assembleia com a CBF e com a concordância dela.

Segundo, o modelo apresentado aqui por vocês – que eu acho interessante – desse nível de controle, eu entendo que tem que ser na CBF, na própria CBF, porque ela é o órgão regulador.

É através da participação de todos os clubes, jogadores e todos os interessados, desse modelo dentro CBF que parte toda a visão de orientação, que foi feita pelo Pedro aqui com muita propriedade, porque muitos dos clubes vivem um momento de amadorismo. Essa é a pura realidade do futebol brasileiro.

E um órgão regulador dentro da própria CBF hoje – hoje está aí o modelo evidentemente – é muito importante no sentido de adequarmos todas aquelas situações que foram colocadas. É também uma expectativa dos clubes que isso seja feito, porque assim vamos ter um aspecto de, primeiramente, padronização orçamentária, que acho fundamental ser feito. Segundo aspecto: todos os clubes terão as mesmas oportunidades. O que vai estabelecer o melhor ou pior desempenho é a competência de explorar a sua potencialidade. Todo mundo sabe que Corinthians e Flamengo têm uma potencialidade enorme, assim como outros clubes têm. Mas esses clubes eficientes terão evidentemente um nível de produtividade maior do que os clubes menores. Isso é claro, isso é a lei da própria sobrevivência.

Então, dentro da CBF há esse compromisso de, primeiro, a punição ser aplicada com base no regulamento, alteração do regulamento; e, segundo, o controle dentro da própria CBF estabelecendo inclusive todas as

regras dentro do padrão até sugerido por vocês, que acho interessante. Isso eu nunca neguei até em reuniões anteriores que fizemos, e achei que essa regra é muito importante.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Obrigado, Vilson.

Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Obrigado, Ricardo.

Queria passar aqui algumas perguntas que nos chegaram pelo Portal e-Cidadania. E quero aproveitar e fazer, ao mesmo tempo, aos membros da mesa algumas das perguntas que também esta Presidência tem.

São as seguintes perguntas:

A primeira é feita ao Fernando Prass.

“Qual a visão de modelo administrativo da CBF para o Bom Senso?”

É uma pergunta para o Fernando, mas que acho que é bilateral.

Permita-me o Dener, autor da pergunta, estendê-la também ao Vilson, representante do CBF. O Dener é de São Paulo, é o autor da pergunta feita ao Fernando Prass, que acaba sendo bilateral.

Vou fazer todas as perguntas, Fernando. Essa é a primeira para você, mas eu a estenderei também aqui ao Sr. Vilson.

A outra pergunta é dirigida ao Mauro Cezar.

“No modelo atual de gestão, a CBF é um bem ou um mal para o futebol brasileiro? Se é mal, explique detalhadamente a negativa”.

Essa outra é ao Sr. Vilson.

“Foi alegado por V.ª que um dos problemas para modernização do calendário do futebol nacional é o tamanho do País. Eu lhe pergunto: a Rússia possui também um tamanho continental, uma liga bem-sucedida. Assim, como o tamanho é o nosso problema?”

A outra pergunta é também para o Sr. Vilson.

“Como cidadão, gostaria lhe perguntar sobre a opinião de Carlos Alberto Parreira quando o mesmo diz “a CBF é um modelo para o Brasil”. Como esta instituição pode ser um modelo quando se sabe que o futebol brasileiro está totalmente falido?”

Existem algumas perguntas de minha autoria, mas, então, passo primeiramente este bloco com as perguntas que vieram da internet para os nossos conferencistas. E, dessa vez, inverte o bloco, começo com o Fernando e, depois, passo para o Mauro e para o Sr. Vilson.

O SR. FERNANDO BÜTTENBENDER PRASS – Bom, eu que ...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – O Senhor quer fazer logo nesse bloco as perguntas?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu pensei que, já que todos vão responder, eu, primeiro, faria uma breve saudação a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Fique à vontade, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... A V. Exª e cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer aqui os representantes do Bom Senso Futebol Clube, Fernando Prass, Mauro Cezar Pereira, Sérgio Gomes Velloso, e, representando a Confederação Brasileira de Futebol, Vilson Ribeiro de Andrade.

O Sérgio Veloso é Secretário Nacional do Ministério do Esporte.

Mauro César Pereira, jornalista esportivo. E o Ricardo, que há pouco falou do Bom Senso.

Primeiro, quero cumprimentar a iniciativa daqueles que fundaram o Bom Senso Futebol Clube, que – acredito e pelo que se pode observar nos estádios de futebol – conseguiram o respaldo de praticamente todos os atletas que sinalizaram que estavam de acordo com as proposições daqueles que resolveram considerar que é importante ter respeito para com o atleta, seja no que diz respeito ao próprio calendário esportivo, para não se ter um excesso de jogos que venha prejudicar até a saúde, o estado físico dos atletas, mas que também haja respeito aos profissionais.

E todos nós podemos ler que a própria Presidenta Dilma Rousseff, no bom encontro que teve com os representantes do Bom Senso, ficou até, na expressão dela, estarrecida por saber de algumas das narrativas sobre o que acontece diversos atletas brasileiros.

Eu acho que é um movimento muito saudável no diálogo com a Confederação Brasileira de Esportes, com o Ministério dos Esportes para justamente garantir direitos aos que participam do futebol no Brasil. Ao mesmo tempo, é importante a participação dos jornalistas que acompanham de perto, como o Mauro Cezar Pereira, porque são observadores dessa difícil realidade do esporte que é a paixão nacional.

A minha pergunta no dia de hoje aqui é, se puderem expressar: qual é a recomendação que fazem a todos nós brasileiros, sobretudo jovens, que às vezes estão saindo às ruas ou até os índios que, de repente, ao

realizarem protestos por melhoria de condições de educação, de saúde, do transporte público, da infraestrutura e de tudo o mais que todos almejamos? Eu, da minha parte, tenho feito apelos, Presidente Senador Randolfe Rodrigues, para que possam todos os jovens expressar, fazer manifestações, mas que procurem fazer manifestações que respeitem o ser humano, respeitem o próximo e também que não sejam essas manifestações caracterizadas pelo uso, por exemplo, de uma flecha que o índio atirou atingindo a perna de um policial militar. Isso vai para além do bom senso.

Parece-me que, na medida em que pudermos todos bem receber não apenas as delegações das nações que chegarão ao Brasil – já começaram a chegar desde ontem, a Austrália e outros – mas também os torcedores que aqui virão, será uma oportunidade de mostrarmos as boas coisas de nosso País, a nossa cultura, a nossa música, a extraordinária capacidade de os atletas jogarem tão bem futebol. Não é à toa que as suas jogadas, as partidas nos comovem a todos.

É uma oportunidade fantástica de todos compreendermos que esse volume de gastos que foi realizado poderá ser transformado em receitas positivas para toda a nação brasileira. Se foram bem aplicadas elas poderão justamente – e aí vem a palavra de pessoas como o Senador Randolfe Rodrigues – assegurar que serão, pelo volume de visitantes que vêm aqui gastar nas mais diversas áreas, efetivamente aplicadas naquilo que a população, os jovens estão reclamando. Mas vamos lembrar que as manifestações devam ser caracterizadas pelas formas civilizadas e pacíficas.

Vamos lembrar o espírito, por exemplo, com que o Papa Francisco, no último final de semana, na Terra Santa, convidou povos que têm guerreado por décadas, os israelenses e os palestinos, para se sentarem à mesa, irem a Roma e ali rezarem juntos para conseguir encontrar um caminho de paz.

Vamos lembrar os exemplos contidos no filme tão bonito, *Invictus*, em que o Presidente Nelson Mandela soube perceber que o esporte, no caso o *rugby*, que é uma paixão ali, na África do Sul, poderia ser um instrumento de congraçamento entre brancos e negros, o que foi feito de uma maneira tão bela. O próprio Presidente Nelson Mandela batalhou para que a última Copa do Mundo se realizasse na África do Sul, inclusive por perceber que o esporte, inclusive o futebol, pode ser um instrumento de confraternização dos povos.

Então, eu agradeço, se puderem, nas suas reflexões conclusivas, dizerem as suas recomendações a todos nós, brasileiros, sobre o evento tão importante que está por acontecer, a Copa do Mundo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu quero, então, aproveitando a deixa do Senador Eduardo Suplicy, e até por economia processual, aproveitar para deixar as minhas perguntas aos nossos conferencistas, para fazermos um bloco a mais. Não vou ter o privilégio de deixar os conferencistas com um bloco a mais só com as minhas perguntas. Então, faço logo as minhas perguntas, para, neste bloco, os nossos conferencistas já responderem aos nossos telespectadores da TV Senado e da internet, ao Senador Eduardo Suplicy, e já respondem as perguntas da mesa.

Então, faço aos conferencistas a primeira pergunta. É exatamente sobre a demanda aqui apresentada pelos atletas profissionais, notadamente pelo Fernando Prass, em especial ao Sr. Vilson, que é o representante aqui da Confederação Brasileira de Futebol. Se há um calendário de negociação com a categoria representada, neste caso, pelo Bom Senso Futebol Clube, se existe uma negociação, então concreta sobre o calendário. Essa é a pergunta que faço. Podem existir outras perguntas aqui, então, para, na sua exposição responder sobre isso, se há alguma negociação sobre o calendário.

Ainda pergunto à CBF, ainda sobre o calendário, quais seriam as medidas sugeridas para melhorar o calendário existente, que é uma das reivindicações, uma das conhecidas reivindicações apresentadas pelos atletas, em especial, pelo Bom Senso.

Considero uma das principais propostas, fundamentais para melhorar o futebol brasileiro, a proposta do – vou chamar assim – *fair play*, do jogo limpo financeiro. E pergunto aí ao Ministério do Esporte, ao representante do Ministério do Esporte, se há, atualmente, alguma medida de cooperação entre o Ministério dos Esportes e o Ministério do Trabalho e do Emprego para a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista por parte dos clubes.

Eu não iria para a casa com a consciência tranquila e ficaria incompleta esta audiência se eu não fizesse aqui uma pergunta. Não iria bem para a casa se é inevitável fazer uma pergunta aqui. É de conhecimento de todos uma declaração recente da diretora do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo, da Sr^a Joana Havelange – essa declaração chamou a atenção de todos nós – de que o que tinha que ser roubado já foi. É inevitável fazer uma pergunta aqui ao representante da CBF e também ao Ministério dos Esportes sobre o sentido dessa declaração. Qual o sentido dessa declaração? O que quer dizer “o que tinha que ser roubado já foi”? O que é isso? Se já foi roubado, quanto foi? A que a Diretora do COL se referiu? A quais episódios de cor-

rupção ela se referia? Se há algum tipo de denúncia em curso, de corrupção. Enfim, acho que é uma declaração gravíssima e que merece apuração.

Desculpem interromper o bom curso e a cordialidade da audiência, mas é inevitável fazer, trazer o esclarecimento dessa declaração, mesmo porque repercutiu na imprensa essa declaração, e trata-se de uma declaração de alguém que é a representante do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo. Então, eu acho que, às autoridades presentes nesta mesa, é necessário o esclarecimento em relação a essa declaração.

Bem, enfim, acho que podemos começar. Sr. Vilson, por favor.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Evidentemente, as perguntas são mais dirigidas à CBF, e eu, como representante, tenho o dever de dar as respostas.

Primeiro, queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, por quem eu tenho profunda admiração, embora nunca tenha votado no senhor, porque moro no Paraná – não poderia votar, porque o senhor é de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Mas tenho profunda admiração pela sua postura, por todos esses anos em que o senhor tem representado a nação brasileira, nos quais nos tem dado uma tranquilidade de equilíbrio extremamente objetivo, e trazendo ao Senado, ao político brasileiro um grande orgulho de tê-lo como Senador no nosso País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Obrigado.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Muito obrigado, Sr. Senador.

Com relação à primeira pergunta do Senador, o diálogo com o Bom Senso existe. Eu sempre me coloquei à disposição, tanto é que tivemos a primeira reunião com o Paulo André lá em Curitiba. Muitas das ideias que estão aqui foram um consenso nosso, inclusive com documentos que apresentamos ao Paulo André.

Confiemos a ele até documentos. E eu fico muito à vontade, porque o Bom Senso tem uma representação de pessoas inteligentes, pessoas voltadas ao princípio de melhorar o futebol brasileiro. E para nós, dos clubes, isso é muito importante. Nós temos que unir forças nesse diálogo, porque os objetivos são os mesmos, e os fins são os mesmos. Então eu fico muito à vontade em relação a isso.

A segunda pergunta, em relação ao calendário...

A nossa primeira preocupação foi o *fair play* financeiro, a responsabilidade fiscal. E tínhamos uma dificuldade de falar sobre o calendário neste momento, por causa da Copa do Mundo. E estamos pensando 2015 em diante, que é o objetivo, porque agora, Senador, com a Copa do Mundo, não teríamos oportunidade de fazer as modificações. É evidente que temos aí os clubes, jogadores, o Bom Senso, e a própria CBF. Temos que sentar num diálogo e encontrar o melhor caminho dentro do objetivo de atender o futebol brasileiro.

Em relação à declaração da representante do COL, com todo respeito, Sr. Presidente, ela é responsável pelas suas declarações. E quem o faz responde civil e criminalmente. Eu não posso responder e nem tenho procuração para defendê-la nesse caso. Então, cabe a ela fazer justificativas, e as medidas legais que forem tomadas, evidentemente os órgãos reguladores públicos deste País deverão tomar essas atitudes.

Então, seriam essas as minhas respostas aos nobres Senadores. Fiquem à vontade também se quiserem algum complemento.

Eu tenho também algumas perguntas. Eu posso respondê-las já, as que foram feitas?

Bom, em relação ao Dener, que fez uma pergunta via internet, ele fala: “Caro Sr. Vilson Ribeiro de Andrade, como cidadão, gostaria de perguntar-lhe sobre a opinião de Carlos Alberto Parreira, quando o mesmo disse que a CBF é um modelo para o Brasil. Como essa instituição pode ser um modelo, quando se sabe que o futebol brasileiro está literalmente falido?”

Eu acho que houve um equívoco aqui do Dener, porque falamos dos clubes que estão numa situação difícil, não falamos do futebol em si. A CBF não tem nada a ver com a gestão dos clubes. A CBF é um órgão que regula as competições, é uma entidade que tem uma gestão, sim, hoje, modelo. Mas os clubes não tiveram esse crescimento e não tiveram essa profissionalização que está havendo. É preciso mudar. E o grande objetivo dessa legislação é efetivamente dar aos clubes essa responsabilidade. E só através dessa legislação, nós podemos atingir um nível de excelência na gestão dos clubes. Foi dito muito aqui essa questão de tudo que foi comentado a respeito da punição do dirigente, da responsabilidade, até porque se não fizemos isso, os clubes continuarão tendo, me perdoem, pessoas extremamente idealistas, apaixonadas, mas extremamente amadoras, e hoje o futebol exige uma condução extremamente profissional dentro dos clubes.

A segunda pergunta, ele fala sobre o calendário, ele alega: “Caro Sr. Vilson Ribeiro De Andrade,” – o mesmo Dener – “foi alegado por V. S^a que um dos problemas para a modernização do calendário do futebol nacional é o tamanho do País. Te pergunto: a Rússia possui também um tamanho continental, uma liga bem sucedida. Assim, o nosso tamanho é problema?” Eu não falei que o tamanho é problema; o que eu disse é que o Brasil

é um País continental e tem grandes desafios para implantar um calendário racional. Esse foi o teor da minha colocação. É um desafio, mas é possível.

Em relação à Rússia, data vênica, não me lembro que a Rússia foi campeã do mundo. Se o Dener souber, ele pode me esclarecer, mas eu acho que nunca foi campeã do mundo. A Rússia foi? Eu acho que não, não é? Não. O Brasil foi cinco vezes. Uma outra coisa: eu não conheço bem a liga da Rússia, mas parece que o *fair play* financeiro começou, se não me engano, na Europa, por um problema de lavagem de dinheiro. Eu acho que foi esse o teor do *fair play* financeiro na Europa, lavagem de dinheiro e corrupção.

O Brasil segue esse caminho não só do objetivo específico da definição da questão de lavagem de dinheiro, que também é importante, Sr. Presidente, é muito importante essa questão de lavagem de dinheiro, porque hoje o futebol gira receitas enormes, como foi colocado aqui por todos, então, essa legislação também vem dentro de um conceito de responsabilização. Ela é muito importante nesse sentido.

Então, em relação à questão da Rússia, primeiro eu não conheço a liga da Rússia, seria leviano afirmar. A única coisa que eu sei é que nós somos cinco vezes campeões do mundo, e me parece que a Rússia nunca foi campeã do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sérgio.

O SR. SÉRGIO GOMES VELLOSO – Obrigado, Senador Suplicy, pelas palavras.

Eu vou responder à colocação do Presidente. O Ministério do Trabalho com certeza fará parte desse grupo de trabalho a ser realizado, para discutirmos e, com a participação nossa do Ministério do Esporte, com atletas, com as entidades, os clubes, a CBF, com a imprensa, com a sociedade civil. E o contrato profissional desportivo de trabalho, o trabalho esportivo profissional já existe, já é uma realidade no mundo jurídico, mas com certeza irá fazer parte desse grupo de trabalho.

Em relação a essa declaração da representante do COL – Comitê Organizador Local –, é de estarrecer, não é? Mas o Ministério Público do Rio de Janeiro já está tomando as medidas que têm que ser tomadas. Quem faz um tipo de declaração dessa tem que responder por ela.

Eu acho que é isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Mauro.

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – Bem, a pergunta que eu recebi aqui via internet foi sobre a CBF, se é um bem ou um mal para o futebol brasileiro o seu modelo de gestão.

Bem, alguns números aqui. Um levantamento feito pela Consultoria Pluri, em cima de números de 2011, mostrou que a CBF, entre todas as confederações de diversas modalidades no País, naquela oportunidade, ela faturou o equivalente a 63% do total. No ano passado, um faturamento de R\$436,5 milhões, segundo matéria de *O Estado de São Paulo*, o que significou um salto, de 2009 até o ano passado, de 93%.

A CBF fatura muito dinheiro. Acho que é importante separar um pouco a questão da administração da CBF do talento do futebol brasileiro, do jogador brasileiro. Quando a CBF conquista títulos, a Seleção principal, as Seleções de base, isso não significa obrigatoriamente que o trabalho seja muito benfeito. Isso apenas reforça uma tese muito conhecida, e que acho que é mais do que sustentável, que é de que o Brasil é o País que mais produz grandes jogadores no mundo. Isso é assim e sempre foi. Mesmo em períodos de safras não muito boas, o Brasil sempre tem bons jogadores. Não é tão complicado você montar uma boa equipe de futebol com atletas nascidos aqui no País. E muitos desses atletas, especialmente aqueles que formam a atual Seleção, que vão jogar aqui a Copa do Mundo, se desenvolvem tecnicamente e profissionalmente jogando lá fora. Muitos deles se aprimoram muito, porque vão jogar em ligas mais organizadas, com calendários muito mais racionais, com condições de trabalho ainda melhores, não de CT, porque os Centros de Treinamento de alguns clubes aqui no Brasil são ótimos, mas no dia a dia: recuperação, treinamento, deslocamentos e tudo mais.

E nós temos hoje aqui no Brasil uma entidade que fatura muito, os times são pobres, e aí não só por conta da má administração de alguns grandes clubes, mas pelas razões que já foram expostas aqui, clubes pequenos que sequer jogam, e cabe a ela, a CBF, me parece, fazer com que o futebol funcione, para não ser, como eu disse há pouco, a “Confederação brasileira da Seleção brasileira”, ou das Seleções brasileiras, e sim uma Confederação brasileira do futebol, da modalidade mais importante do País, e do mundo até, eu diria.

Os campeonatos são deficitários, médias de público baixíssimas.

Os times brasileiros há muito tempo perderam a oportunidade de exposição no exterior, porque o calendário não permite que sequer os grandes clubes viajem. Se você viaja pela Europa, Estados Unidos, qualquer lugar do mundo, e entrar numa loja esportiva, é difícil encontrar uma camisa de um time brasileiro, mesmo daqueles mais populares. A da Seleção está sempre lá. Uma camisa do River Plate ou do Boca Juniors, para citar exemplos aqui sul-americanos, é fácil de encontrar. Por quê? Porque só a Seleção Brasileira excursiona e joga no exterior. Os grandes clubes do Brasil são cada vez menos conhecidos lá fora.

No final de 2012, tive a oportunidade de fazer uma experiência curiosa. Fomos a Londres cobrir alguns jogos do campeonato inglês e estávamos na cidade, às vésperas dos últimos jogos do Chelsea, que viajaria para o Japão para jogar contra o Corinthians, provavelmente, como jogou, no mundial de clubes. Paramos nas ruas, nas imediações do Estádio do Chelsea, com uma camisa do Corinthians e abordamos torcedores que passavam pela rua. Perguntávamos: “Você gosta de futebol?” “Sim”. “Qual é o seu time?” “Chelsea, Liverpool, Arsenal, Manchester United”, enfim. Ninguém conhecia a camisa do Corinthians, o único que conheceu foi um chileno e também teve um italiano que a identificou. E, para ser sincero, um inglês falou: “Esse time é do Brasil”, e começou a tentar ler o nome no emblema do Corinthians. As pessoas não conhecem o Corinthians na Inglaterra, e, mesmo tendo derrotado o Chelsea, se voltarmos lá, hoje, a maioria não vai conhecer, porque o Corinthians não joga lá fora, o Santos, do Senador, não joga lá fora, raramente vai lá fora, o Flamengo não joga lá fora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Houve uma época que jogava bastante.

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Um dos momentos mais belos das excursões do Santos foi quando, com Pelé e campeão do mundo, chegou até, e mais um fator que mostra o que pode ser o futebol, quando o Santos foi jogar no Congo e na Nigéria e conseguiu parar as guerras para assistir ao Santos. Foi uma coisa formidável. Então, mais uma lembrança de como o futebol pode ser um fenômeno agregador, confraternizador. E o Santos, naquela época, viajava bastante com um time fantástico. Quem sabe a gente consiga outra vez, eu, como torcedor do Santos, vê-lo excursionar, seguindo as suas sugestões.

Muito obrigado.

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – Obrigado, Senador.

Só finalizando, então, o cenário que temos, hoje, é de uma CBF muito rica, com muitos patrocinadores, numa situação, como eu disse já anteriormente, de privilégio, porque, como todas as confederações nacionais, ela não precisa ter um investimento alto na contratação do jogador. As Confederações apenas convocam os jogadores. Existem datas FIFA que permitem a todas as seleções do mundo jogarem regularmente, pelo menos uma vez por mês. As cotas de televisão são milionárias. A CBF já terceirizou isso para uma empresa desde os tempos que o Ricardo Teixeira era Presidente, e a Seleção joga pelo mundo, frequentemente, com televisão para o Brasil, para o mundo inteiro. Então, é muito mais fácil administrar uma CBF dessa maneira sem ter a preocupação de fazer com que o futebol brasileiro funcione bem, sem fazer com que o Campeonato Brasileiro seja um sucesso, sem fazer com que os times menores, como aqui foi apresentado pelo pessoal do Bom Senso, tenham um calendário. Então, são duas coisas distintas e, obviamente, é muito mais fácil fazer com que times brasileiros sejam competitivos do que times de outras nações, onde não há tantos talentos como surgem aqui, no nosso País, que é o País dos grandes jogadores de futebol, sempre foi e sempre surgem novos talentos, é uma rotina para a gente.

E uma situação que é bom lembrar é que a CBF tem um processo eleitoral em que o ex-Presidente era o Ricardo Teixeira, que foi embora, assumiu o José Maria Marinho, e o Vice-Presidente Marco Polo Del Nero já vai assumir ano que vem, e todos sabiam quem seria o sucessor, sequer uma candidatura de oposição foi lançada, houve até quem tentasse, não conseguiu. Não estou aqui nem defendendo as pessoas que queriam lançar a candidatura de oposição, que, aliás, eu, pessoalmente, não acho que sejam pessoas que fossem mudar tanto o futebol brasileiro, mas é uma opinião pessoal minha. Mas, sequer, conseguiram lançar uma candidatura, porque, para isso, você, por exemplo, do apoio oficial, por escrito, de oito federações e cinco clubes, e nem isso conseguiram. Então, o futebol brasileiro está nas mãos das mesmas pessoas, que fazem com que a CBF tenha uma nova sede sensacional no Rio de Janeiro, tenha reformado a Granja Comary, que, segundo companheiros que lá estão, está sensacional, impecável, que bom, condições de trabalho adequadas para todos que lá estão, mas o futebol brasileiro não está bem.

Então, se fosse a confederação brasileira de alguma outra modalidade, tudo bem, mas já que é a Confederação Brasileira de Futebol, e o futebol está nesta situação, eu não posso achar que a CBF, hoje, é um bem para o futebol do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Mauro, obrigado. Fernando.

O SR. FERNANDO BÜTTENBENDER PRASS – Bom, a pergunta é qual a visão do modelo administrativo da CBF para o Bom Senso Futebol Clube.

Vou, junto com o Mauro, em alguns dados.

A CBF é uma entidade que tem, todo ano, lucro, e alto, e, em termos de seleção, uma administração muito positiva, vitoriosa, com a Granja Comary reformada, uma sede com uma estrutura muito boa, agora, os clubes, que pertencem a esta Confederação, estão quebrados, estão endividados, ano após ano, apresentando prejuízo.

E, na minha opinião, a CBF não pode se limitar simplesmente a gerir a Seleção e a organizar as competições, ela tem que ter um papel muito mais ativo, como está acontecendo na participação do Vilson, como representante da CBF, dos clubes, na elaboração desse projeto do refinanciamento da dívida. Até porque a CBF, em termos de Seleção, “explora” – entre aspas – os clubes, que são os cedentes dos jogadores. Claro que, hoje em dia, os clubes nacionais em bem menor número, mas são os formadores, são os produtores da matéria-prima que a CBF usa para fazer seus amistosos, para fazer a Seleção, para lucrar com isso. E os clubes também são prejudicados em termos de data FIFA, porque a CBF seleciona os jogadores e os clubes são prejudicados porque têm seus melhores jogadores, os mais importantes jogadores, como o Santos perdeu o Neymar por várias vezes no campeonato brasileiro, em competições importantes, para servir à Seleção.

Então, acho que a CBF tem, sim, que ter um comprometimento grande em relação até a administração dos clubes, em auxiliá-los, porque, afinal, a CBF, em termos de Seleção, é o fim de um processo todo do qual depende muito dos clubes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Por favor, Vilson.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Bom, eu ouvi atentamente o Mauro, discordo, evidentemente, dele, mas respeito a opinião. Acho que a democracia é um processo maravilhoso em que as pessoas falam o que pensam e todos temos o direito de concordar ou discordar, não é, Senador? Por isso, estamos num País livre, graças a Deus!

Mas as colocações do Mauro, algumas pertinentes, outras não, mas, respeitosamente, quero dizer a ele que a CBF já presta uma grande ajuda aos clubes. E há uma série de ações dentro do futebol brasileiro que não é só a Seleção.

Quanto ao talento do jogador brasileiro é inegável, é inegável.

Quanto ao modelo de eleição da CBF é uma questão legal, Mauro, temos que mudar a lei, a legislação. Temos que mudar, hoje, o critério de eleição de presidente de federação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – O atual modelo é estabelecido por lei.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Por lei, por lei.

Então, quem elege, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu lhe pergunto Dr. Vilson: a própria CBF estaria disposta a concordar com a mudança no atual marco regulatório?

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Veja, uma disfunção hoje: as ligas é que elegem os presidentes das federações; não tem voto de qualidade. O voto do Flamengo ou o do Corinthians é o mesmo da liga – e vou fazer, aqui, com a devida vênua, uma propaganda da minha terra – da Liga de Piabiru, no interior do Paraná; é o mesmo voto qualificativo. Isso, no meu modo de entender, está equivocado. Então, você tem o colégio eleitoral que elege o presidente da Federação Paranaense, no caso, 82 votos, sendo só 12 da primeira divisão, o restante são todas ligas amadoras. Então, esta é uma situação que tem que ser revista, Mauro, tem que se modernizar isso também, entende? Porque, aí, vamos ter uma qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – O senhor me permite? Essa lei data de quando?

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Não me recordo, Presidente, mas é uma legislação que regula tudo isso, né? Então, o que existe, na questão eleitoral, é a lei, e ela é obedecida, evidentemente. Portanto, temos que qualificar isso, talvez mudar esse contexto.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Vilson, esta lei é com relação ao próprio Estatuto da CBF.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Isso, isso, ela regulamenta as eleições e tudo o mais. Não é o Estatuto, é com base numa lei que fundamenta a regulamentação do Estatuto.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – O Estatuto prevê quem participa da Assembleia Geral e que pode transformar o próprio Estatuto.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Não, na realidade, a legislação define isso. Então, o que precisamos rever é a legislação. Essa é uma questão do voto qualificativo dos clubes, porque, hoje, o voto dos grandes clubes da série A, série B tem o mesmo valor de um voto de uma liga. Então, essa é uma situação que temos que rever e que é importante.

Acho que é muito importante para a gente qualificar também a escolha dos presidentes de federações e também da própria CBF, porque, como o Mauro disse – é verdadeiro –, são 27 votos de federações e os 20 clubes da primeira divisão que elegem a direção da CBF.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me, Senador Randolfe, só uma breve sugestão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senador Suplicy, o Sérgio...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas ele poderá até refletir sobre o que vou falar, mas seria oportuno, até porque estamos aqui ao vivo, que todas as pessoas que vivem o esporte, nos clubes, na Confederação Brasileira de Esportes, de Futebol, e os jornalistas que tenham sugestões possam encaminhá-las a nós, Senadores, relativamente a como melhorar a legislação no que diz respeito à definição da eleição dos clubes e das confederações de futebol.

Eu, inclusive, apresentei projeto de lei relativamente à possibilidade de haver modificações sobre esse tema. Então, que esteja aberta a possibilidade de todos que estão nos assistindo encaminharem sugestões para nós.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Sérgio, por favor.

O SR. SÉRGIO GOMES VELLOSO – Eu gostaria de colocar para reflexão aqui do Plenário, que a própria Constituição de 1988, no seu art. 217, diz que as atuais entidades de administração do esporte são autônomas para organizarem-se internamente e organizarem as suas competições.

Eu não sei a legislação, mas a Lei Pelé, vimos, agora, uma modificação. Estamos trabalhando na regulamentação do Estatuto do Torcedor. Eu acho que agora a questão interna das entidades de administração do esporte está muito calcada na nossa Constituição, no art. 217, que lhes dá autonomia para se organizarem internamente e organizarem suas competições.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Mauro.

O SR. MAURO CEZAR PEREIRA – Eu só queria registrar que entendo também que essa é uma questão da própria CBF, de como é o processo eleitoral da CBF. Concordo com o Presidente Vilson quanto à necessidade de mudança e faço minha a pergunta do Senador Randolfe Rodrigues: estaria o comando da CBF, que é o mesmo, há tanto tempo, pois o Marinho, agora, será Vice-Presidente; na verdade, haverá uma troca: Marco Polo Del Nero assumirá a Presidência e José Maria Marin será um dos vice-presidentes; é só uma troca, porque as mesmas pessoas continuarão comandando o futebol brasileiro, então, estariam essas pessoas dispostas a mudar esse cenário? No mundo ideal, talvez o bom senso pudesse lançar um candidato. Isso, hoje, na prática, é impossível.

Eu lembro que Sócrates, falecido jogador, falecido craque brasileiro, pensou em lançar uma candidatura certa vez: não foi bem-sucedido. É impossível. Nenhum de nós consegue lançar uma candidatura. O futebol brasileiro está nas mãos de um grupo de pessoas.

São as 27 federações e os 20 clubes, que são, muitas vezes – não vou generalizar, evidentemente –, subservientes a essa situação e que não fazem rigorosamente nada para mudar esse cenário. Os clubes jamais enfrentam a CBF, mesmo quando se sentem prejudicados. É muito raro isto acontecer: um clube ir à CBF, questionar a CBF, mesmo quando se sente, de alguma forma, atrapalhado, prejudicado. E o futebol brasileiro não sai do lugar, está estacionado no mesmo lugar.

As únicas coisas que a gente consegue apontar de positivo são os resultados eventuais positivos da Seleção brasileira de futebol, que acho que são um reflexo também, como disse há pouco, do talento dos nossos jogadores, e a sede nova da CBF, a reforma da Granja Comary, o que, sinceramente, acho que é muito pouco para aquilo que o futebol brasileiro pode mostrar, representar.

E a gente precisa urgentemente ter um campeonato bom, ter um futebol saudável. Não dá mais para haver jogos do Flamengo com 375 pessoas, uma média de público que é menos da metade da segunda divisão da Inglaterra. Isso é vergonhoso para o nosso futebol.

E, no momento em que o Brasil passou por tantas transformações, por tantas mudanças econômicas, estabilidades e tudo mais, só o futebol parece que parou no tempo. Aumentou o faturamento dos clubes, mas no todo a gente está patinando no mesmo lugar.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Posso só complementar?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Claro, Ricardo.

Só um esclarecimento que eu havia solicitado. A lei – parece-me, Dr. Vilson – só define o modelo.

Quem pode se candidatar é o Estatuto quem define. O Estatuto da CBF é que define quem pode se candidatar, quem se associa.

A CBF é uma entidade autônoma e é ela quem define quem pode se candidatar e quem pode concorrer. Isso é definido pela Confederação. Parece que isso é claro.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – O que nós temos de mudar é esse conceito e estabelecer o critério de qualidade na votação. E isso mudaria. Isso mudaria...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – O senhor há de concordar, então, que isso é uma definição da CBF?

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – É. Mas não só da CBF, mas das federações também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Pois bem, que são associados à CBF?

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – Sim. Mas as federações são autônomas. Elas têm de começar pelas federações.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS – Só para complementar, participação não apenas em eleição de quem preside a CBF, de quem dirige a CBF, mas também em assembleia geral. Seria possível, e já está previsto em lei – no art. 18-A da Lei Pelé, que foi incluído – que os atletas precisam participar de órgãos consultivos.

Nós, do Bom Senso, pleiteamos que isso se estenda não só aos atletas, mas também aos outros presidentes, porque me parece estranho que apenas a série A participe, afinal, a CBF organiza quatro competições – e, assim, também árbitros, enfim.

A democracia que nós celebramos e que nos traz hoje aqui para podermos discutir temas como esse, poderia ser colocada dentro da própria CBF, caso fosse a vontade da própria CBF.

O SR. VILSON RIBEIRO DE ANDRADE – O.k. Vamos analisar a sua sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente Randolfe Rodrigues, apresentei uma PEC justamente para modificar a forma segundo a qual as confederações esportivas, inclusive a Confederação Brasileira de Futebol, organizam as suas eleições. Eu pedi ao gabinete para mostrar aqui. Já vou dizer o número da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Acho de bom-tom e é bem-vindo, Senador Eduardo, e é fundamental, Senador Eduardo Suplicy, darmos passos e contribuirmos com esse debate.

O senhor, paulistano que é, torcedor do Santos, deve também se inspirar no exemplo de um ótimo corintiano, na bela experiência que teve, em que nós todos nos inspiramos nos anos 1980, que foi o exemplo da democracia corintiana. Acho que é o melhor legado que há – não é, Mauro Cezar? – para todos nós, que é o exemplo citado aqui do Dr. Sócrates.

Esse exemplo da democracia corintiana deve... Exemplos arrastam, palavras somente convencem. Acho que na fonte da democracia corintiana, a democracia corintiana é a semente que floresceu no Bom Senso, em Fernando Braz, em Paulo André, em Alex e em tantos outros, que hoje têm aqui, na experiência do Bom Senso, acompanhados por esses engajados técnicos, em centenas de atuantes jogadores do futebol nacional...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Em 2012, apresentei a PEC nº 12, de 2012, que altera o art. 227 da Constituição, para justamente limitar a autonomia das confederações esportivas, para que ajam de acordo com os interesses da sociedade. Portanto, na direção daquilo que aqui expressou, até para se poder modificar as regras do jogo, presentemente descritas pelo jornalista Mauro Cezar Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeitamente, Senador Eduardo.

Então, esse debate que vimos aqui é o reclame – parece-me – que está sendo apresentado nesta audiência. É um reclame que não é de hoje.

Quero reiterar nesta audiência, e é um reclamo que não é de hoje, o que foi dito aqui por Mauro César: o futebol no Brasil não é apenas uma modalidade esportiva. O futebol é a expressão da cultura nacional. No Brasil, o futebol é praticado nas várzeas por todos nós, por toda a infância brasileira, desde o primeiro dia. É por isso que o Brasil é celeiro de craques, e, por isso, ele deve ser debatido em todos os espaços públicos. É por isso que todos nós homens públicos do Brasil devemos ter todo esse carinho pelo futebol brasileiro, porque o futebol é, no Brasil, cultura, educação, é espaço de política pública. Por isso, nós trazemos o futebol para debate aqui no Congresso Nacional, na Câmara. Já foi debatido na Câmara dos Deputados e é debatido aqui no Senado da República.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Para encerrar, V. Exª joga em qual posição, Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu sou um fracasso. Por isso, me dedico a trazer... Eu sou um fracasso como jogador. Por isso, me dedico a debatê-lo, me limito a isso. Jogo nos finais de semana, no máximo, Senador Eduardo Suplicy, apenas isso.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu jogo com meus netos às vezes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Eu faço no máximo isso. Então, desafio o senhor para uma partida de futebol.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Recrutaremos nossos netos e filhos. Viu, Senador Eduardo?

Então, eu queria aqui também anunciar que, tal qual a iniciativa legislativa do Senador Eduardo Suplicy, estaremos apresentando hoje uma iniciativa legislativa que debatemos junto com o bom senso, que determina a criação de uma entidade de direito privado, interesse público, composta por atletas, entidades de representação do Ministério dos Desportos, que monitore fiscalize a atividade das entidades de prática desportiva. Queremos debater esse projeto de lei com o Ministério dos Esportes, com as entidades do desporto nacional. Consideramos fundamental a democratização do futebol nacional, porque recebemos aqui a Proposta de Emenda Constitucional nº 12, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Só quatro linhas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – São quatro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Só quatro linhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Exatamente, ela tem o art. 1º, que altera o inciso I do art. 217 da Constituição Federal e... Perfeitamente. Farei a leitura.

Diz o seguinte: o princípio da autonomia das entidades desportivas, dirigentes e associações quanto à sua organização e funcionamento limitados nos termos da lei, nas hipóteses em que a intervenção do Poder Público for necessária para preservar os interesses da sociedade. Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Aprovada essa emenda, abre-se o caminho para se melhorar organizar a própria forma de eleição na CBF.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Apoio Governo/PSOL - AP) – Perfeitamente. Então, temos essa emenda. Essa Proposta de Emenda Constitucional nº 12, de 2012, apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy aqui.

Estamos hoje apresentando também, protocolizando hoje um projeto de lei que determina a criação de uma entidade de direito privado e interesse público composta por atletas, entidades de representação do Ministério dos Esportes, que fiscalize atividades de entidades de prática desportiva no que tange ao cumprimento e à responsabilidade e que dê transparência financeira, podendo, inclusive, punir os casos graves de má gestão. É uma proposta de projeto de lei debatida com o bom senso futebol clube. A ideia é que se abra um debate público sobre a necessidade de democratização do futebol brasileiro.

Consideramos que esse debate é fundamental. Repito: o futebol é, antes de tudo, um patrimônio do povo brasileiro. E o futebol brasileiro é um motivo de orgulho nacional, o que é consenso nesta Mesa. Não é à toa que, o Brasil, o futebol brasileiro participou de todos os certames mundiais e não é à toa que o futebol brasileiro é pentacampeão mundial. Isso é porque, neste País, desde que o futebol para cá veio, no século XIX, trazido por um inglês, foi adotado pela miscigenação brasileira. Foi a miscigenação brasileira, mesmo quando os negros foram proibidos de jogar futebol, foi o povo brasileiro que adotou o futebol como patrimônio nosso. E é por isso que a prática e a gestão do futebol devem ser democratizadas por todos, como nos foi ensinado pelo Dr. Sócrates, nos anos 1980, com a belíssima experiência da democracia corintiana.

Quero agradecer a todos, e está encerrada esta audiência pública

Quero agradecer em especial ao Bom Senso F.C.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 9H00, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA Nº 6.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e quatorze, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos. Assinam a lista de presença os Senhores Senadores Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Vanessa Grazziotin e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz e Valdir Raupp. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada. Passa-se à **PAUTA**, destinada à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para debater o tema “Debater o tema “Coleta seletiva e inclusão social dos catadores, situação atual, perspectivas

e desafios”. Comparecem como convidados: Sr^a Zilda Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Nelson Saule Júnior, representante da Equipe Técnica do Instituto Pólis; Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre); Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe); José Antônio da Motta Ribeiro, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Ronei Alves da Silva, Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). A Presidência concede a palavra aos convidados, que fazem a explanação inicial. Após, a Presidência apresenta seus comentários e considerações finais. Antes de encerrar a reunião, a Presidência submete, em caráter **EXTRAPAUTA**, a seguinte matéria: 1) **REQUERIMENTO nº 3, de 2014-CMARS**, que dispõe: “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Subcomissão com a finalidade de discutir o custeio da Política Reversa e as questões tributárias que envolvem o setor de Resíduos Sólidos”. Autoria: Senador Cícero Lucena. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Cícero Lucena**, Presidente da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da última reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de passarmos à pauta, submeto à apreciação do Plenário requerimento de minha autoria para inclusão entre os convidados desta audiência o Sr. Ronei Alves da Silva, representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Aqueles que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para debater o tema “Coleta seletiva e inclusão social dos catadores – situação atual, perspectivas e desafios”, em cumprimento ao plano de trabalho, aprovado na reunião de 11 de fevereiro deste ano.

Tendo em vista ainda não estarem todos presentes, e para que não percamos tempo, darei início aos trabalhos fazendo o convite para a composição da Mesa da Sr^a Zilda Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Nelson Saule Júnior, representante da Equipe Técnica do Instituto Pólis; Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre); Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe); José Antônio da Motta Ribeiro, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Ronei Alves da Silva, Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Caso algum nome citado ainda não esteja presente, depois S. S^{as} serão encaminhados a comporem à Mesa.

Esclareço que vamos estabelecer um tempo de dez minutos para cada convidado, mas, dependendo da necessidade, obviamente esse tempo poderá ser prorrogado.

Lembro a todos que quando faltar um minuto para completar os dez minutos, uma campainha será acionada exatamente para lembrar ao orador que falta um minuto para o término do seu tempo, que poderá ser ampliado se necessário for.

Com a palavra a Dr^a Zilda Veloso, Diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em seu nome eu agradeço a presença de todos.

Quero dizer que é uma satisfação tê-la, mais uma vez, nestes nossos debates.

Com a palavra V. S^a.

A SR^a ZILDA VELOSO – Muito obrigada.

Bom dia, Senador Cícero Lucena!

Bom dia aos demais colegas de Mesa: Carlos, Ronei e aos que ainda não chegaram, Victor do Instituto Pólis!

Venho aqui novamente para falar sobre a política de resíduos sólidos. É um prazer voltar a esta Casa para discutir um assunto tão importante.

Vamos dar início à apresentação por 10 minutos.

Acerca de qualquer ponto de que tratemos, dentro da política de resíduos sólidos, é importante ressaltar que a hierarquia das ações de manejo estão presentes. Em qualquer ação proposta, em qualquer ação necessária é preciso pensar em termos de não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar, tratar e dispor os rejeitos. Isso é importantíssimo para que atendamos a políticas de ações relacionadas aos planos, logística reversa e principalmente gestão municipal.

Sr. Presidente, estou sentindo falta aqui na mesa de representantes dos Municípios. Acho que seria importante a presença deles, porque cabe a eles discutir a coleta seletiva. Eu sei que eles estiveram presentes na mesa inicial, mas cabe a eles também implantar essa coleta seletiva. Seria de bom grado tê-los aqui. Bom, fica para uma próxima etapa. Temos algumas audiências ainda pela frente. Acho que não vai faltar oportunidade.

Paira sobre todos nós a obrigação de, a partir de agosto deste ano, ou seja, em até quatro anos após a publicação da lei, somente serem enviados aos aterros sanitários os rejeitos. É isso o que fala o art. 54 da Lei nº 12.305. Volto a afirmar, como disse quando aqui estive na última oportunidade, que é mais do que simplesmente não se colocar mais resíduos nos lixões, porque o objeto da nossa audiência de hoje é ter planos, é ter coleta seletiva, é reduzir a geração dos resíduos e só dispor no solo aquilo que for considerado rejeito, é trabalhar para que os rejeitos sejam cada vez reduzidos em quantidade e em número.

Eu gosto muito de exemplificar quais são os principais atores na gestão de resíduos sólidos. Esta é uma lei, Srs. Senadores, senhores presentes, que traz obrigações para a sociedade como um todo.

Nesse eslaide, procuramos listar os principais atores. No Governo Federal, temos dois comitês interministeriais, um comitê orientador para o sistema de logística reversa, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, de que fazem parte o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda; e um outro comitê interministerial de que participam dez ministérios e duas secretarias ligadas à Presidência da República.

Por ser uma lei focada no meio ambiente, na redução do impacto que a gestão inadequada gera ao meio ambiente, Estados e órgãos estaduais de meio ambiente também fazem parte desses principais atores. As atividades que têm um potencial impacto ao meio ambiente devem necessariamente passar por um licenciamento ambiental, passar pelo controle e fiscalização dos órgãos que compõem o sistema nacional do meio ambiente. Também os Municípios e as concessionárias de serviço de limpeza urbana fazem parte dessas obrigações e dessa discussão, quer seja na sua gestão local dos resíduos, quer seja quando eventualmente fazem parte dos acordos setoriais, da logística reversa; os catadores fazem parte desde o início.

Esta é uma lei que busca inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis. Eles também têm abertura dentro da lei para participarem da coleta seletiva municipal, com a previsão de remuneração para isso, e existe também a abertura e a obrigação de que se eles participarem dos acordos setoriais, deverão ser remunerados para isso.

Além disso, a lei trouxe dois decretos, regulamentos – eu não vou me estender, porque os meus colegas de mesa vão falar disso com maior profundidade –, o de nº 7.404, que regulamenta a lei propriamente dita, de uma maneira geral, e o de nº 7.405, que institui o Programa Pró-Catador, em que se reafirma a continuidade do Governo Federal na participação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC), e o Ministério do Meio Ambiente faz parte, assim como outros ministérios e outros órgãos do Governo Federal.

Fabricantes de peças, produtos e equipamentos fazem parte da chamada logística reversa, responsáveis que são pelo ciclo de vida do produto, pois respondem pela responsabilidade compartilhada e pelo ciclo de vida do produto. Também o são as instituições financeiras, principalmente federais, que fazem parte da política; universidades, pelo papel que têm no desenvolvimento de produtos, pelo suporte que nos dão quando solicitadas na capacitação, na formação de novos profissionais para atuarem na área de gestão adequada de resíduos; as fundações; o Ministério Público e a sociedade em geral.

Eu costumo dizer que se o cidadão não fizer o descarte correto, nada vai funcionar na política, nem a coleta seletiva nem a logística reversa.

A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto lista os agentes que são responsáveis pelo seu cumprimento.

Começando pelo meio: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes são obrigados a estruturar sistemas de logística reversa e a implantar, dentro da responsabilidade encadeada e compartilhada, como eles funcionarão. Municípios e catadores – o catador, se for, será remunerado para tal, assim como o Município – têm a sua responsabilidade clara, não existindo nenhum obstáculo para que participem do sistema de logística reversa, mas, se participarem desse sistema, serão remunerados para tal, e o consumidor, quanto ao descarte adequado.

Este é um conjunto de atribuições. O que visa essa responsabilidade compartilhada, o que visa a logística reversa? Minimizar a geração de resíduos, reduzir os impactos à saúde humana e à qualidade ambiental decorrente do ciclo de vida dos produtos. Em última instância, a responsabilidade compartilhada contribui para que os Municípios reduzam seus custos da coleta de resíduos sólidos, já que, até a publicação da lei, eles eram onerados em ter que recolher resíduos eletroeletrônicos, óleos lubrificantes usados, lâmpadas, pilhas e baterias. Com a implantação do sistema de responsabilidade compartilhada e do sistema de logística reversa ocorrerá uma desoneração dos serviços municipais de limpeza pública.

A logística reversa nada mais é do que a coleta e restituição ao processo produtivo de resíduos colocados. Os resíduos não são colocados pelo poder empresarial. O setor empresarial, ou seja, fabricantes e importadores, fabrica e comercializa produtos que, um dia, se tornam resíduos. Nada mais justo do que o fato de que sejam também responsáveis pelo retorno desses produtos descartados que se tornam resíduos ao setor produtivo, dentro daquela cadeia ou de outras cadeias em que possam ser reaproveitados.

A lei prevê – vou pular e depois volto – três formas de implantação da responsabilidade compartilhada da logística reversa: termo de compromisso, acordo setorial ou regulamento. O regulamento pode ser um decreto que regule a lei. O acordo setorial é um ato de natureza contratual entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes para implantação da responsabilidade compartilhada. Ele traça a responsabilidade encadeada e compartilhada que é descrita nos arts. de 30 a 36 da lei. Essa foi...

(Soa a campanha.)

A SRª ZILDA VELOSO – ... a opção que o comitê de ministros aprovou quando da sua implantação em 17 de fevereiro de 2011, por entender que a discussão que leva a um acordo setorial é a discussão que permite a participação de todos os atores envolvidos. Por isso, não optamos por um decreto, que seria um ato unilateral do Executivo, baixando uma regulamentação. A opção foi por um acordo setorial em que se provocasse uma discussão do tema e uma troca de informações.

Essa são as cadeias obrigatórias do art. 33 da lei: pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, produtos eletroeletrônicos, agrotóxicos e seus resíduos e embalagens, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens.

Vou pular e dizer que a lei demorou 21 anos para ser aprovada. Nós tínhamos algumas cadeias que já eram objeto de regulamentação anterior. Tenho embalagem de agrotóxicos, a Lei 7.802, que regulamenta o registro de agrotóxicos e seus componentes e afins, alterada pela Lei nº 9.974, de 2000, que trata especificamente das embalagens. O Decreto nº 4.074 já traz algum detalhamento de como se deve proceder para garantir o retorno das embalagens.

Essa questão evoluiu muito. Hoje, temos que mais de 90% das embalagens disponibilizadas com agrotóxico retornam e são recicladas, e voltam a ser embalagem de agrotóxico, o que é muito positivo dentro dessa cadeia.

Óleos lubrificantes já são objeto de regulamentação do Conama desde 1993, começou com a Resolução 09, de 93. Hoje, a Resolução em vigor é a 362, de 2005. Já existe uma cadeia, já existem metas, existe uma portaria interministerial - Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Minas e Energia -, em que o setor dá cumprimento.

A média de recolhimento do País varia entre 25 a 40% do óleo comercializado.

Pneus, pilhas e baterias são objeto de resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente desde 1999. As resoluções atualmente em vigor para pneus: a 416, de 2009, e a 401, de 2008.

Essas são as cinco cadeias aprovadas em 2011 e que estão em discussão.

Embalagens plásticas de óleo lubrificante foram o primeiro acordo setorial assinado, em 19 de dezembro de 2012. Temos a previsão de assinatura de lâmpadas e embalagem em geral no próximo mês de junho; eletroeletrônicos no segundo semestre; e medicamentos no início do próximo ano. Medicamentos, o edital foi finalizado no início do mês de abril, está em análise, então, até o final deste ano, o mais tardar no início do próximo ano, a gente pode ter um acordo assinado sobre o descarte de medicamentos.

Aí, eu volto rapidamente, Senador, a essas etapas.

Construir um acordo setorial não é uma tarefa muito fácil. Esses foram os procedimentos, o passo a passo, as etapas que foram utilizadas, com base na interpretação da lei e do decreto, para se construírem os acordos setoriais.

Foram instalados grupos técnicos temáticos, que trataram de elaborar, de discutir como eram a modelagem e a governança daquela cadeia, várias reuniões de trabalho. Medicamentos, o grupo terminou o trabalho ainda no ano passado. Foram dois anos de discussão, medicamentos e eletroeletrônicos. Embalagens de óleo lubrificante foram basicamente seis meses; lâmpada foi quase um ano; embalagens em geral foram um ano e meio, mais ou menos.

Tivemos várias reuniões, vários subgrupos discutindo como ia funcionar essa logística reversa. Depois, em paralelo, é elaborado um estudo de viabilidade técnico-econômica, que analisa a situação dos resíduos e mostra a viabilidade daquela cadeia a ser implantada. Esse estudo é aprovado pelo Comitê de Ministros. O Comitê de Ministros aprova o estudo e a minuta de edital de chamamento; é publicado um edital de chamamento; o período de publicação varia muito com a cadeia: embalagens de óleo lubrificante...

(Soa a campainha.)

A SRª ZILDA VELOSO – ... ficaram 60 dias; medicamentos ficaram 180 dias em consulta. A gente recebe as propostas, analisa dentro do Ministério do Meio Ambiente, tecnicamente, e, nessa análise, nós continuamos negociando alterações no texto proposto, que, muitas vezes, atende 90% do edital e da lei, falta algum detalhe e isso é o processo de negociação. Após o fechamento desse texto, o edital vai para consulta pública e o acordo, então, é assinado.

Só para finalizar, as decisões todas passam pelo comitê de Ministros, que está aí simplificado. Eu não vou detalhar, eu já falei rapidamente.

Esses são os critérios para prioridade de lançamento de editais estabelecidos pelo comitê, que foram aprovados. Aquelas cadeias que existiam antes...

(Soa a campainha.)

A SRª ZILDA VELOSO – Já estou concluindo. Elas foram deixadas para uma revisão posterior e é isto que a gente não quer para o Brasil: não quer que a gente encontre lixos, lixos potencialmente perigosos, dispostos e tratados de maneira inadequada.

Obrigada, Senador. Desculpe-me por ter passado do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu agradeço a explanação da senhora e quero dizer que sou generoso: foram só mais seis minutos.

O próximo. Como o Sr. Nelson e o Sr. Victor ainda não chegaram, eu passo para o Dr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, Abrelpe.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Novamente, é um prazer estar aqui nesta Comissão, que trata da questão dos resíduos sólidos, no Senado Federal, sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e é um prazer estar compartilhando da mesa com a Zilda, o Ronei e o José Antônio, da Funasa, para discutir também, novamente, um tema de grande interesse de todos nós.

O que eu trouxe para apresentar um pouco é uma visão geral da cadeia de negócios, no que tange a coleta seletiva e reciclagem, justamente analisando alguns aspectos da política nacional de resíduos sólidos e como nós podemos avançar nesses temas, isso porque nos causa grande preocupação o fato de, hoje, já estarmos com uma geração estimada de resíduos sólidos no mundo de 1,3 bilhão de toneladas por ano e uma perspectiva de chegarmos a quatro bilhões de toneladas, ou seja, triplicarmos essa geração de resíduos sólidos no mundo num prazo de 40 anos, o que implica, diretamente, uma constatação de que a gestão de resíduos sólidos, hoje, deixa de ser um tema somente relacionado a meio ambiente e sustentabilidade e passa a ser um tema de sobrevivência. Para isso, para garantir a nossa sobrevivência, a sobrevivência da nossa geração e das próximas gerações, nós precisamos adotar algumas ações que sejam, realmente, eu diria, avançadas, que possam permitir uma melhor gestão desses resíduos sólidos.

Então, para a gente poder discutir, hoje, um pouco, eu trouxe alguns temas que eu vou passar rapidamente, de forma que possamos encaminhar, ao final, um debate.

Então, trazendo esse assunto, essa contextualização para o Brasil, em comparação com outros países, nós temos, aqui, o Brasil com o dado mais recente do panorama dos resíduos sólidos no Brasil, de 2012, da Abrelpe, com uma geração de quase 63 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, o que coloca o País como o quinto maior gerador de resíduos sólidos urbanos do mundo, e isso considerando os países da União Europeia como um único bloco. Se nós considerarmos cada país da União Europeia em separado, o Brasil, realmente, tem uma posição ainda mais privilegiada, vamos dizer assim – se é que podemos dizer assim –, nessa escala.

Em termos de coleta de resíduos sólidos urbanos, em termos daquilo que é coletado, o Brasil coletou, em 2012, 56,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, o que o coloca aí, realmente, como o quarto país com o maior volume de resíduos sólidos urbanos coletados no mundo, isso porque o Brasil é um país continental, com quase 200 milhões de habitantes, o que implica a necessidade de olharmos essa geração *per capita*.

Nós tivemos, em 2012, uma geração de 383 quilos por pessoa, por ano, o que coloca o País entre os 15 países com a maior geração *per capita* de resíduos sólidos no mundo, e isso vem numa crescente. Nos últimos dez anos, a geração de resíduos sólidos, no Brasil, cresceu na ordem de 21%. No mesmo período, nós tivemos um crescimento populacional de 9,65%.

Quando vamos caminhando nas etapas da gestão de resíduos sólidos e chegamos ao ponto da destinação, aí, realmente, nós temos uma situação bastante deficitária, uma vez que, hoje, a matriz de destinação de resíduos sólidos, no Brasil, é a destinação no solo. Nós temos 58% dos resíduos sendo destinados adequadamente a aterros sanitários, mas ainda temos 42% dos resíduos com destinação inadequada, sendo 24% destinados a aterros controlados e 18% dos resíduos destinados a lixão. E aqui, como colocado já pela Drª Zilda, um ponto de mudança, realmente, na aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que determina que o aterro sanitário não deve mais ser a matriz principal de destinação de resíduos sólidos, proibindo, inclusive, a destinação de resíduos a aterros e permitindo apenas que rejeitos sejam encaminhados para aterros sanitários.

Então, esse quadro é um quadro já deficitário hoje e que precisa de uma mudança urgente. Um dos pontos de mudança justamente está relacionado à questão da reciclagem, que é uma das formas de destinação de resíduos prevista na lei e que precede o aterro sanitário. Na hierarquia da gestão de resíduos, a ordem de prioridade de ações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, eu diria que a reciclagem surge realmente como a primeira opção de destinação de resíduos, porque as ações que antecedem a reciclagem são ações de não geração de resíduos, ou seja, ações de prevenção na geração e ações de reutilização. Quando nós temos a reutilização, nós não temos sequer a geração do resíduo sólido. Então, a primeira opção, no momento, a partir do descarte do resíduo sólido, pela Política Nacional de Resíduos, é a reciclagem.

Temos exemplos aí de países que já vêm trabalhando nesses aspectos há um longo tempo e realmente atingem índices bastante consideráveis de reciclagem, e ali, na última posição daquele quadro selecionado, está o Brasil, com um percentual de 3% apenas dos resíduos sólidos urbanos realmente sendo encaminhados para reciclagem.

E aqui cabe fazer um registro: justamente esses 3% que nós temos são resultado, em grande parte, do trabalho dos catadores de materiais recicláveis e das cooperativas de materiais recicláveis, que realmente têm se empenhado no dia a dia das nossas cidades para retirar esses materiais recicláveis da fração de resíduos sólidos. Mas o que nós percebemos, pelo próprio índice, é que realmente falta algo mais, falta algum impulso para que possamos avançar.

Então, em termos de coleta seletiva no Brasil, temos que, primeiro, considerar aquilo que está disponível nos nossos resíduos sólidos urbanos, que permita efetivamente uma reciclagem. Temos aí a composição do lixo brasileiro: a maior parte é composta por matéria orgânica, mais de 50% é matéria orgânica, que precisa ser encaminhada de maneira separada para algum outro processo, seja um processo de compostagem, seja um processo de digestão. E temos ali cerca de 33% de materiais potencialmente recicláveis. Eu diria que esse é o nosso teto, esse é o nosso limite de reciclagem possível, considerando que esses materiais sejam descartados realmente de maneira adequada, não sendo contaminados, o que permitiria essa reciclagem se efetivar.

Em termos de iniciativas de coleta seletiva, de acordo com dados levantados junto aos próprios Municípios, temos, no Brasil, cerca de 60% dos Municípios com iniciativas de coleta seletiva: 3.300 Municípios têm alguma iniciativa. Não significa que tenham coleta seletiva em todo o seu território, não significa que tenham um programa formalizado porta a porta, mas, sim, o que detectamos nessa pesquisa é justamente a abertura do Município para o tema. Mas, do outro lado, ainda temos mais de 2.200 Municípios que não têm nenhuma iniciativa em coleta seletiva, ou seja, não estão nem trabalhando esse tema ainda.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – E, de acordo com os levantamentos disponíveis quanto aos índices de reciclagem de alguns materiais recicláveis componentes dos RSU, a gente pode perceber no quadro que traz o dado de 2009 a 2011 que esses índices permanecem praticamente estagnados. Nós não tivemos praticamente nenhuma evolução em termos de avanços na reciclagem desses materiais nos últimos quatro anos, pelo menos.

E, em termos de coleta seletiva e reciclagem, temos que analisar quais são os principais – muito do que a Drª Zilda trouxe – justamente para entendermos como funciona essa cadeia e como podemos avançar. Então, temos os condomínios e domicílios em primeiro lugar nessa cadeia, porque é justamente de onde provêm os resíduos sólidos, é a fonte de geração desses resíduos sólidos. Temos, hoje, realmente, os personagens, os atores que trazem a efetivação de um sistema de coleta seletiva e reciclagem no Brasil, que são os catadores de materiais recicláveis, os carrinheiros, as associações e cooperativas. Temos, avançando para outras pontas da cadeia, as empresas de limpeza urbana, que fazem a coleta dos resíduos sólidos nas cidades e que muitas

vezes entregam esses resíduos sólidos, esses materiais, em alguns casos, já separados para uma triagem mais específica, os próprios governos municipais, as agências ambientais, o Governo Federal. Temos as ONGs, os veículos de comunicação que trazem conteúdo sobre esse tema – praticamente diariamente temos alguma matéria tratando desse tema para instruir a sociedade sobre o papel –, algumas campanhas, as centrais de estocagem, unidades de beneficiamento e a própria indústria de reciclagem.

Então, o que vemos é que essa cadeia não se resume a um ou dois atores, mas é uma cadeia diversificada e, para funcionar, precisamos justamente da integração de todas essas etapas.

Para simplificar um pouco, há dois formatos mais comuns da cadeia de coleta seletiva e reciclagem que nós temos hoje no Brasil. O primeiro seria a geração dos resíduos nos condomínios e domicílios sendo encaminhada para empresas especializadas em pontos de entrega voluntária para os catadores de materiais recicláveis e, por sua vez, para as cooperativas, através de campanhas promocionais. Hoje nós temos empresas e entidades que promovem campanhas para arrecadação de materiais recicláveis, e aí, por sua vez, ocorre o encaminhamento. Dessa primeira etapa, que seria a etapa da coleta, esses materiais passam por uma central de estocagem ou por uma unidade de triagem e, após isso, realmente finalizam na indústria recicladora.

Outra cadeia que nós temos seria através da coleta regular dos resíduos sólidos urbanos, seria a coleta indiferenciada. Isso vai para uma central de separação. Ou até mesmo através de uma coleta seletiva nas cidades, programas de coletas de recicláveis, o próprio trabalho dos catadores e dos PEVs, e isso vai para uma central de triagem, e depois temos novamente as centrais de estocagem e, por fim, a indústria recicladora.

Simplificando essas duas cadeias, temos aí uma sequência de ação que precisa ser encadeada, que precisa estar interconectada para que tudo isso funcione e que tenhamos resultados satisfatórios ao final. Porém, o que percebemos é que, nessas cadeias, alguns gargalos hoje são bastante latentes e é aí que precisamos da nossa atenção.

Então, na primeira fase, que é a fase de coleta, para uma fase de consolidação, temos uma necessidade de organização e gestão de todos esses trabalhos, com integração das ações possíveis.

Na segunda fase, que seria o encaminhamento para as centrais de estocagem e unidades de triagem, temos um processo de logística ineficiente, muito disperso.

Da terceira para a quarta fase, que seria a fase de efetivo reaproveitamento do material, temos como gargalo um processo de demanda desequilibrada. Ainda não temos realmente como garantir um volume de resíduos sólidos considerável para poder transformar esse processo numa cadeia, num setor da economia e sentimos a falta de instrumentos econômicos.

Na segunda cadeia, que trata de uma coleta mais organizada para a...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – ... fase de separação e triagem, temos novamente problema de gestão, mas temos também um problema de custo elevado. Temos, entre a planta de separação e as centrais de estocagem, um problema de demanda e de custos desequilibrados. Muitas vezes, a matéria-prima virgem é muito mais barata do que o material reciclável, e novamente temos problema de demanda desequilibrada e falta de instrumentos econômicos.

Hoje, o que temos de reciclagem no Brasil realmente é fruto de um trabalho com muita garra pelos catadores de materiais recicláveis, como já colocado, mas nós temos alguns pontos a superar. Hoje, tem sido realmente uma tarefa exercida única e exclusivamente por mão de obra intensiva, que pode ser melhorada com a ajuda de sistemas tecnológicos, porém esse sistema carece de investimento. Praticamente pouco ou nenhum investimento tem sido possível nessas atividades, o que não permite realmente uma economia de escala, e acaba prejudicando o processo de comercialização e venda desses materiais.

Trabalhamos hoje com uma preocupação muito grande com relação aos aspectos de risco de saúde ocupacional e do meio ambiente, da forma como isso é feito e a carências de infraestrutura. Nós precisamos justamente trabalhar para que tenhamos infraestrutura adequada e avançar nessa matéria e, com isso, aumentar nossa produtividade. Como vimos, podemos saltar de 3% para 30%, pelo menos, dos resíduos sólidos urbanos.

Outras barreiras a serem superadas. Temos ausência de cultura de reciclagem na nossa sociedade. Nossa sociedade ainda não está acostumada com esse tema. Ainda sofremos com a concorrência de uma destinação fácil e barata com a realidade dos lixões nas nossas cidades, e isso precisa acabar de maneira urgente. Carecemos de gerenciamento do processo e de uma legislação ou de algum instrumento específico que traga as metas de reciclagem. Isso, em âmbito nacional, seria trazido pelo decreto do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que justamente inviabiliza ou que não nos concede as metas transparentes e viáveis para avançarmos. E a falta de instrumentos econômicos e tributários.

Como medidas para incremento para avançarmos em termos da esfera federal. Nós precisamos, então, das diretrizes nacionais, com metas viáveis e obrigatórias, precisamos de uma legislação tributária favorável e de um estímulo à ação coordenada de ONGs, associações, entidades, empresas privadas, enfim de todos aqueles atores que vimos. A coleta seletiva e reciclagem não vão avançar se tiverem por base o foco num único pilar dessa cadeia. Realmente, precisamos integrar todas essas ações para podermos avançar. Precisamos de um estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e processos de reciclagem e produtos elaborados com reciclados, justamente para valorizarmos esses materiais e atribuímos mais valor aos próprios recicláveis; e a coordenação de um programa nacional de reciclagem.

Em âmbito estadual, precisamos de diretrizes regionais, diretrizes estaduais para essa questão, implementação de uma legislação tributária favorável e a coordenação do processo logístico de reciclagem no Estado ou em regiões do Estado. Por exemplo, cito centrais de consolidação desses materiais, em que eu consiga ter escala para uma venda com um valor agregado e através de campanhas educacionais efetivas de longo prazo.

No âmbito municipal, nós precisamos de programas formais em infraestruturas, pelo menos nas áreas urbanas, para esses materiais.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – Estimular a separação na fonte e coibir o descarte de materiais recicláveis no sistema de limpeza urbana regular. Precisamos fortalecer os elos da cadeia produtiva da reciclagem, com a formalização das cadeias e geração de trabalho e renda, não da forma precária como é hoje, não da forma exploradora como é hoje. Simplesmente, o uso de uma mão de obra disponível. Precisamos agregar valor a todo esse processo e valorizar esse trabalho. Implantação de uma taxa baseada na geração para custeio dos serviços, ou seja, o princípio do poluidor pagador: aquele que mais gera deve custear o sistema justamente através dessa taxa. Implantação de um programa perene de educação e comunicação, com ênfase na reciclagem, que é aquilo mais palpável às nossas cidades.

E, para finalizar, a questão das indústrias. Precisamos que as indústrias aceitem e implementem as ações relacionadas ao princípio de responsabilidade do produtor, sistema de logística reversa, que esses sistemas sejam estruturados independentemente do sistema de limpeza urbana; seja dada mais importância à sustentabilidade e ao meio ambiente no *design* e no processo produtivo; desenvolver padrões e critérios de qualidade para facilitar o uso de produtos recicláveis e reciclados; e contribuir com a disseminação de campanhas de sensibilização e educação para reciclagem. Esse é o papel da nossa indústria.

Como um caso de sucesso, apenas um dado, para vermos que não basta uma ação pontual, que não basta um simples apoio a uma iniciativa voluntária. Precisamos de ações estruturadas.

Eu trago aqui o caso de Copenhague, na Dinamarca. É uma cidade de 600 mil habitantes, que, em 2013 foi eleita a melhor cidade do mundo para viver. Em 2014, ganhou o título de capital verde da Europa.

Em 2013, eles tinham um índice de 28% de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, após 20 anos de trabalho, ou seja, não foi da noite para o dia. E não querem parar por aí. A meta deles é chegar a 45% de reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 2018. Como vão fazer isso? Investindo em 23 mil novos contêineres para recicláveis. Pensem numa cidade de 600 mil habitantes vai investir em 23 mil novos contêineres.

Dezesseis centrais de separação vão trazer informações claras sobre como separar o resíduo para a sociedade, ou seja, já foi um trabalho de 20 anos, a sociedade está acostumada, mas vão investir em informação e vão trazer campanhas de comunicação em três plataformas: informação direta para cada pessoa, informação local, em pontos de ônibus, em outdoors, e informação de massa, em rádio, televisão e cinema.

Para quem quiser conhecer um pouco mais desses casos e como podemos avançar, novamente deixo aqui o convite para o congresso mundial de resíduos sólidos, que acontecerá em São Paulo, em setembro de 2014, de 8 a 11, em que vamos apresentar tudo aquilo que tem acontecido no mundo em termos de avanço na gestão de resíduos sólidos.

Eu agradeço novamente a atenção, pela oportunidade de falar nesta Comissão. E peço desculpas pelo avançado do tempo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu que o agradeço. Fui bem mais generoso com o senhor do que com a Dr^a Zilda.

Vamos chamar José Antônio da Motta Ribeiro, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional da Saúde (Funasa). Em tese, é o responsável por acompanhar e apoiar os pequenos Municípios brasileiros que, sem dúvida, são os que enfrentam grave problema em relação a esse tema.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DA MOTTA RIBEIRO – Bom dia a todos. Senador, agradeço em nome da Presidência da Funasa. Hoje, o Presidente está tomando posse. Tivemos uma alteração. Por isso, o nosso diretor que estava aqui presente na outra reunião, Ruy Barreira, não pôde comparecer.

Viemos aqui falar um pouco sobre o trabalho da Funasa, que apoia os pequenos Municípios. Sabemos do cenário de hoje. Quando a gente conversa, vê no setor o grande nó ainda na questão da implementação da política de resíduos sólidos, principalmente os pequenos Municípios que precisam muito mais de uma ação do Governo Federal. E nisso a Funasa está aí para desenvolver essas ações.

Fizemos uma pequena apresentação de como está o programa de apoio a catadores dentro da Funasa e como ela se insere hoje na política do Governo Federal.

A inclusão dos catadores no cenário está exposta. Temos de 400 a 600 mil catadores de materiais recicláveis. Vocês estão vendo aí uma plateia do Movimento Nacional dos Catadores presentes nesse evento, defendendo a sua ação, a sua participação nisso. São 1.100 organizações coletivas, 10% da população total de catadores participa de alguma organização coletiva, 27% dos Municípios, declara o IBGE, têm conhecimento da ação de catadores, embora ela não seja adequada.

E nesse cenário é que nós, da Funasa, estamos trabalhando. Trabalhamos aí com esse quadro.

Dentro da política federal, observamos, ao longo dos últimos anos, um desenvolvimento muito forte: reconhecimento do trabalho de catadores de materiais recicláveis, a criação do comitê interministerial, o decreto da coleta seletiva solidária, a Lei de Saneamento, a Lei nº 11.445, que abre espaço para contratação das cooperativas e associações com dispensa de licitação pelas prefeituras e para os serviços de coleta seletiva, o Decreto nº 6.087, que regulamenta o desfazimento de bens da União que podem ser transferidos para essas associações e cooperativas, a compra de materiais sustentáveis pelos órgãos de governo, permissão do repasse, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, direto a associações de cooperativas e associações de catadores.

Quer dizer, essa tem sido a grande dificuldade porque, por exemplo, uma instituição como a Funasa tem de fazer essa ação acontecer de fato. Temos trabalhado, desde 2009, no apoio a essas associações e observamos que a grande dificuldade que há é fazer com que se cumpram todas as formalidades para que a ação de fato possa acontecer.

Ainda dentro dessa legislação, vemos a integração dos catadores nas ações compartilhadas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010; a instituição do Programa Pró-Catador, reestruturando o Comitê Interministerial; e o decreto que regulamenta a concessão de crédito presumido do IPI. Então, esse realmente é o cenário das ações que aconteceram e que vieram a favorecer, pelo menos dentro da nossa estrutura, da Funasa, o trabalho de apoiar essas cooperativas e associações diretamente com ações de saneamento.

O Programa Pró-Catador, em que a Funasa está inserida diretamente, instituído pelo Governo Federal, constitui a nossa grande ação a ser desenvolvida. Ele é uma grande junção de esforços de diversas instituições. A Funasa é uma das 25 instituições que estão envolvidas nesse Programa Pró-Catador.

Especificamente sobre o que a Funasa tem feito e como ela tem feito isso, nós temos, nos programas da área da saúde voltados para a redução do risco à saúde, investimento em dois grandes programas. Um deles é permitir investimento em ações de sistemas de resíduos sólidos, apoiar pequenos Municípios a estruturarem seus sistemas de resíduos sólidos. O outro são recursos destinados a repasses a instituições em que possamos, com pequenas intervenções voltadas para a compra de equipamentos ou para a construção de infraestrutura, apoiar a ação da reciclagem.

Então, esses estão sendo os dois grandes programas da Funasa.

Como eles estão hoje? Como eu já falei, os itens de investimentos estão voltados para unidades de triagem ou para a aquisição de veículos e equipamentos. E, nos últimos anos, tivemos uma variação muito grande do recurso que é disponibilizado pelo Governo Federal para essa ação. O que observamos, numa análise desses valores, nessa redução, é que, em 2009/2010, tivemos um avanço nesse número de convênios. Em 2011/2012, tivemos uma redução por conta da dificuldade que foi fazer esse repasse e cumprir as formalidades que a legislação exige. São recursos públicos. Precisamos ter um controle muito grande. Somos cobrados pelos órgãos de controle, pelo Tribunal, no sentido de fazer isso da melhor maneira possível.

Mas a Funasa tem se reestruturado, procurado realmente manter e apoiar as associações e cooperativas. Então, esse foi o primeiro grande momento de atuação da Funasa no apoio às associações de catadores.

Então, só para dar um cenário de como se deu a concentração desse convênio e desse apoio onde são maiores os números de cooperativas: São Paulo, Minas, Paraná e outros Estados da Federação. Ainda é incipiente a quantidade de associações que atuam nisso e, portanto, temos um número reduzido de atuações desses convênios.

Por tipo de ação, a maior delas se dá em veículos e equipamentos mais ligados à atividade da reciclagem.

As estruturas que apoiamos com galpões e com outras estruturas fixas são menores dentro desse contexto, por conta realmente da atividade voltada ao apoio à ação dos catadores.

Em 2013, tivemos uma mudança grande de atuação. A Funasa, que atuava isoladamente, passou a integrar o Cataforte 3, que é a grande mudança que está sendo feita em nível de instituição.

Eu vou mostrar que este projeto trouxe de novo foi, em vez de atuar diretamente nessas cooperativas e associações isoladas, que tinham muita dificuldade de cumprir a legislação para que pudesse liberar os recursos, atuou em cima das redes, procurou fazer com que essas cooperativas e associações participassem de redes e, a partir de uma cooperativa ou associação melhor estruturada, pudesse apoiar as outras associações.

Então, estamos neste momento atuando em cima dessa ação, para fazer acontecer esse trabalho nas redes.

Participam do Projeto Cataforte a Fundação Banco do Brasil, a Funasa, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Geral da Presidência, que é quem coordena todo o trabalho, o Banco do Brasil, o BNDES e a Petrobras.

Como está este projeto hoje? Foi feito um edital de chamamento público conjunto coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Nós selecionamos 33 redes solidárias de empreendimentos dos catadores de material de reciclagem. São 432 empreendimentos que concorreram. Desses, 421 solicitaram equipamentos para a Funasa e foram elegíveis 400 empreendimentos.

Então, assim é que atuamos, é assim que estamos trabalhando hoje o Projeto Cataforte.

Como está distribuído regionalmente? A Funasa é uma instituição nacional. Então, ela tem uma atuação muito mais focada no Sudeste do País, onde as associações estão mais organizadas, onde as cooperativas estão sendo feitas. Então, estamos com esses empreendimentos concentrados em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná. Os Estados do Nordeste ainda não têm melhor distribuição. Podemos ver o quanto está sendo difícil para a instituição quando você sai do eixo das grandes cidades brasileiras e dos grandes Estados da região Sudeste.

A portaria da Funasa convocou essas redes. Nós estamos no momento trabalhando os últimos ajustes, que vão ser exigidos para analisarmos e liberarmos os recursos destinados à aquisição das balanças, dos carrinhos de plataformas, das empilhadeiras, das prensas hidráulicas, das mesas de separação, dos elevadores de carga.

Posso, assim, dizer para vocês que nossa instituição está aí envolvida com esse trabalho. Temos uma atuação muito grande junto ao comitê que organiza e que está aí para apoiar.

No momento, a Funasa está com a missão de aprovar os projetos. Temos que ter noção, nesse cenário, que existem dificuldades estruturais muito grandes. Muitas dessas associações e cooperativas estão instaladas em locais inadequados, em locais em que não temos condições de instalar o equipamento, e é necessário buscar-se solução para isso. Entendemos também, dentro desse contexto, que temos um trabalho desafiador junto às prefeituras, para fazer acontecer essa política.

Como estratégia, estamos focando o trabalho de saneamento em cima dos pequenos Municípios, daqueles que queriam participar disso junto com a Funasa. A ação da Funasa sempre voltada... Por que a Funasa, uma instituição da saúde, está presente nisso? Está presente, porque há uma interface muito grande.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DA MOTTA RIBEIRO – Suas ações de saneamento são – já estou concluindo, Senador – muito mais voltadas à qualidade de vida das populações.

Então, queria, neste momento, convocar todos os que estão presentes nesta Comissão, elogiar o trabalho dela e dizer que a Funasa está aí preparada para cumprir a sua missão institucional, que é fazer com que os programas do Governo Federal venham, de fato, a beneficiar a população, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Muito obrigado, Senador, estamos à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Sr. José Antônio.

E, antes de passar a palavra ao Sr. Ronei, quero fazer o registro de que – inclusive, todos observaram, no início desta audiência, quando apresentei um requerimento extrapauta, para que viesse permitida a presença do representante dos catadores. Nesta audiência pública, gostaria de fazer a observação de que estamos fazendo cinco audiências públicas sobre temas específicos. Obviamente que para alguns – no caso, por exemplo, do Ministério do Meio Ambiente, da Funasa, da própria Abelpe – já é a segunda audiência de que participam e dão a contribuição.

Depois de termos aprovado o plano de trabalho, aprovamos, inclusive, uma nova audiência para se discutir essa questão econômica, tributária do processo de reciclagem. Então, alguns grupos – como foi aqui, vamos dizer assim, lembrada, não vou nem dizer cobrada, mas lembrada pela Srª Zilda a presença dos Municípios – já se fizeram presentes em determinada audiência e vão estar presentes em outras audiências também. Tenho

sempre pedido para que esses agentes que estão diretamente envolvidos, mesmo não sendo convidados, mas sempre que possível, deixem representantes aqui, até porque, como metodologia de trabalho, após a exposição dos presentes, estaremos fazendo a etapa de perguntas que podem ser feitas pelos Senadores presentes, podem ser feitas via *internet* e também, ampliamos a metodologia, podem ser feitas pelos presentes aqui, na forma escrita, para que, então, possamos dirigir aos membros da Mesa.

Então, gostaria de registrar a necessidade disso, Ronei. Queria dizer que, mesmo não sendo membro desta Comissão, o Senador Rodrigo Rollemberg foi que me solicitou ontem a presença do representante dos senhores e, mesmo estando na Paraíba, providenciei para que pudéssemos ter a oportunidade e, consequentemente, a colaboração, porque temos a preocupação de aqui a Mesa de repente colocar dez, doze convidados, e não conseguirmos tirar o maior proveito que desejamos.

Com a palavra o Sr. Ronei Alves da Silva, representando o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA – Bom dia.

Gostaria, primeiro, de cumprimentar a mesa; cumprimentar o Senador e agradecer a oportunidade de poder participar e falar um pouco do nosso trabalho; agradeço a Dr^a Zilda, do MMA, que é uma companheira que vem nos ajudando ao longo dos anos; ao Dr. Carlos Roberto, da Abrelpe, já nos conhecemos de longa data, desde a Política Nacional de Resíduos; e ao Dr. José Antônio, da Funasa, porque, na realidade, só podemos endossar tudo aquilo que o doutor falou agora. Na verdade, a Funasa vem como um grande parceiro das cooperativas e associações de catadores no Brasil inteiro, apoiando-nos ao longo dos anos.

Gostaria de falar da importância que foi para nós o Governo Federal ter bancado a Política Nacional de Resíduos. Senador; a Lei nº 12.305 foi criada e foi sancionada. Era um sonho nosso, de todos os catadores, a implantação da coleta seletiva, porque recolher material reciclável no meio de toda mazela que vem no meio do lixo não é uma coisa muito simples.

Então, chegando aqui ao tema... ah, quero falar também da importância do Senador Rodrigo Rollemberg, que, há muitos anos, muito antes da política nacional, já vem acompanhando a questão dos catadores, inclusive é autor de uma lei que inclui o catador de material reciclável na seguridade especial, que é uma coisa que, para nós, é muito importante, haja vista todo tipo de mazela que a gente passa no nosso trabalho. Não é uma coisa de que a gente tem orgulho dizer o que a gente passa. Inclusive há bem pouco tempo, menos de um mês, morreu uma catadora aqui, no lixão. Infelizmente, pelo menos duas ou três mortes acontecem aqui, no lixão de Brasília, que, hoje, é o maior da América Latina.

Bem, quando o Governo do Distrito Federal, vou falar especificamente do Distrito Federal, e, depois, nacionalmente, implantou a coleta seletiva, ficamos muito felizes. Mesmo sendo com caminhões compactadores, a gente tinha esperança de uma coleta seletiva, porque isso traria melhor condição de vida para nós. Mas, infelizmente, a coleta seletiva, hoje, vai para o lixão. Coleta seletiva não é apenas pintar um caminhão de verde, mas é a sociedade separar os seus resíduos em casa, em dias alternados, recolher secos e orgânicos. Aquilo que é perigoso irá para os seus pontos de coletas específicos e assim por diante. Infelizmente, isso não aconteceu. Hoje, a coleta seletiva vai para o lixão da estrutural e para outras áreas de transbordo onde o material é separado pelos catadores. Se houver chuva, é na chuva; se houver sol, é no sol.

Estou falando da coleta seletiva do momento atual, do hoje. Se, hoje, as pessoas que estão aqui quiserem fazer uma visita lá, no lixão, é isso que vão encontrar.

Eu queria passar um pequeno vídeo, que foi gravado, acho, há uma semana, tem uns quatro minutos e traz bem como está, hoje, a situação. São quatro minutos e pouquinho, porque fica muito melhor eu mostrar o que está acontecendo do que, efetivamente, ficar falando, falando, falando e tomando o tempo das pessoas. Ele tem uns quatro minutos e, aí, traz bem como está, hoje, a situação, é um de quatro minutos e pouquinho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RONEI ALVES DA SILVA – Mas a intenção não era só mostrar a mazela, e, sim, dizer que existem possibilidades.

Acabei de falar que a Funasa tem nos ajudado muito, que o Governo Federal tem nos ajudado muito, e isso é fato.

Quero dizer que, infelizmente, ano passado, o Governo do Distrito Federal fez um aditivo de R\$169 milhões para a limpeza pública, e os caminhões recolhem para fazer o que vocês acabaram de ver.

Eu queria mostrar outras fotos e queria falar sobre as perspectivas e desafios.

Essa é uma unidade no Paraná, na realidade, é uma unidade de comercialização, lá em Curitiba – esqueci o nome agora – mas é uma unidade muito forte. É uma rede de associações e cooperativas que estão unidas.

Essa é a quantidade de material de várias associações – é Cataparaná o nome da central –, tem recursos do Governo Federal para implantação dessa unidade de comercialização.

Esse aqui é um galpãozinho, fica num Município bem pertinho aqui de Brasília, na Cidade Ocidental, a uns 40km daqui. Na realidade, lá, inclusive com recursos do Governo Federal, foi construído esse galpão. Os catadores foram retirados do lixão, mais ou menos, há uns dois anos.

Logo depois da política nacional, eles começaram a trabalhar. Acho que, em 2012, se não me engano, foi a inauguração do galpão.

Só tem essa, Camila?

Eles já implantaram coleta seletiva na Cidade Ocidental.

O material lá é separado, prensado.

Aí, vasilhames.

O vidro, hoje, não tem reciclagem. No Centro-Oeste, é o material caco. Então, por exemplo, se esse copo quebrar, não tem reciclagem, porque não há indústrias perto. A viabilidade econômica para a reciclagem do vidro é, no máximo, 90km de distância. Passou disso, o vidro não tem como ser reciclado.

Então, hoje, é muito mais a reutilização. Os vasilhames são juntados para reutilização. Então, as perspectivas que temos é de que não haja prorrogação do prazo.

Nós hoje, o Movimento Nacional de Catadores, temos muito medo da prorrogação do prazo. Por quê? Porque, em 1980, saiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Em 1980, já foi proibido. Um lixão é um crime ambiental, e, mesmo assim, não está sendo cumprido.

Então, essa, hoje, é a nossa preocupação, ou seja, de que uma prorrogação da política nacional de resíduos faça com que a lei caia no esquecimento

Se hoje, na Capital do País, a poucos quilômetros daqui – esse lixão deve estar a uns 12 ou 15 km de distância – se é do jeito que vocês acabaram de ver, o nosso medo é de que, se houver a prorrogação do prazo, a lei caia no esquecimento, virando mais uma lei sem ação efetiva. Então, era isso o que queria dizer.

Agradeço muito a oportunidade de trazer para vocês o que a gente vem vivendo ao longo dos anos. Na realidade, a apresentação era um pouquinho maior, mas eu preferi cortar para ser bem sucinto, para ficar mais dinâmico. De acordo com o Decreto 5.940, que institui a coleta seletiva nos órgãos públicos...

Há alguns anos, foi feito na Esplanada dos Ministérios um programa chamado Coleta Seletiva na Esplanada. Vários ministérios aderiram. Tanto o Palácio do Planalto, como diversos órgãos públicos e ministérios cumprem hoje a lei, destinando os seus resíduos da coleta seletiva para as cooperativas e associações, inclusive a Câmara.

Infelizmente, o único hoje – e não quero fazer uma saia justa, Senador – mas o único hoje que ainda não destina os seus resíduos para as cooperativas e associações de catadores é o Senado Federal. A Câmara dos Deputados fez uma coisa muito bacana. Havia um grupo que ficava aqui atrás, e esse grupo chamava o Congresso Nacional de 28, porque são 28 andares, não é isso? Era um grupo muito grande, chamado de 28, e a Câmara, na época, apoiou esse grupo. Todos os catadores foram retirados daqui. Esse grupo se tornou uma cooperativa chamada Cortrap, que hoje tem caminhão, tem equipamentos, tem uma condição de vida um pouco melhor com o apoio da Câmara. É nesse sentido que eu peço o apoio do Senado Federal, para apoiar a Ageplan e as cooperativas que estão aqui em Brasília.

Esse senhorzinho de barba branca que está aí se chama Monteiro Lobato, mas a gente o chama de Seu Cocó. O Seu Cocó é de um grupo de catadores que fica no cerrado, perto do CCBB, perto do setor de clubes. São mais de 200 catadores, são 250 catadores, que ainda não têm galpão para trabalhar. A gente espera que, com o suporte do Senado Federal, haja um apoio para a Ageplan, que hoje é uma das associações mais antigas do Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. MONTEIRO LOBATO – Nós, há mais de vinte anos, estamos desenvolvendo um trabalho. Já foram assinados dois contratos, e não se cumpriu nenhum. Inclusive, tem um assinado. A gente queria pedir o esforço de vocês, dos senhores, para que, em vista dessa situação, que se pudesse cumprir o que a lei determina ou pelo menos o que assinam com a gente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – De nada, Seu Cocó. Quero dizer que, para mim, é uma surpresa, porque fui 1º Secretário do Senado até praticamente dois anos atrás, e um dos itens com os quais me preocupei foi o trabalho do Senado com a questão ambiental.

Na época, a própria Gráfica me dizia que fornecia as aparas a uma cooperativa. Foi a informação que tive na época, porque cobrei isso, mas os senhores estão trazendo a informação do que estão vivendo.

O Senador Flexa, que há poucos instantes esteve aqui, é o atual 1º Secretário. Com certeza, passaremos para ele essa cobrança. Vamos cobrar para ver o que o Senado pode fazer.

Quando fui 1º Secretário tive a preocupação de, por exemplo, dar um *tablet*, que não é uma coisa boa para vocês, mas é para o meio ambiente, porque havia dias, aqui no Senado, entre papéis de reunião de comissão e o plenário, que se produziam mais de 80 mil folhas. Se o relator não abrisse aquele relatório, iam ser recicladas, num total desperdício. Por isso, hoje esses relatórios estão sendo oferecidos de forma eletrônica, evitando essa questão ambiental, obviamente, em prejuízo dos catadores, mas temos também a preocupação ambiental, e vamos cuidar disso.

Vou pedir desculpas a alguns que já tiveram oportunidade, para apresentar um vídeo que está no YouTube de um trabalho que fiz há mais de dez anos, na cidade de João Pessoa, quando fui prefeito.

Eu tentei condensar para que ficasse só a parte dos catadores. Há um problema técnico, pois o vídeo é antigo, feito em 2003, mas serve para mostrar um pouco do trabalho. O que me impressiona é que ele é atual nas demandas, nas necessidades e nas convergências que aqui e em outras audiências foram feitas.

Peço, então, que passem o vídeo, para que vocês possam ter um pouco mais de informação. Por enquanto, peço licença.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Pode encerrar.

Eu fiz questão de chamar atenção para a coleta seletiva, mas para quem quiser assistir a esse vídeo, ele está no YouTube: Fim do Lixão do Roger.

Vamos andar um pouco na audiência.

Eu gostaria de registrar exatamente essa preocupação social, que foi fundamental, como vocês viram aí, no sentido de retirar os catadores e de fazer todo o processo de alfabetização, de treinamento, de qualificação. Houve cursos de associativismo, de higiene pessoal, de higiene do local do trabalho, de noções de trânsito para aqueles que saíam puxando os carros nas ruas.

Houve uma resistência muito grande por parte dos catadores, inicialmente, pois eles tinham medo, na coleta seletiva, de ter uma receita inferior daquela com que ele vivia dentro do lixão. Nós criamos a primeira – vamos dizer assim – bolsa-renda para esses catadores. Então, a prefeitura gerenciava a Astramare, essa associação, e garantíamos uma renda mínima para eles de um salário mínimo, caso os produtos que eles catassem não rendessem o suficiente.

Ao lado disso, nós fizemos campanhas para que as pessoas, nas casas, fizessem a seleção do material de forma correta, entregassem esse material e recebessem esses agentes ambientais, como parceiros nessa necessidade de convergência e ajuda mútua, o que foi muito bem colocado por alguns que já expuseram, não só nesta audiência como em outras, sobre a importância da educação para a consciência do cidadão, para ele saber qual o seu papel. Tudo isso é fundamental.

Nós criamos inicialmente cinco postos, e eu tenho a lamentar que, infelizmente, não houve continuidade para ampliar essa coisa, muito menos a campanha educativa e a participação da sociedade como um todo para colaborar.

Eu me recordo de que, quando foi para discutir qual solução deveria ser dada ao Lixão do Roger, em João Pessoa, uma das visitas que eu fiz para conhecimento foi aos Estados Unidos. Eu estou aproveitando e dizendo, porque aqui já foi tratada, inclusive por Carlos Alberto, a questão do financiamento desses custos. É fundamental que isso fique devidamente esclarecido.

Então, eu fui a uma prefeitura, nos Estados Unidos, conhecer a metodologia do orçamento deles, por exemplo, pois eles não têm catadores. Nos Estados Unidos, a coleta é toda feita por empresas. O que ocorre? Nesses Municípios, todos os anos, eles discutiam no orçamento municipal que imposto cobravam da população em relação à taxa do lixo – vamos dizer assim, como é conhecido aqui.

Naquela época, eles cobravam algo em torno de US\$120 por mês por cada residência que produzia seus resíduos. Da indústria e do comércio, que produziam uma quantidade maior, eles cobravam mais. A população não estava aguentando aquele custo. Imaginem cada residência pagando R\$300,00 por mês só pelo lixo. Aí, eles discutiram e perguntaram à prefeitura se tinham como reduzir isso. Eles tinham essa coleta que é a que praticamente fazemos no Brasil: diária, menos no final de semana. Então, a prefeitura discutiu e apresentou como experiência dia sim, dia não. Isso reduziu a coleta para o custo de algo em torno de US\$80 por mês.

No outro ano, eles avançaram e disseram: pode-se reduzir mais ainda? Pode. Vamos fazer a coleta seletiva, vamos fazer a poda só quando chamarem. Baixaram para US\$60 no outro ano.

Passaram a congelar a comida orgânica. Não digo o resto de comida, que se possa comer no outro dia, não. Eles tomaram consciência e passaram a congelar aquilo que sobrava no prato, embora o americano, culturalmente, normalmente não coloque muita comida no prato, como se faz às vezes. Temos a cultura aqui, no Brasil, de colocar mais no prato. Quantos pais não orientam os filhos, quanta gente... Sobra comida para aque-

les que podem e para outros falta, é verdade. Mas eles congelavam aquela sobra dos pratos, para diminuir o prazo de fazer essa coleta de orgânicos.

Em resumo, eles saíram de US\$120 para algo em torno de US\$25 a US\$30 por mês, porque só faziam a coleta do orgânico, do resto de comida, uma vez por semana; faziam a coleta, uma vez por semana, do reciclado, e a poda, o excedente quando chamados e pagando-se, consequentemente, por esse custo a mais que haviam produzido.

Então, essa questão precisa ser discutida nas nossas audiências. É preciso aprofundar esse debate, para que possamos despertar no cidadão... Porque não adianta gerar responsabilidade apenas para o Poder Público se a sociedade também não fizer a sua parte. Nós não vamos atingir as metas, nem os objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Brasil tem a característica social dos catadores. Está aí vivenciada por mim, há 15 anos, numa cidade de 600 mil habitantes. Não é uma Copenhague, mas pelo menos discutimos o assunto.

Lá trouxemos os contêineres, nós os importamos. Os primeiros foram importados. As lixeiras, as primeiras de João Pessoa, foram importadas, porque no Brasil não se produziam ainda. Mas, a partir daí, o processo foi disseminado.

E nós, inclusive, estivemos aqui, Ronei, quando fechamos esse lixão em João Pessoa. Dei uma entrevista no Bom Dia DF, na frente do lixão aqui de Brasília, quer dizer, há 11 anos. Eu esperava que Brasília tivesse buscado essa solução, e, infelizmente, seu testemunho por demais verdadeiro está demonstrando que é inconcebível que na Capital do Brasil, com os recursos que ela tem, estejamos vivendo problemas vividos por Municípios pequenos ou por outros.

O que faltou em Brasília foi decisão política para solucionar, porque com o volume de lixo aqui depositado daria para ter resolvido isso devidamente, há bastante tempo. Avançando-se na educação, dotando-se as associações e as cooperativas de catadores de infraestrutura, de equipamento e até de edificações, como vocês estavam pedindo aqui, dá-se solução.

Nós lamentamos, mas é bom, Ronei, que o objetivo desta subcomissão – e o meu pedido para que ela fosse criada foi prontamente aceito pela Comissão de Meio Ambiente – é exatamente para que não ocorra esse seu temor de termos uma lei que não será cumprida, que vai ser desrespeitada, quando todos nós queremos que ela traga os benefícios de que precisamos.

Então, o objetivo desta Comissão é diagnosticar como está a implementação, qual é o tamanho do problema e o que precisa ser feito para que se atinja o objetivo de se ter uma lei que foi aprovada, mas mais que aprovada esteja sendo cumprida.

Vamos passar para a segunda etapa.

Farei alguns comentários. Se houver algum comentário pela internet, nós vamos fazer; se houver alguém aqui que queira fazer comentário por escrito, poderá fazer; se os membros da mesa quiserem fazer alguma indagação entre si – embora muitos já se conheçam, pois já debateram muito –, se quiserem enriquecer o debate, poderão fazê-lo.

Farei, então, as perguntas, e essa pessoa, ao responder, deve aproveitar para também ir se despedindo. Reunião boa é aquela que termina atendendo os objetivos e é assim que nós pretendemos que seja.

Eu gostaria de começar, então, com a Dr^a Zilda, porque em audiência anterior nós falamos da preocupação, por exemplo, com as cadeias que foram estabelecidas pela lei, mas que o Ministério complementou também com outras resoluções, ampliando os itens que a lei estabeleceu, e é muito louvável essa iniciativa. Até fui convidado, mas infelizmente não vou poder participar, para uma experiência bastante interessante que os Estados Unidos adotam na questão do medicamento, que eles farão neste próximo final de semana e fazem duas vezes por ano.

Medicamentos que não cabem, por exemplo, para os catadores, pelos riscos de contaminação, etc., através de políticas, de informação, de campanhas como aqui foi levantado por Carlos Roberto, as pessoas guardam os medicamentos em casa e duas vezes por ano vão em determinados pontos e entregam esses medicamentos no processo de logística reversa. E neste final de semana vai ser nos Estados Unidos. Infelizmente, no entanto, fui convidado, mas por compromissos anteriores não vou poder comparecer. Mas sem dúvida é algo que foi trazido a esta Comissão e o Ministério do Meio Ambiente, os órgãos envolvidos e o próprio Congresso podem dar a sua contribuição nesse sentido.

Para exemplificar experiências exitosas que vamos ter uma audiência também sobre isso nesta Comissão, para que possamos tentar atingir os nossos objetivos.

Há preocupação de agregar valor. Por exemplo, temos países como Alemanha – e aqui falo diretamente aos catadores – em que eles chegam ao ponto de considerar um papel como limpo, como papel branco, porque eles lavam a tinta que tem no papel que fica com plena capacidade e com valor agregado. É diferente daquele

papel que é impresso. Se quando você rasga a tinta não penetrou na fibra do papel, ele é considerado limpo, porque eles têm tecnologia de lavar o papel e retirar a tinta e, conseqüentemente, dar uso diferente daquele que a tinta infiltrou, agregando valor. São experiências interessantes que queremos trazer e discutir para que, com essa prática, possamos atingir as metas e os objetivos que estamos estabelecendo.

Então, comecei a ler uma pergunta que chegou aqui. Ana Flávia Smith, internauta: “Eles deveriam receber um benefício permanente, que seja o dobro que é pago pela Bolsa Família. Eles precisam de dinheiro para se alimentar bem para continuarem trabalhando nesse trabalho difícilíssimo”. Essa é uma opinião de uma internauta, possivelmente sugerindo que fosse criado algo como um benefício direto, quando na verdade nós sabemos que... eu particularmente tenho experiência e acho que treinando, qualificando, dando condição, o catador prefere produzir a efetivamente se acomodar com um processo que garantisse o mínimo. Acho que muito melhor é a gente dar condição de o trabalhador poder aumentar a renda para que ele não fique limitado naquele nível. Eu fiz isso complementando até eles atingirem e, a partir daí, eles poderão aumentar a sua renda através de associações, de pequenas produções. Essa é uma sugestão da Ana.

Então, voltando à Dr^a Zilda, acho que mais uma vez ela dá uma contribuição para que eu chamo atenção. Se a senhora puder esclarecer um pouco mais, até porque não foi algo da política dessa lei, mas como a senhora bem disse no registro anterior, as pessoas precisam entender que há uma diferença entre resíduos sólidos e rejeitos. Então, essa diferença é que seria importante, porque no momento em que formos cumprir a lei de depositar em aterros sanitários ou outras tecnologias apenas os rejeitos, nós estaremos inclusive disponibilizando muito mais matéria-prima para a reciclagem e, conseqüentemente, para ser potencializado o trabalho dos agentes de limpeza, como eu os chamo em João Pessoa, ou mesmo dos catadores, como são normalmente conhecidos no Brasil.

Com a palavra a senhora.

A SR^a ZILDA VELOSO – Obrigada, Senador, pela oportunidade de esclarecer um pouco mais. Eu falei rapidamente sobre isso.

A lei criou um conceito que não tínhamos antes de ela ser publicada em 2 de agosto de 2010. Então, conforme falei, o art. 54 fala que, em quatro anos, somente poderão ser encaminhados aos aterros os rejeitos. E há no art. 3^a da lei uma definição do que é rejeito. Rejeito é aquilo que não tem possibilidade, é o resíduo que não tem a possibilidade tecnológica ou econômica de ser reciclado, de ser reaproveitado.

O que significa isso na prática? Significa que rejeito é um resíduo que estou descartando que pode ser que, naquele momento, ainda não tenha como reciclá-lo, mas posso trabalhar para isso desenvolvendo cadeias de reciclagem. Vou dar um exemplo muito claro. A Resolução nº 307, de 2002, no Conama, trata de resíduos da construção civil. Quando essa resolução foi editada, o gesso era um rejeito. Na época, estava claro que ele pertencia ao grupo C, onde se lia sobre resíduos que não têm possibilidade de ser reciclados, como, por exemplo, gesso.

Fomos procurados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil, que nos apontou que em alguns Municípios brasileiros o gesso tinha deixado de ser um problema e ali era reciclado. Aproveitando o exemplo do gesso, em alguns Municípios o gesso pode ser um rejeito e, em outros, ele será um resíduo que pode ser reciclado. Então, a ideia de os Municípios terem seus planos, desenvolverem programas de coleta seletiva, darem apoio, trazerem para participação associações de catadores e poderem realmente implementar a coleta seletiva implica também que os Municípios vão trabalhar para redução da quantidade de rejeitos que existem. E rejeito é algo que, a partir de agosto deste ano, poderá ser enterrado, mas necessariamente, pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o trabalho é para que sejam gradativamente reduzidos, ou seja, deve-se trabalhar as cadeias de reciclagem.

A apresentação que o Carlos fez é muito positiva. A que o Ronei fez ainda é mais positiva. A que o José Antônio, da Funasa, fez explicando qual é o projeto Cataforte foi muito bem lembrado, muito bem explicado. Mas temos que trabalhar todas essas frentes. Por isso, na minha apresentação, coloquei os principais atores, que não são poucos, são muitos, e temos que trabalhar para pensar antes de descartar e reduzir a geração de lixo.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigada, Dr^a Zilda.

Agora, há um comentário, que é uma pergunta, mas é um comentário também, quanto aos acordos setoriais que excluem os catadores de serem inscritos, sem excluir o segmento, mas sim considerar a especificação técnica. A Sr^a Andréa Portugal. É isso? Pois não, vou permitir.

A SR^a ANDRÉA PORTUGAL – Os catadores foram excluídos de alguns acordos setoriais – o segmento do catador – e não por especificação técnica. Então, acho estranho que um homem possa participar de um acordo setorial e outro homem não possa. Essa discriminação do segmento catador é que acho que deveria ser levado para ser reconsiderado. Por que um homem pode fazer embalagem eletroeletrônica e outro homem, por ser catador, não pode?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com a palavra a representante do Ministério do Meio Ambiente.

A SRª ZILDA VELOSO – Boa pergunta.

O catador só foi excluído de embalagem de óleo lubrificante, pelo entendimento de que esse era um resíduo perigoso e que não seria... Estamos tendo o cuidado de não colocar essa exclusão nos acordos que ainda não foram assinados, que estão por serem assinados. A preocupação é exatamente essa que você falou. Você tem que selecionar. Nós vamos ter aqui com os catadores uma tarefa a mais. Alguns Municípios exigem licenciamento, autorização ambiental, adequação de instalações. Isso faz parte do processo de evolução.

Eu digo sempre que serei feliz no dia em que eu vir o catador trabalhando como reciclador, porque é isso que ele faz hoje, de uma maneira muito precária. Sem apoio de muitos órgãos públicos, sem apoio dos Municípios para fazer a sua tarefa diretamente; e do próprio Governo.

Por isso, a gente tem o Cataforte na terceira edição. A gente está trabalhando junto com as prefeituras para que promovam a inclusão dos catadores, mas a seleção vai ser exatamente essa. Se eles forem participar, eles vão ter que atender a algumas regras mínimas.

A seleção é técnica. Gostei da sua colocação, mas houve essa manifestação no acordo de embalagens de óleo lubrificante, por entender que era uma cadeia um pouco... Mas não exclui. Eu tive uma conversa ontem com o pessoal do setor – nós temos tido algumas reuniões – e eles já nos apontaram que, em algumas cidades do País, o trabalho com os catadores vai ser feito inclusive para essa cadeia de resíduos perigosos. A embalagem contaminada pelo óleo lubrificante é classificada como um resíduo perigoso.

Você diz: “Não, Zilda, mas nós já temos alguns lugares em que vai ser necessário o trabalho de associações e cooperativas de catadores”. Para isso, a gente já começou um processo de capacitação.

Então, eu acho que é uma resposta até muito positiva, mesmo que o acordo tenha sinalizado erroneamente – foi o primeiro que nós assinamos –, tenha sinalizado uma interpretação incorreta.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Drª Zilda, aí vai uma dúvida minha. Se houve essa – vamos dizer assim – interpretação em relação a qual a Senhora já inclusive se posicionou de uma forma muito clara, eu lhe pergunto: E nas embalagens de agrotóxico, quem faz?

A SRª ZILDA VELOSO – Senador, boa pergunta também. A embalagem de agrotóxico hoje, pela lei, é recolhida pelo fabricante. Que eu saiba, Ronei, posso estar errada, mas eu acho que o catador não trabalha, porque é um circuito bem fechado.

O comércio, quando vende, vai carimbado na nota de venda que: “após o uso, essa embalagem deverá sofrer tríplice lavagem”. Isso gera menos resíduos porque, se eu lavo três vezes e uso aquele líquido...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Depende de onde for colocado esse...

A SRª ZILDA VELOSO – Não, mas uso para espargir na própria lavoura, eu não tenho gasto com efluente de lavagem da embalagem. E, como é uma rede, a pessoa usa na sua propriedade rural, na sua atividade, e devolve diretamente no ponto indicado, que normalmente não é o comércio para esse caso. Existem pontos de recolhimento, parcerias com as prefeituras. Então, isso não vai para o lixo. E existe uma responsabilização. E os índices de recolhimento hoje são mais de 90%.

Tem algumas que são destruídas aí no meio do caminho. A gente nunca vai ter 100%. Gostei muito do exemplo que o Carlos deu em relação à cidade de Copenhague, porque a gente fica achando que a gente vai recolher 100%, 90% de tudo que é colocado no mercado. Isso é ilusório, existe perda ao longo do processo.

Quando eu falei do óleo lubrificante, ele é recolhido em valores que chegam a 50, 60%. Para alguns, você tem um destino inadequado. Tudo bem, mas recolhido, voltando para o rerrefino, é em torno de 40%, no máximo. Por que eu não recolho 100%? Porque há perdas da utilização. Há perdas, há destruição.

No caso do óleo, ele fica nas engrenagens, um pouco é emitido pela ação do calor. Então, eu não vou ter nunca os 100%, mas essa colocação... É por isso, Senador, que o catador não está incluído nessa cadeia historicamente porque o gerador, eu que utilizei o agrotóxico, tenho a obrigação de devolver no local indicado. Eu não descarto no lixo comum.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Pode. Antes de você complementar, eu já passo a palavra. Pode ir falando.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – E, como você colocou na sua apresentação, Zilda, tem a questão que esse ciclo da embalagem do agrotóxico já funciona desde antes da política nacional. Ele já está em vigor, se não me engano, desde a década de 1980, quando foi criado o inPEV, com toda a sistemática fechada.

Então, ele foi pensado de outra forma, não incluído no escopo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que pensou justamente nessa sistemática de acordo setorial, tudo ali. O setor se resolveu sozinho.

A SRª ZILDA VELOSO – Senador, só uma observação.

Carlos falou sobre isso, mas já há o indicativo do setor de mesmo com a Lei, mesmo com um decreto específico, de nós construirmos um acordo setorial para, porventura, adequar aquilo que a lei trouxe e que a Lei das Embalagens não trouxe ainda.

Então, deve ser a partir do final deste ano, na revisão das cadeias preexistentes, as embalagens de agrotóxicos... Eu acredito que as alterações não serão profundas, porque é um procedimento que funciona muito bem dessa maneira, entregando diretamente na central de recolhimento. E principalmente ele funciona muito bem no interior do Brasil e, indiscriminadamente, em diversas regiões do Brasil. “Ah, não é no Sul e no Sudeste onde funciona melhor?” Não, funciona no Brasil inteiro: no Norte, no Nordeste, na Região Amazônica, que tem dificuldades de comunicação por ter o transporte aquaviário. Então, funciona. É claro que lá o agrotóxico tem um uso bem menor do que tem no resto do Brasil. Mas na fronteira agrícola a gente ainda encontra um uso muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Doutora.

Na explanação do Dr. Carlos, algo que nos chamou bastante a atenção, entre vários outros itens, foi a informação de que hoje nós temos no mundo uma população de sete bilhões de pessoas que está produzindo 1,3 bilhão de toneladas/ano e que em breve, daqui a alguns anos, vamos chegar a 9 bilhões de pessoas. Ou seja – 4 bilhões de toneladas! –, hoje o crescimento da produção de resíduo está sendo bem maior do que o crescimento da população.

É um dado sobre o qual fazemos uma leitura muito rápida, aumentando a nossa preocupação em relação a isso. Se hoje, com 7 bilhões, produzimos quase 20% em termos de tonelada – algo em torno de 1,3 ou 1,4 bilhão –, quando chegarmos a 9 bilhões, vamos produzir quase 50%. São 4 bilhões de toneladas! Ou seja, é algo muito preocupante. Isso demonstra que o mundo todo está preocupado com essa questão. Nós estamos ainda engatinhando, mas temos a responsabilidade de fazermos isso.

Como bem disse o Sr. Carlos, nós já estamos atingindo aqui mais de um quilo *per capita*. Em um País continental como o nosso, com uma população como a nossa, isso é algo com que devemos de nos preocupar.

E ele também chamou a atenção para algo que considero importante e fundamental: A questão cultural. Como tratar desse assunto, qual a contribuição que o cidadão está dando. Lembrei-me de quando ele falava sobre o professor do Rio Grande do Sul, que a senhora citou na referência que fez na audiência passada. O que cada um está fazendo em relação a essa questão da reciclagem e também a questão financeira.

O Dr. Carlos também nos chamou a atenção para esse ponto. Nós temos de enfrentar essa questão financeira, como citei a história do município americano; como poderíamos citar o exemplo do sistema alemão, onde você paga uma taxa para produzir uma determinada quantidade de lixo. Você recebe um saco. Na verdade, não é sequer uma taxa ou imposto. A pessoa paga pelo saco para colocar aquele material. A coleta reciclada é comum e é feita por quadras e por ambientes.

Então, nós temos de trazer isso para o Brasil e trazer a questão financeira, porque, do contrário, aí sim, Ronei, teremos uma lei que não vai ser cumprida. Isso acontecerá se não equacionarmos o conjunto que precisa ser implementado; se não tomarmos medidas e adotarmos procedimentos.

Então, Dr. Carlos, na verdade, eu não tenho quase perguntas a lhe fazer, até porque é a segunda reunião e o senhor tem sempre colocado com muita propriedade que essas etapas precisam de prazo. Alguns desses itens têm prazos diferentes a serem atingidos e concluídos, mas eu gostaria que o senhor, se assim achar necessário, reforçasse um pouco mais essa questão da educação e da economia.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO – Muito obrigado, Senador.

Realmente, essas duas colocações de V. Ex^a são extremamente importantes. O ponto que nós temos acompanhado. Como a Abrelpe é a representante, aqui no Brasil, da principal entidade internacional de resíduos sólidos, que tem membros representantes em mais de setenta países do mundo, nós temos visto como é essa dinâmica da questão da gestão de resíduos nessas várias localidades.

Com relação à coleta seletiva e reciclagem, posso dizer que não muda muito. Em vários outros aspectos muda, mas em relação à coleta seletiva e reciclagem, não muda muito de uma maneira geral.

O primeiro ponto é que há uma necessidade permanente de comunicação e de instrução à população. Esse assunto tem que estar permanentemente presente no dia a dia do cidadão. Essa é uma questão que eu identifiquei presente em todos os sistemas.

Por mais avançada que seja uma sociedade ou que seja um sistema de gestão de resíduos sólidos, essa questão da comunicação sobre como reciclar, como separar, onde levar o seu resíduo tem que estar permanentemente presente. E isso nós não vemos em nenhum lugar aqui do Brasil. Nós não temos processos de comunicação permanente sobre a questão de gestão de resíduos sólidos.

Em uma pesquisa que fizemos com mais de duas mil pessoas, há uns dois anos, em algumas capitais, perguntamos se essa pessoa se preocupava com o meio ambiente. A resposta – eu diria – de mais de 90% foi

que sim, que se preocupava. Então perguntamos o que essa pessoa fazia em prol do meio ambiente? E as respostas foram: eu separo o meu lixo, reciclo o meu lixo, ou seja, o que está presente no dia a dia da população é essa questão da relação com o resíduo sólido.

Mas quando nós perguntamos o que realmente essa pessoa fazia de concreto, respondiam: eu separo, mas ponho na calçada da minha casa para o caminhão coletar. Mas e se o caminhão coleta junto? Aí é problema da Prefeitura, eu não tenho nada a ver com isso.

Ou seja, o cidadão tem na consciência de que a partir do momento em que ele coloca o lixo para fora de casa, acabou a responsabilidade dele. Se ninguém instruir como fazer adequadamente, se pode colocar isso na porta de casa, se tem que levar até algum ponto, não vai mudar.

E aí entra o segundo aspecto que V. Ex^a colocou, que é a questão financeira. Como que essa engrenagem passou a funcionar lá fora? Na hora em que se começou a cobrar pelo sistema.

O senhor colocou a questão da Alemanha. Como é feito? O cidadão compra o saco, no qual já está embutido o custo do serviço, mas nesse saco plástico deve-se colocar apenas o rejeito. Se ele acondicionar adequadamente e levar o reciclável até um ponto de entrega, não há cobrança sobre este reciclável. Assim, consegue-se otimizar o papel do cidadão e, ao mesmo tempo, obter uma remuneração para todo o sistema. Então, nós temos que pensar... E um ponto que o senhor colocou no vídeo do lixão do Roger, o qual acredito ser a pedra fundamental para nós mudarmos esse quadro no Brasil, é a questão da vontade política.

Conhecimento técnico nós temos, equipamento nós temos, mão de obra nós temos, e vontade de fazer nós temos. Precisamos de vontade política dos nossos administradores, como o senhor teve como Prefeito de João Pessoa, em 2003. Com vontade política e, realmente, agregando os esforços e os atores que estão presentes na cadeia, integrando todas essas ações.

Não é simplesmente fechar o lixão; é construir a moradia, dar educação, dar a capacidade de se trabalhar de uma maneira profissionalizada, como Zilda colocou. Não adianta acharmos que vamos fechar o lixão e vamos avançar na gestão de resíduos com a estrutura que temos hoje. Não vamos avançar em nada. Então, realmente, precisamos desses bons exemplos e da vontade política para poder avançar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Sr. Carlos.

Até complementando, em 1998, quando estava estudando, fui representar o Brasil. Na época, o Ministro do Meio Ambiente era Gustavo Krause, e eu tinha sido colega dele no Ministério. Houve uma conferência em Hamburgo, na Alemanha, e ele me pediu que representasse o Governo brasileiro. Eu levei o drama que era o lixão do Roger na época, e até disseram que eu tive muita coragem em retratar parte do que vocês assistiram no vídeo, principalmente como eles viviam, aquela questão da criança, aquela disputa da comida com os animais.

E aí, depois dessa conferência, eu fui jantar com o Ministro do Meio Ambiente da Alemanha. E ele me contava que quando foi proibido transportar lixo para outros países – porque era uma prática, vamos dizer assim, os países ricos mandarem para a África, mandarem para outros países os lixos, porque não havia preocupação ambiental – e a convenção internacional estabeleceu essa proibição, a Alemanha simplesmente fez um diagnóstico e construiu a quantidade de usinas de processamento em função do volume de lixo que ela exportava.

Paralelo à construção dessas usinas, criou o processo de educação e essa metodologia a que o Carlos fez aqui referência. Ele me dizia: “Olhe, Cícero, já fechamos várias usinas por estar faltando lixo para fazer o rejeito, para fazer a compostagem.” O volume de reciclagem, na consciência do povo alemão, foi muito grande. Aí o Ministro do Meio Ambiente disse: “Eu particularmente junto todos meus papéis, jornais, revistas, tudo que é reciclável e, no final de semana, eu levo e coloco no local apropriado de coleta.” Assim, poderia o processamento ser feito por associações ou por cooperativas de recicladores; não apenas de catadores – como a senhora disse –, mas de recicladores; vocês pegariam e levariam para indústria, para esse processo. Isso, eu estou falando de 1998 na Alemanha; então é uma demonstração de que nós estamos atrasados.

E o que mais me impressiona é que as alternativas que eu adotei para o lixão do Roger, que foi concluído em 2003 – ele não foi iniciado em 2003, mas concluído naquela data –, há 11 anos, praticamente são as que ainda podem ser feitas hoje. É o que deve ser feito hoje. Quer dizer, um processo de educação, um processo de conscientização da valorização e da importância do catador. Então, eu acho que a gente tem essa missão.

Esse debate aqui nesta Casa, que representa exatamente o povo brasileiro, é fundamental para que nós sejamos instrumento de estar pautando, discutindo e propondo soluções e cobrando também a decisão política.

Não deu para vocês verem, mas o lixão do Roger ficava a mil e duzentos metros da sede da Prefeitura – é como se ele fosse, aqui, no setor dos clubes – e ficava a mil metros da catedral da Cidade de João Pessoa. Quer dizer, a cidade tinha 400 anos; se não fosse a decisão política, efetivamente não teríamos chegado à função e ao objetivo que nós tínhamos traçado.

Então, vou passar agora a palavra ao Sr. José Antônio Mota. Mas, antes, eu vi quando o senhor começou a falar nos investimentos da Funasa; eu me preocupei, porque, há cinco ou seis anos, eu apresentei uma emenda de Comissão.

Para que as pessoas entendam: nós temos a emenda individual – cada Parlamentar tem direito a um determinado valor; nós temos emenda de bancada, que é por Estado; e temos a emenda por Comissões. Por exemplo, a Comissão de Meio Ambiente tem direito a três emendas por ano, desde que sejam para políticas nacionais.

E há cerca de cinco ou seis anos, eu apresentei uma emenda – e ela foi aprovada – para a Funasa apoiar os pequenos Municípios brasileiros. A emenda chegou a ser aprovada e era de R\$217 milhões – mais ou menos nessa ordem de grandeza. Naquele ano, a Funasa só aplicou R\$12 milhões; deixou de aplicar mais de R\$200 milhões para resolver o problema. Para vocês terem ideia, nos quatro anos a que o Dr. José Antonio fez referência, gastou R\$47 milhões. A Funasa teve o orçamento de R\$200 milhões, há seis anos, para fazer. Essa lei ainda não estava nem aprovada, mas a demanda, a necessidade era clara. Qual era o meu objetivo daquela emenda? Era exatamente dar suporte técnico, primeiro, porque os pequenos Municípios não têm condições técnicas nem financeiras. Então, é uma prova clara de que nós precisamos disso.

E fico triste, permita-me dizer, porque em reuniões anteriores, quando a gente pergunta do Ministério das Cidades, quando a gente pergunta do Ministério do Meio Ambiente, quando a gente pergunta da Funasa, está sendo o menor orçamento para esse item exatamente no ano em que a gente tem que acabar com os lixões. É o menor orçamento dos últimos anos do Governo Federal para cumprir a lei que nós aprovamos e que foi sancionada pelo Governo.

Então, nós temos que chamar a atenção para isso, temos que provocar essa discussão, esses órgãos do Governo têm que ter a consciência na elaboração dos seus orçamentos do próximo ano, têm que colocar esse item e, quando for a hora de cortar, brigar para que ele não seja cortado e pedir ajuda aqui do Congresso, para que possa fazer emendas reforçando esses orçamentos.

Da mesma forma, em um ano seguinte, também na Comissão de Meio Ambiente, eu consegui aprovar R\$112 milhões para treinamento e qualificação da mão de obra dos pequenos Municípios para formar os agentes ambientais, como eu fiz. Esse recurso também não foi aplicado. Assim, nós estamos vendo que a questão financeira é algo fundamental, mas aí vem a questão política, tem que haver a vontade do Governo de enfrentar esse problema e de cumprir o seu papel. Não estou apenas jogando a responsabilidade no Governo Federal, nem nos órgãos, que muitas vezes têm técnicos, têm gestores preocupados, envolvidos, mas que têm limitações políticas de conseguir a decisão política de priorizar esse item que todos nós estamos debatendo e estamos discutindo.

Eu estava falando nesses quatro anos e o Dr. José Antônio comentou R\$47 milhões. Eu fiz uma continha rápida: R\$47 milhões não dá R\$12 milhões por ano. Se você dividir por cinco mil e poucos Municípios, porque obviamente muitos não precisam, dá R\$2 mil por ano. Isso resolve o quê, minha gente? O que é que isso está resolvendo? Está-se buscando solução através disso?

É importante a gente chamar a atenção. Eu sei que o Governo, até na política econômica, às vezes quer incentivar a compra de máquinas e equipamentos para entregar em prefeituras. Esse gesto é importante, mas não é suficiente. Nós temos que ter essa consciência de que os órgãos precisam trabalhar em conjunto. A solução de resolver um problema em um lixão é envolver todas as secretarias. Eu, como prefeito, envolvi todas as secretarias. Eu colocava o secretário das finanças, que é o mais miserável, o mais pão-duro, eu colocava dentro do carro, mandava-o ir lá para casa e, quando eu ia para a prefeitura, passava com ele no lixão para ele se sensibilizar com o problema do lixão. Com o secretário do planejamento da mesma forma. Com o da educação, que teve que ter programa, com o de ação social, que já estava junto, com o da infraestrutura, para construir as casas, para buscar a solução das obras. Assim, ou se envolve o Governo e se cria essa consciência, ou estaremos colocando índices-referência e não resolvemos verdadeiramente o problema.

Então, Dr. José Antônio, eu espero que o senhor possa, com essa nova diretoria, sensibilizá-los para que eles comecem a tratar de forma efetiva e verdadeira essa questão, porque, por parte de vocês, a contribuição financeira, econômica é fundamental.

Outra preocupação que foi registrada e para a qual eu chamo a atenção mais uma vez é para a questão dos consórcios que estão sendo formados. Nós discutimos da outra vez que dentro desses consórcios, às vezes você junta 20 Municípios, 24, 25 Municípios, e, por um que tenha problema ou pendência de cálculo, simplesmente o consórcio não pode receber recursos. Por isso é que eu já pedi ao Ministério do Meio Ambiente, em outra oportunidade; pedi à Funasa; ao Ministério das Cidades que, a exemplo de outros recursos, que têm prioridade, que se possa suspender temporariamente ou, pelo menos para esse tipo de verba, que não se con-

tamine, que um Município não contamine ou não inviabilize a solução de um consórcio, que é a solução para os pequenos Municípios. Isso é algo em que vocês têm que trabalhar.

Com certeza, é muito mais ágil o Governo Federal baixar uma medida provisória e encaminhar para cá; é muito mais fácil, terá o apoio, eu tenho certeza absoluta, por parte da Oposição. Eu sou Oposição ao Governo, mas me posicionarei favorável à excepcionalidade para formação de consórcio, no repasse do recurso, para conseguirmos viabilizar isso.

Fiquei triste naquele item que o senhor mostrou, em que a Paraíba foi zero. O pequeno Estado da Paraíba estava zero nas ações da Funasa, e isso me preocupou bastante. Espero que a Cataforte possa ser consolidada, cada vez com mais participação e o esclarecimento. Acho que é pouco a questão apenas de equipamento. Equipamento, treinamento, qualificação, um plano de negócios, chama o Sebrae, chama outras pessoas para viabilizar economicamente esse apoio, para que as associações sejam treinadas, sejam qualificadas, em termos operacionais, em termos de gestão, em termos de metas a serem estabelecidas. Isso é fundamental. Se não, quantos e quantos galpões, quantas e quantas associações estão largadas País afora exatamente porque foi um projeto elaborado só com boa vontade e outras intenções, não um projeto elaborado tecnicamente, estudado tecnicamente, para que tenha uma sobrevida, como deve ter funcionando como uma empresa.

Passo a palavra ao Sr. José Antônio da Motta, para que ele possa complementar a sua explanação e fazer o comentário que desejar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DA MOTTA RIBEIRO – Obrigado, Senador.

Realmente a gente tem observado que não se trata de um problema de governo, mas já tivemos, dentro da saúde, diversos momentos em que sofremos essa restrição orçamentária. A saúde... Estando na Funasa, durante um longo período trabalhando dentro da Funasa, tivemos oportunidade... Quando o senhor foi prefeito, tivemos alguns convênios na área de esgoto, tivemos atuação dentro da instituição apoiando algumas regiões administrativas.

Esse problema nosso de recursos se dá em cima de prioridades. Nós, da saúde, trabalhamos com um segmento, uma parte do orçamento. Os programas... Quase sempre as emendas parlamentares ficam muito prejudicadas pela expectativa do cenário em que a receita faz a despesa, é uma equação econômica. Nós, dentro do saneamento, temos esse cenário que vem sendo histórico.

Recentemente, tivemos um trabalho, no Plano Nacional de Saneamento, estabelecido pela lei, que levantou, diagnosticou a necessidade de recurso. No PAC pelo saneamento, temos um plano recém-aprovado pelo Governo que levantou uma demanda de meio trilhão de reais para cobrir o déficit de saneamento, envolvendo cobertura de água, esgotamento sanitário e a parte de resíduos sólidos. Então, esse é o cenário do País.

Em relação a essa dificuldade de aplicar, o recurso que está aqui, os R\$47 milhões, refere-se somente à ação de apoio a catadores. Para resíduos sólidos, há outra ação, mas também não tem... O recurso que a Funasa teve para aplicar foi muito aquém da necessidade. Todo e qualquer processo seletivo que a Funasa fez em busca de uma consulta pública para ver as demandas, receber os projetos, sempre superaram e muito a disponibilidade orçamentária. Então, existe, realmente, no País, uma busca para fazer com que se consigam os recursos necessários, dentro do PAC do Saneamento, dentro da saúde, dentro das áreas de infraestrutura, para que a gente possa fazer frente a essa demanda.

O recém-aprovado Plano Nacional de Saneamento dá uma diretriz para os próximos quatro anos. Por enquanto, é um plano. Para que ele possa se tornar realidade, é preciso que ele venha, desça para o PPA, que os planos plurianuais de investimento do Governo levem em consideração isso e possam trazer essas metas. É um plano que está montado em cima de metas de cobertura, e esperamos ser possível ter isso.

Dentro da saúde, as dificuldades são grandes. Recentemente foi aprovado o decreto que regulamentou o gasto com saúde, que deixou de fora algumas ações de saneamento, da Funasa, e considerou apenas, com o limite de gasto de saúde, as ações referentes a pequenos saneamentos, quase que aquele saneamento individual que é feito. Isso também restringiu muito.

Um ponto positivo foi quando foi aprovado o orçamento impositivo, e esperamos que este ano possa haver uma reversão das dificuldades e tenhamos condição de aplicar o recurso, porque se a Funasa não pôde fazer mais foi porque houve, eu sinto, duas grandes dificuldades: uma foi o limite orçamentário que é imposto a todos os programas, principalmente do Ministério da Saúde; o outro é uma dificuldade muito grande de cumprir todas as exigências burocráticas. Então, temos realmente uma legislação pesada, porque a transferência de recursos tem que cumprir uma série de itens, que dá um verdadeiro caderno. E os pequenos Municípios têm muita dificuldade em relação a isso. Então, a luta que a Funasa tem feito todos esses anos é convocar, treinar, capacitar os Municípios para que eles possam fazer com que seus quadros se habilitem a conseguir isso.

Algumas ações que a Funasa fez por administração direta também encontraram muita dificuldade com o processo de enxugamento do Estado brasileiro. As ações que eram executadas diretamente pela instituição

tiveram suas restrições por falta de quadros. Então, o quadro hoje da Funasa é um quadro que tem muita dificuldade de ser completado, temos 60% do quadro da Funasa apto para aposentadoria, e não há reposição disso.

Há um esforço. Houve a autorização para concurso, houve o concurso, houve a entrada de pessoas, mas pessoas que já saíram porque o mercado, dentro do contexto, oferece para as pessoas melhores condições de vida. Essa é outra dificuldade dentro do cenário do quadro da Funasa. Há uma rotatividade de pessoal muito grande, e isso também levou a haver uma limitação, por parte da instituição, de cumprir e conseguir empregar todos esses recursos.

Esperamos que, dentro desse contexto, possamos ter, com o orçamento impositivo, uma melhor condição de aplicar mais recursos. O que está dentro do orçamento estabelecido para os catadores está sendo cumprido, muito pouco não foi executado. Tivemos algumas cooperativas e associações que não tiveram condições realmente de captar esses recursos, mas, mesmo assim, nós os estamos mantendo dentro desse contexto, procurando apoiar essas associações no sentido de fazer com que esses convênios não venham a ser cancelados, esses recursos não venham a ser perdidos. Então, há essa restrição orçamentária muito grande dentro do leque da saúde.

A Funasa tem nos seus programas de saneamento uma ação que não representa... Se pensarmos em termos, por exemplo, de saneamento rural, temos uma meta, dentro do Planasa, de uma necessidade, em 20 anos, de recursos de R\$20 bilhões e um orçamento para saneamento rural de menos de R\$100 milhões por ano. Com esse orçamento, não vamos ter condições de cumprir o Planasa. Então, o orçamento não é elástico, temos que trabalhar com as limitações que há, e essa é uma dificuldade muito grande.

Por fim, trabalhamos na instituição, a nova diretoria está aí, nessa luta, estamos com um programa de cumprir a última etapa do PAC, só que hoje temos muito mais projetos do que disponibilidade orçamentária. Então, o limitador financeiro é muito grande. Contamos sempre com o apoio do projeto, já estive nesta Casa várias vezes, brigando pelo saneamento. Quero citar aqui o Ministro Jatene, que veio aqui quando se discutiu o financiamento da saúde, em uma época em que a saúde não tinha de onde tirar os recursos, todo o recurso da seguridade social foi para a previdência. Então, naquela época, fizemos um esforço muito grande aqui, dentro do Congresso Nacional para definir de onde viriam esses recursos. Então, foi uma luta muito grande para que a saúde tivesse esse dinheiro. A saúde tem hoje um dos grandes orçamentos, mas tem uma despesa muito grande. Como reverter isso nós estamos... Com prevenção se tem condição de reduzir o futuro gasto com a saúde. Então, esse é um desafio, essa é a nossa condição.

Eu queria agradecer e deixar aqui a minha despedida, colocando-me à disposição e dizendo que na Funasa continuamos com essa luta dos pequenos Municípios. Cumprimentamos os colegas da Mesa: a Dr^a Zilda; o Ronei, grande parceiro nessa questão. Obrigado, Ronei. Acho que o trabalho da Funasa não é só da Funasa, é da rede. Nós estamos envolvidos.

Ah! Realmente. Até me lembrei, agora, que faltou falar sobre a última questão. A Funasa, dentro do Cataforte 3, ficou com a missão de fornecer os equipamentos, mas nós temos 25 instituições que trabalham com essa questão, oito diretamente. Então, há outras instituições que estão com o programa de capacitação, o problema de mobilização das cooperativas e associações que estão iniciando o seu trabalho. Então, a parte de equipamentos ficou para a Funasa, neste ano, no Cataforte 3, mas as outras ações de desenvolvimento institucional, de custeio, estão previstas para os outros parceiros. É a Secretaria-Geral da Presidência da República que coordena isso. Então, nós fazemos parte de um pedaço. Por isso, a Funasa ficou só com equipamentos. Mas o programa não é só equipamentos, pois envolve mobilização, estruturação dessas outras cooperativas, das redes, capacitação; e envolve outras ações importantes dentro desse contexto.

Obrigado a todos aqui. Ao Dr. Carlos. E na Funasa estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Dr. José Antônio da Motta Ribeiro, Coordenador-Geral de Engenharia Sanitária da Fundação Nacional de Saúde. É um prazer revê-lo. E também dizer que o senhor foi muito bem-vindo representando a Funasa e a fala de V. S^a só renova o que eu disse e reforça o sentido de que provoquemos o Governo, porque vontade técnica existe, diagnósticos já foram feitos demais. Então, temos que provocar a vontade política, quer seja do Executivo, quer seja desta Casa, para que haja condições para que a Funasa cumpra o seu papel, bem como o Ministério do Meio Ambiente; e os outros agentes também deem a sua colaboração.

Por fim, passo a palavra a Ronei Alves da Silva dizendo da minha satisfação de tê-lo aqui. E não só nessa audiência e em todas, mas em qualquer momento, quando pudermos colaborar, estaremos à disposição nessa luta em que você representa um contingente muito importante deste País, de pessoas que através do seu trabalho digno, honesto, querem tirar o sustento das suas famílias. E com esse trabalho também dar a contribuição socioambiental, que é muito importante para todos.

Então, fique à vontade para complementar ou dizer o que bem desejar.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA – Bem, agradeço mais uma vez a oportunidade. Só com relação ao que foi falado, a questão de captação de recurso, os Municípios tiveram um prazo para fazer seus planos de gerenciamento de resíduos. Infelizmente, a grande maioria não fez; e não tem como captar recursos com o Governo Federal sem o plano de gerenciamento de resíduos. Então, esse é um grande problema que a gente observou, porque muitos Municípios chegavam e o prefeito falava: “Eu fiz meu plano. Está aqui meu plano”. Aí eu observava o Governo Federal falar: “Não, mas o plano não é para mim, o plano é para você”.

É mais ou menos o seguinte, eu vou pedir dez reais para o meu pai. Mas o que eu vou fazer com esses dez reais? O pai pergunta: “O que você quer com esses dez reais?” É mais ou menos o que o Governo Federal fez com o Município. Ah, eu preciso de cem milhões, um milhão, cem mil. Para quê? Para isso, isso e isso. Como os Municípios não conseguiram fazer seus planos... Aí o muito engraçado é que alguns dias atrás eu fui dar uma palestra num Município de Goiás, no lixão; a gente saiu do lixão e foi numa reunião com o Secretário do Meio Ambiente e ele não sabia o que era política nacional de resíduos. E eu fiquei de queixo caído. E eu falei: Olha, é necessário fazer o plano de gerenciamento de resíduos para dizer o que o Município vai fazer com relação aos seus resíduos à luz da política nacional, e ele não sabia o que era isso. Eu falei: “Então vocês vão ter que correr atrás de uma consultoria para fazer isso”.

Então, uma das coisas mais importantes que foram faladas aqui foi sobre a questão da vontade política. Sem vontade política, as coisas não acontecem. Então, existe vontade política de cumprir a Política Nacional de Resíduos por intermédio de cooperativas e associações de catadores ou por intermédio de contratos modernos, vamos dizer assim.

O que é um contrato moderno? A gente tem observado, em alguns Municípios do Brasil, a implantação de parcerias público-privadas. Foi um problema que a gente enfrentou aqui no Distrito Federal. “Esse problema não é meu. Esse problema eu passo, por intermédio de uma PPP, para a iniciativa privada, para a iniciativa privada resolver”. Isto num negócio que custaria R\$12 bilhões, uma quantidade considerável de recursos. Mas isso não atende ao que está escrito na Política Nacional de Resíduos. Então, o grande problema é que existem duas vontades políticas: uma vontade política de cumprir a Política Nacional de Resíduos utilizando cooperativas e associações de catadores, a implantação de aterros sanitários, a implantação de coleta seletiva, ou simplesmente a intenção de passar tudo por intermédio de uma concessão, e aí por 30 ou 35 anos, coisas que custariam bilhões de reais. Isto para uma pequena parcela da sociedade, porque com uma vontade política você pode mudar a vida de milhões de pessoas.

Nós acreditamos no Movimento Nacional de Catadores, acreditamos que nosso número é muito maior, porque o IBGE não foi àquele “lixão”, o IBGE não subiu ali para contar aquela quantidade de pessoas, e a gente acredita que o nosso número chegue a mais de um milhão de catadores no País. Nós somos catadores... Lá na Argentina eles são chamados de *cartoneros*, na França são chamados de *bifans* e nos Estados Unidos são chamados de *west pickers*. Então, os catadores...

O Movimento Nacional de Catadores, depois a Rede Latino-Americana de Catadores, a coalizão mundial de catadores, nessa luta de trabalho *versus* capital. A vontade política de um governante de contratar cooperativas e associações de catadores para que a gente possa não precisar de uma bolsa, porque nós não queremos bolsa...

Eu fico muito feliz de a pessoa se preocupar com a gente, de ela ter mandado esse comentário. Fico muito feliz. Nossa situação realmente é muito complicada, mas o que a gente quer é receber pelos serviços prestados, é sermos contratados e receber pelo serviço prestado. Queremos ter uma unidade de triagem... O que é uma unidade de triagem? São galpões com equipamentos, tudo aquilo que é necessário para que não se veja mais mutilações, para que não se veja mais mulheres sendo esmagadas por carretas, como aconteceu no Lixão da Estrutural este ano, no ano passado e no ano retrasado, como aconteceu com a Maria Amélia há três anos, como aconteceu com a Gleice no ano passado e como aconteceu com um companheiro este ano, há pouco mais de um mês, quando uma carreta atropelou um companheiro agora lá no Lixão, um trator passou por cima dele, um daqueles tratores de esteira passou por cima do companheiro aqui no Lixão da Estrutural. Queremos a contratação e o pagamento pelos serviços prestados. Isso vai mudar efetivamente a vida das pessoas. Nós não queremos bolsa assistencialista.

Agora, se a decisão política for contratar uma empresa que tem um dono que vai ficar multibiliardário, ganhando bilhões nos próximos anos e bancando campanha eleitoral... Este é o problema, esse tipo de decisão. Então, a gente precisa dessa mudança de paradigma, de parar de achar que catador de material reciclável é um coitadinho, que precisa de assistencialismo. Não, a gente precisa ser levado a sério, a gente precisa ser visto como trabalhadores e trabalhadores que querem evoluir na cadeia. O problema é que a nossa evolução, Senador, é uma coisa complexa. Ela atinge dois ramos muito ricos nesse processo todo. A evolução de uma cooperativa ou de uma associação de catadores, num primeiro momento, ataca o atravessador de material reci-

clável, aquela pessoa que não é uma má pessoa, ela só compra, revende e obtém lucro. Ela ataca os prestadores de serviço. Imagina uma cooperativa ou uma associação prestando serviço, por exemplo, de coleta. Imagina a Funasa fazer o repasse do caminhão e nós sermos contratados para fazer a coleta. Então, a gente ataca, dentro desse processo, dois agentes que são muito ricos e muito poderosos: os atravessadores e os prestadores de serviço. Então, esse também é um problema que a gente observou. Mas a gente imagina que não existe vitória sem luta, e é por isto que o Movimento Nacional de Catadores está aí, para lutar mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, eu agradeço a você, Ronei, e, ao agradecer a você, agradeço também ao Dr. José Antônio da Motta Ribeiro, ao Carlos Roberto Vieira da Silva, à Drª Zilda e lamento a ausência do Dr. Nelson Saule Júnior, representante da equipe técnica do Instituto Pólis, bem como do Dr. Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem, Cempre, que foram convidados, mas não compareceram e não mandaram representantes. Então, agradecendo a presença de todos, antes de encerrar, coloco em votação outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Subcomissão com a finalidade de discutir o custeio da Política Reversa e as questões tributárias que envolvem o setor de Resíduos Sólidos.

Por que isso? Porque, em reuniões anteriores, como nesta, foi dito, e aqui foi muito rápido, que muitas vezes a matéria-prima virgem é mais barata do que a reciclada, entre outros motivos, por conta da tributação e dos custos que representa a reciclagem. Então, discutir um pouco mais e aprofundar isto é algo muito importante.

À oportunidade, apresentamos sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública o representante do Ministério da Fazenda – é a história de colocar o Secretário de Finanças para conhecer o problema –; o representante do Ministério do Meio Ambiente...

Mais uma vez, faço o registro de que, sempre que convidados, tanto a Funasa como o Ministério do Meio Ambiente têm se feito presentes.

Convidamos o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, para que a gente possa discutir algo tão relevante.

Então, aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª ZILDA VELOSO – Que dia vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Agendaremos o dia e vamos de informar.

Eu gostaria de finalizar agradecendo não só aos convidados, mas a todos aqueles que se encontram presentes nesta audiência, bem como àqueles que terão a oportunidade de a nós assistir.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Meu muito obrigado e que Deus proteja a todos.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

Edição de hoje: 80 páginas
(O.S. 13243/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

